

CONEXÕES (TRANS)FRONTEIRIÇAS: MÍDIA, NOTICIABILIDADE E AMBIVALÊNCIA

Ada C. Machado da Silveira
Isabel Padilha Guimarães
Organizadoras

EDUNILA

Ada C. Machado da Silveira
Isabel Padilha Guimarães
Organizadoras

**CONEXÕES (TRANS)FRONTEIRIÇAS:
MÍDIA, NOTICIABILIDADE
E AMBIVALÊNCIA**

Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

EDUNILA
Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana
2016

Ficha catalográfica elaborada pela BIUNILA – Biblioteca Latino-Americana

C747 Conexões (trans)fronteiriças: [recurso eletrônico] / mídia, noticiabilidade e ambivalência / Organização: Ada C. Machado da Silveira, Isabel Padilha Guimarães. - Dados eletrônicos. - Foz do Iguaçu (PR): EDUNILA, 2016.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN: 978-85-92964-01-6

1. Mídia. 2. Jornalismo - aspectos sociais. 3. Tríplice Fronteira - cobertura jornalística. I. Silveira, Ada C. Machado da (Org.). II. Guimarães, Isabel Padilha (Org.).

CDU (2. ed.): 070.19

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização prévia, por escrito, da editora. Direitos adquiridos pela EDUNILA – Editora Universitária.

Av. Tancredo Neves, 6731 – Bloco 4

Caixa Postal 2044

Foz do Iguaçu – PR – Brasil

CEP 85867-970

Fones: +55 (45) 3529-2749 | 3529-2770 | 3529-2788

editora@unila.edu.br

www.unila.edu.br/editora

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Josué Modesto dos Passos Subrinho *Reitor Pro Tempore*

Nielsen de Paula Pires *Vice-reitor Pro Tempore*

EDUNILA – EDITORA UNIVERSITÁRIA

Analía Chernavsky *Coordenadora-geral*

Fábio Dozza de Miranda *Economista*

Marcelo Kunde *Programador visual*

Natalia de Almeida Velozo *Revisora de textos*

Nelson Figueira Sobrinho *Editor de publicações*

CONSELHO EDITORIAL

Analía Chernavsky *Presidente*

Nelson Figueira Sobrinho *EDUNILA*

Carla Valéria do Nascimento *UNILA*

Mayco Alejandro Macias *UNILA*

Fernando Gabriel Romero *UNILA*

Glaucio Roloff *UNILA*

Paulo Renato da Silva *UNILA*

Marcela Boroski *UNILA*

Juan Martín Ossio Acuña *Pontificia Universidad Católica
del Perú*

Plínio Martins Filho *Universidade de São Paulo*

Rocco Carbone *Universidad Nac. General Sarmiento
(Argentina)*

Walter Garcia da Silveira Junior *Universidade de São Paulo*

EQUIPE EDITORIAL

Nelson Figueira Sobrinho *Edição e revisão de textos*

Natalia de Almeida Velozo *Revisão de textos*

Marcelo Kunde *Projeto gráfico, capa e diagramação*

APOIO

Capes, CNPq, Fapergs, UFSM

ÍNDICE

- 6** **APRESENTAÇÃO**
COBERTURA JORNALÍSTICA:
ENTRE NOTICIABILIDADE E AMBIVALÊNCIA
As organizadoras
- 24** **AMBIVALÊNCIA E COBERTURA JORNALÍSTICA DE PERIFERIAS**
Ada C. Machado da SILVEIRA
- 44** **TRÍPLICE FRONTEIRA ARGENTINA–BRASIL–PARAGUAI:**
FISCALIZAÇÃO E CONTRABANDO EM REPORTAGENS DE TV
Aline Roes DALMOLIN, Ada C. Machado da SILVEIRA, Isabel Padilha GUIMARÃES, Dairan Mathias PAUL, Mariana Nogueira HENRIQUES
- 66** **A CRISE ENERGÉTICA BRASILEIRA NA COBERTURA**
JORNALÍSTICA DE VEJA
Isabel Padilha GUIMARÃES, Ada C. Machado da SILVEIRA, Camila HARTMANN, Lucas Ricardo SCHAEFER
- 85** **A ESTRADA E O TIPNIS BOLIVIANO: SUBIMPERIALISMO**
BRASILEIRO NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL
Nathalia Drey COSTA, Ada C. Machado da SILVEIRA
- 110** **O CONFLITO FRONTEIRIÇO ENTRE BRASILEIROS E**
PARAGUAIOS E A POSIÇÃO EDITORIAL DE VEJA
Ada C. Machado da SILVEIRA, Aline Roes DALMOLIN, Andressa Doré FOGGIATO, Rafael Lemos da SILVA
- 122** **O OLHAR DA TRÍPLICE FRONTEIRA SOBRE SI MESMA:**
O DIÁRIO A GAZETA DO IGUAÇU
Ada C. Machado da SILVEIRA, Anelise Schütz DIAS, Gregório Lopes MASCARENHAS

**135 REPRESENTACIÓN DEL MOVIMIENTO CAMPESINO EN EL
DIARIO LA NACIÓN**

Maria Liz BENITEZ ALMEIDA, Anibal ORUÉ POZZO

**158 IMAGINÁRIO E COBERTURA JORNALÍSTICA SOB A MÃO
FORTE DO ESTADO**

Ada C. Machado da SILVEIRA

175 SOBRE OS AUTORES

APRESENTAÇÃO

COBERTURA JORNALÍSTICA: ENTRE NOTICIABILIDADE E AMBIVALÊNCIA

O estudo da noticiabilidade no mundo contemporâneo observa diversas abordagens. Estudar o modo como os acontecimentos se fazem noticiar, vale dizer, como se convertem em notícias, amplia-se para além da cobertura jornalística propriamente. Notícias e Jornalismo tornaram-se críticos pela emergência de fenômenos que projetam informações para fora de seu âmbito primeiro, algo correntemente denominado de mídia. Assim, entendemos que a aparição e abrupta consolidação da presença da mídia na vida social demanda muita reflexão.

Na perspectiva de Jaap van Ginneken (1998, p. 15-6), “nós experienciamos o mundo através das lentes da ciência, da educação e da mídia [e] essa visão de mundo é constantemente fomentada pela mídia”¹. Igualmente, o entendimento de mídia e de noticiabilidade considera o que expressamos no primeiro texto da presente coletânea, a partir do enunciado do pesquisador alemão Niklas Luhmann (2000) de que o saber social decorre de nossa relação com a mídia. Trata-se de uma afirmação que já se fez tácita. No entanto, está registrada num livro em que, dentre outros casos, o famoso episódio da antena parabólica e de Rubens Ricupero é posto para reflexão.

¹ No original: “we primarily experience the world through the lenses of science, of education, of the media [and] this world-view is constantly nourished by the media”.

O então ministro da Fazenda do Brasil, no governo Itamar Franco (1992–1995), conhecido como “sacerdote do Plano Real”, ao ser flagrado em comentários impróprios feitos em *off* e descuidadamente vazados por sinal de antena parabólica previamente à entrevista para a TV Globo, colocou-se repentinamente em descrédito. Com base no estudo desse e de outros episódios, Luhmann (2000, p. 122) chegaria à pungente indagação: “como é possível aceitar uma informação sobre o mundo e sobre a sociedade enquanto informação sobre a realidade quando nós sabemos como ela é produzida?”. Ainda que o autor não se constitua em referência teórica em nossa atividade investigativa, acreditamos que disso se trata o presente livro: refletir sobre o “como” da produção de notícias.

O estudo das condições de produção da notícia tem crescido exemplarmente no âmbito acadêmico do Jornalismo. Já o conhecimento sobre a noticiabilidade das periferias nacionais brasileiras é restrito e cresce de maneira interdisciplinar. A Comunicação, como subárea das Ciências Sociais Aplicadas que alberga o Jornalismo, conhece múltiplas abordagens no tema, o qual ainda não conta com uma sistematização que permita avaliar o avanço alcançado.

Reconhecendo tais processos é que chegamos à proposição do presente livro, intitulado *Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência*, apresentando textos de reflexão sobre a atividade da cobertura jornalística. O título expressa ainda a preocupação com a dimensão espacial das conexões internacionais, com enfoque no aspecto (trans)fronteiriço da cobertura midiática sobre o e no Cone Sul da América Latina.

Devemos esclarecer que a partícula “trans” é controversa. Em nossa concepção, recordando a Edgar Morin, as fronteiras são comparáveis a uma membrana que comunica o interior com o exterior e, nesse sentido, porosas. Porém, o entendimento corrente parece ser aquele proclamado pela Doutrina de Segurança Nacional, de que o inimigo se encontra além-fronteiras e corresponderia ao

momento presente à celebração de uma nova atitude. Na busca de um propósito comunicativo, adotamos a partícula no título do livro entendendo que a sociedade que vive espacialmente nas fronteiras tem plena consciência de que o fechamento, ruptura ou falta de ligação da nacionalidade é uma perspectiva heterônoma, em acordo com os interesses da ótica metropolitana que, no Brasil, corresponde às capitais litorâneas, sede dos oligopólios de mídia.

O livro pretende ser de utilidade para estudantes de Jornalismo e de Relações Internacionais interessados em iniciar-se na análise de textos midiáticos. Ilustra de maneira simples e clara como podem ser abordados os discursos em suas proposições verbais e imagéticas.

De maneira original e distinta do sistema referencial corrente nos estudos de Jornalismo, analisamos as atividades noticiosas de diversos veículos de mídia, como jornais impressos e *on-line*, revistas semanais, telejornais, portais e agências de notícias. Tais atividades são abordadas encarando sua condição midiaticizada, pautada por cânones técnicos estritos e atitude interpretante exterior à vida das sociedades a que se dedicam a reportar.

As condições da noticiabilidade podem ser apreciadas nos termos de Mauro Wolf (2001, p. 189), outro investigador europeu da Comunicação, quando atenta diretamente para os “critérios de relevância que definem a noticiabilidade (*newsworthiness*) de cada acontecimento, isto é, a sua ‘aptidão’ para ser transformada em notícia” (grifos no original). Tais critérios de relevância são destrinchados nas diversas análises aqui apresentadas. Com isso, desenvolve-se uma abordagem crítica da atividade noticiosa que, conforme está se tornando perceptível após a irrupção novidadeira das mídias sociais, possui seus próprios interesses e os impõe mesmo frente a temas socialmente delicados e de graves consequências humanas. Imputações delituosas sobre indivíduos decorrentes de atividades de fiscalização policial e de caça ao contrabando, de relações conflituosas e decorrentes representações de nacionais e de estrangeiros são temas de nosso

tempo, conforme Zigmunt Bauman (1999a; 1999b) aponta. Neste sentido, ainda que as reportagens analisadas possuam alguns anos de veiculação, consideramos que continuam possuindo relevância social, dado que a vigência das mazelas relatadas não expirou.

Esclarecemos que a obra foi produzida por professoras pesquisadoras com formação estrita em Jornalismo ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), junto a seus alunos de graduação. Pensamos que se faz necessário alertar que os textos aqui reunidos provêm de diversas situações. Animados por oportunidades variadas de apresentar nossas preocupações, na condição de membros do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), produzimos análises detidas no estudo da noticiabilidade na cobertura jornalística das fronteiras internacionais do Brasil e sua interação com conteúdos midiáticos na mídia brasileira e internacional. O estudo das coberturas realizadas por mídias de pretendido alcance nacional estabelece uma tendência que é repetida em suas características de técnica jornalística (agendamento, angulação e valores-notícia) no procedimento das mídias de âmbito local, conforme uma das autoras já registrou (SILVEIRA, 2008). Sendo assim, a linguagem deve ser encarada como atividade realizadora de ações e não somente descrição de representações, como bem o sabem os políticos profissionais e a eles dão guarida os jornalistas.

O programa de investigação foi presidido por dois projetos guarda-chuva, concebidos por Ada C. Machado da Silveira, intitulados Ambivalência de Fronteiras e Favelas na Cobertura Jornalística de Periferias (com financiamento do Programa Capes PNPDI Institucional e Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq) e Pelos Olhos de Terceiros: Poder e Imaginário na Cobertura Jornalística de Periferias (com financiamento do Programa DocFix Capes-Fapergs, Edital Universal do CNPq 2012 e Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq), entre os anos de 2009 e 2014.

O grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras existe desde 2001 e é liderado pela pesquisadora, professora titular da Universidade Federal de Santa Maria. Em 2011, Isabel Padilha Guimarães vinculou-se a ele em estágio pós-doutoral (Capes PNPd Institucional e posteriormente DocFix Capes-Fapergs). Em 2013, Aline Roes Dalmolin aderiu ao grupo, também em estágio pós-doutoral (Capes PNPd Institucional).

Além das análises conduzidas pelas autoras em conjunto com alunos de graduação, houve ainda a situação de o texto resultar de pesquisas para elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A atividade envolveu — em condição de voluntariado ou como bolsistas de iniciação científica (Pibic-CNPq, Bic-Fapergs e Capes Novos Talentos) — Andressa D. Foggiato, Anelise Schutz Dias, Camila Hartmann, Dairan Mathias Paul, Gregório Lopes Mascarenhas, Mariana Nogueira Henriques e Nathália Drey Costa. Uniram-se a eles, naquele período, os acadêmicos de Relações Internacionais Lucas Ricardo Schaefer e Rafael Lemos da Silva, que procuraram o grupo por haver obtido cotas de bolsa de iniciação científica (Programa Novos Talentos, da Capes). Quase todos concluíram seus cursos de graduação ou estão em fase de terminá-lo. Alguns optaram por continuar na universidade, ingressando em cursos de pós-graduação.

A versão inicial dos textos aqui compilados decorreu do estímulo diante da possibilidade de exposição em eventos regionais — Jornada Acadêmica Integrada da Universidade Federal de Santa Maria (JAI-UFSM), Intercom Sul e Sudeste e outros — e nacionais — Intercom nacional e Compós — e foi publicada em revistas, conforme se indica em nota de rodapé, cuja circulação é dificultada pela instabilidade dos repositórios digitais e acervos de bibliotecas.

Os capítulos de abertura e de fechamento da coletânea explicitam as bases teóricas constantes do primeiro e segundo projetos guarda-chuva referidos. A atividade do grupo de pesquisa proporcionou o amadurecimento necessário para aplicação da abordagem

teórica neles concebida a vários objetos empíricos. A seleção desses objetos empíricos decorreu especialmente de afinidades pessoais dos alunos de graduação, afeiçoados a temas em torno da cobertura jornalística da Tríplice fronteira Argentina–Brasil–Paraguai, espaço (trans)fronteiriço que guia em algum sentido as análises realizadas.

Ademais do enquadramento definido por aquilo que é nosso objeto de estudo — a noticiabilidade e a cobertura jornalística — emergem das análises aspectos inerentes ao foco prestigiado pela mídia nas relações (trans)fronteiriças: contrabando de bens de consumo e de armas, narcotráfico, exploração de recursos naturais, preservação do meio ambiente, populações camponesas e indígenas, supeditadas à ordem geopolítica da segurança e defesa, controle e dominação e hegemonia nas fronteiras do Mercosul. São todos temas candentes que desfrutam da fortuna midiática, expondo a debilidade de todos aqueles que habitam as fronteiras ou por elas transitam. Um aprofundamento das condições de noticiabilidade em termos técnicos aporta como os valores-notícia dos crimes de descaminho podem estar a serviço de políticas diversas, como aquelas atinentes às relações internas (reforma agrária e reservas indígenas) ou internacionais, inerentes aos modelos de Estado e de gestão da segurança pública e defesa nacional.

Igualmente acreditamos adequado destacar a preocupação constante dos estudantes quanto à importância estratégica da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da dinâmica globalizadora presente na tríplice fronteira Ciudad del Este (PY)–Foz do Iguaçu–Puerto Iguazú (AR), que privam no noticiário brasileiro e internacional de uma mirada que necessita ser desvendada.

A propósito da preocupação com a Tríplice Fronteira, o fenômeno apontado com a categoria da ambivalência permite uma aparente conexão daquele espaço com periferias metropolitanas, as favelas. Conforme uma das organizadoras registrou em texto já publicado, “a análise da cobertura jornalística sobre acontecimentos ocorridos nas periferias pertinentes às fronteiras internacionais brasileiras e aquelas

localizadas nas áreas metropolitanas apresenta uma notável continuidade de enquadramento discursivo” (SILVEIRA, 2012, p. 80). A mídia brasileira de referência, conforme pode ser constatado pelas análises aqui expostas, consolidou a projeção daquele espaço por uma ótica que reduziu o Paraguai a entreposto comercial, ignorando os valores decorrentes de sua soberania ou os dramas humanos que nos são comuns. Engendra-se, dessa maneira, a conexão entre o acontecimento aduaneiro a uma agenda política subordinada ao neoliberalismo. A ambivalência se ajusta a fazer coro às condições de uma certa globalização (Diagrama 1). Estudá-la implica, nos termos de Bauman (1999b), deslegitimar o conhecimento incontrolado promovido pela mídia.

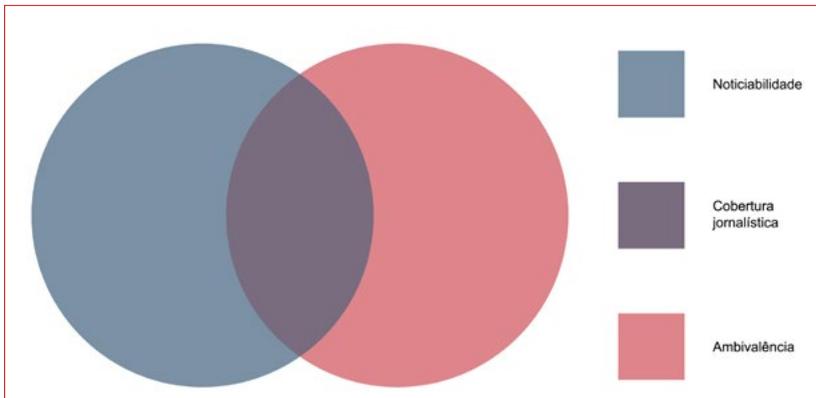


Diagrama 1 – Cobertura jornalística entre noticiabilidade e ambivalência

Aclarando aspectos de nossa sistemática de trabalho, reconhecemos que, buscando aprofundar os comentários dos debates quinzenais do grupo, prosseguimos com a aplicação dos pressupostos manejados numa bibliografia diversificada. Assim, expandimos a minuciosa análise de práticas jornalísticas a suportes midiáticos tão distintos como podem ser os veículos integrantes do espaço de circulação local, como os de circulação nacional ou mesmo os estrangeiros, conforme expomos no Diagrama 2:

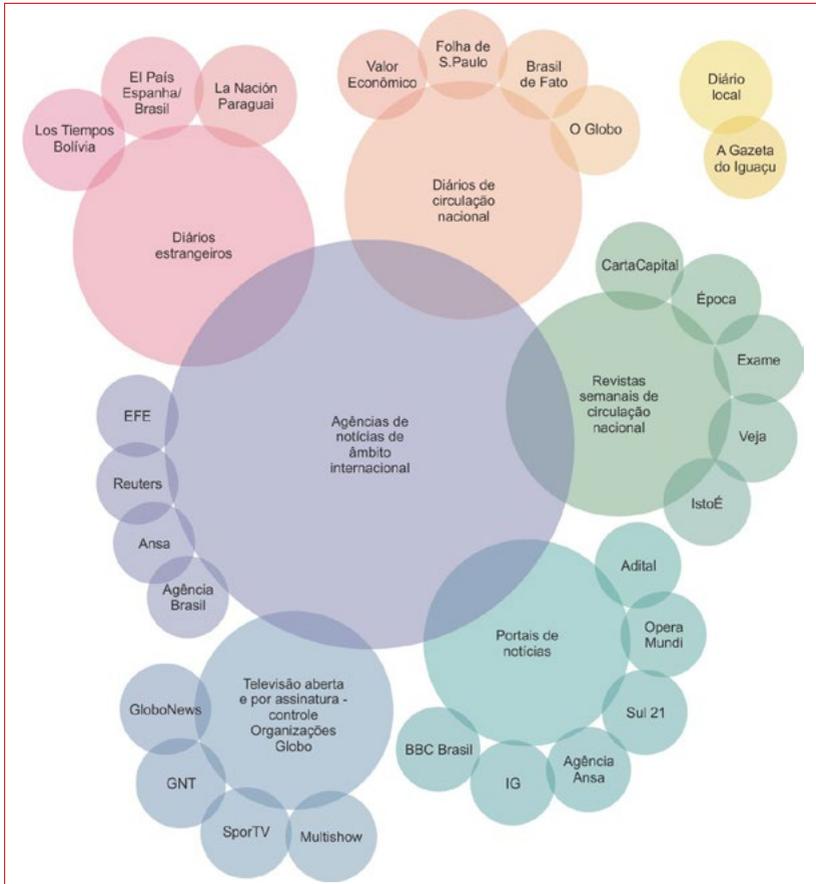


Diagrama 2 – Práticas jornalísticas em análise

A proposta de investigação do grupo de pesquisa acentua que a cobertura jornalística de fronteiriços e de favelados, tomados em sua condição periférica, não é mero trabalho de conceituação descritiva porque envolve “repensar o regresso sociossemiótico da semiótica mesma”. Trata-se, portanto, de uma proposta em que o desenvolvimento metodológico tem na abordagem sociossemiótica um “processo interpretante fundamental para identificar a dinâmica conceitual que sustenta a representação do objeto de comunicação

e suas possíveis transformações” (SILVEIRA, 2012, p. 81). Ademais, o conjunto dos textos expõe certa diversidade de procedimentos, resguardado pela afinidade teórica proveniente do entendimento do Jornalismo como prática desenvolvida além das rotinas noticiosas e presidido pela abordagem da sociosemiótica.

A inovação da postura metodológica decorre da compreensão de que a sociosemiótica põe em funcionamento referências explícitas em diferentes âmbitos discursivos, envolvendo a prática e a experiência. Ao passar-se da semiótica para a sociosemiótica, a análise da conexão textual situa-se no nível epistemológico, antes que no metodológico ou no descritivo.

O primeiro capítulo da presente coletânea intitula-se “Ambivalência e cobertura jornalística de periferias” e toma as apropriações do outro na cobertura jornalística como vicárias do projeto moderno, o qual tem na interpretação de Bauman (1999a) duas faces: a armadilha e a vingança da ambivalência. A conversão em notícia de acontecimentos ocorridos em periferias distintas como as favelas metropolitanas e as fronteiras internacionais produz um enquadramento ambivalente que as toma genericamente como um outro marcado pela ânsia de expansão do projeto moderno e que tem no imaginário sobre as periferias um caso arquetípico. Observando-se a proposição de Fredric Jameson (1995) — um autor detido nos problemas do chamado Terceiro Mundo — ao avaliar as transformações do olhar, analisam-se as coberturas jornalísticas de ambas as periferias segundo a incidência de um olhar colonizado, burocrático ou pós-moderno, numa aplicação das interpretações de Sartre e de Foucault.

O primeiro capítulo, assim como o segundo, sobre reportagens de televisão; o sexto capítulo, sobre um jornal local; e o último, que se dedica a articular aspectos do imaginário com os estudos de cobertura jornalística, tomam Michel Foucault como referência teórica.

O primeiro capítulo trabalha com autores reconhecidos no Brasil e dedicados a questões de comunicação, como Vilém Flusser (2007)

ou, na abordagem do Jornalismo, Adelmo Genro Filho (1987) e Ramos e Paiva (2007).

O segundo capítulo, “Tríplice fronteira Argentina–Brasil–Paraguai: fiscalização e contrabando em reportagens de TV”, detém-se no aspecto de que as fronteiras internacionais vêm sendo retratadas como raízes ou epicentros da criminalidade no Brasil. O texto apresenta um comparativo entre duas séries de reportagens, uma exibida na TV aberta e a outra na TV por assinatura, dedicadas à abordagem da problemática das fronteiras internacionais. Para tanto, tomou-se como objeto empírico a série Câmera JH, exibida pelo *Jornal Hoje*, da rede aberta estruturada a partir da TV Globo no Rio de Janeiro, e o programa *Conexões Urbanas*, do canal por assinatura Multishow. A análise focaliza como os aspectos relacionados à fiscalização, ao contrabando e à transfronteirização são veiculados nos dois programas, estabelecendo distinções e aproximações destes quanto a aspectos formais e discursivos, tendo como base a metodologia de análise de conteúdo associada ao estudo de gêneros e de formatos. Evidencia-se que os episódios de *Conexões Urbanas* conseguem trazer elementos diferenciadores em relação à série do *Jornal Hoje*, sobretudo quanto ao tratamento das fontes e da problematização da questão fronteiriça, mostrando potencialidades no que tange à abordagem do assunto na TV por assinatura. A análise tomou como base autores brasileiros e um hispano-colombiano quanto aos estudos de Jornalismo, ademais da obra de referência de Michael Kunczik (2002).

O terceiro capítulo traz o título “A crise energética brasileira na cobertura jornalística de *Veja*”. O discurso da revista semanal sobre o posicionamento do Brasil na questão energética em reportagens que dizem respeito ao relacionamento do governo brasileiro com os demais países da América do Sul (Usina Hidrelétrica de Itaipu e gasoduto Brasil–Bolívia) é estudado com base na análise textual a partir de quatro categorias: a dependência energética brasileira, o uso dos termos populismo e imperialismo, a posição discursiva de *Veja* frente

aos acontecimentos narrados e a utilização de metáforas, verbais e imagéticas. A análise da perspectiva discursiva de *Veja* afirma uma postura de dependência já analisada por Norberto Bobbio (2007). A discursividade da revista coloca o Brasil como um país dependente no cenário político atual no que se refere à produção de energia.

O quarto capítulo prossegue com o tema energético e as relações do Brasil com seus vizinhos. Intitulado “A estrada e o TIPNIS boliviano: subimperialismo brasileiro na mídia nacional e internacional”, estuda incidentes envolvendo o projeto de construção de uma rodovia por uma empresa brasileira. A obra seria financiada pelo BNDES e construída no território indígena da Bolívia — o TIPNIS. O acontecimento é aproveitado para desenvolver uma reflexão sobre a representação do Brasil na mídia nacional e internacional. A preocupação com uma ação brasileira subimperialista, conforme entende o sociólogo Ruy Mauro Marini (1977), ademais de Luiz A. Moniz Bandeira (2008), permitiu identificar aspectos quanto a tendências da noticiabilidade em torno do tema, tomando como base a perspectiva de Eni Orlandi (2005) em análise do discurso e os estudos de Jornalismo dos autores brasileiros como Chico Sant’Anna (2001) e Margareth Steinberger (2005). O texto original sofreu significativos cortes em decorrência da impossibilidade de obterem-se autorizações referentes a imagens das notícias e suas fotografias publicadas pela mídia impressa e *on-line*. Em tempos de proliferação de protocolos de Acesso Aberto (*Open Access*), persiste um entendimento jurídico que algo criado e veiculado para tornar-se público, e às expensas de autorizações do poder público, mantém-se como propriedade privada, mesmo para finalidades de difusão científica, como é a presente obra.

O quinto capítulo, “O conflito fronteiriço entre brasileiros e paraguaios e a posição editorial de *Veja*”, analisa a posição do sujeito enunciativo da revista no conflito por terras de fazendeiros brasileiros — brasiguaios — e sem-terra paraguaios, por meio da atribuição de culpa. Seguiu-se um conjunto de procedimentos expostos pelo

grupo de pesquisa em evento da área (DE PAULA et al., 2014), com aspectos orientados por Milton José Pinto (1999) em sua semiologia dos discursos sociais. A abordagem teórica do tema apoiou-se em bibliografia específica em Teoria Política, novamente recorrendo-se a Bobbio (2007) e a um conjunto de autores na questão agrária que envolve brasileiros e paraguaios. Para abordar o aspecto de soberania e territorialidade, recorreu-se à abordagem de Arjun Appadurai (1997). Igualmente, a apresentação da análise ressenete-se da impossibilidade de reprodução das matérias jornalísticas publicadas que no texto são estudadas.

O sexto capítulo, “O olhar da Tríplice Fronteira sobre si mesma: o diário *A Gazeta do Iguaçu*”, estuda a cobertura local, a atividade jornalística desenvolvida em Foz do Iguaçu referindo-se à Tríplice Fronteira. Os procedimentos de métodos aplicados a um *corpus* exemplar apresentam exercícios considerados correntes nas aulas de Jornalismo. A observação continuada da cobertura local nos anos de 2006/7 permitiram dizer que ela se estrutura em torno de pautas como a violência, o terrorismo, a exclusão social e as contravenções legais, prosseguindo numa perspectiva que as noções de olhar burocrático e de ordem do discurso de Foucault permitem compreender com amplidão de horizontes. Ademais, a referência dos estudos sobre Comunicação, cultura e hegemonia de Martín-Barbero e leituras prescritas pelo projeto de pesquisa sobre ambivalência de fronteiras e favelas permitiram articular a ação discursiva da mídia local como atuante no reforço do imaginário de violência sobre as fronteiras internacionais.

O penúltimo capítulo é de autoria de dois pesquisadores paraguaios, Maria Liz Benitez Almeida, egressa da Universidad Nacional del Este, e Aníbal Orué Pozzo, professor da mesma instituição e pesquisador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CoNaCyT, sigla em espanhol) do Paraguai, parceiros em várias iniciativas e que terminaram por integrar-se ao grupo de pesquisa após a investigação

que aqui se publica. Entendemos que sua investigação ocorre em sentido complementar ao desenvolver uma análise de um jornal de circulação nacional daquele país no tema da cobertura de um conflito definido precisamente pela interação transfronteiriça de paraguaios e de brasileiros. O texto, “Representación del movimiento campesino en el diario *La Nación*”, traz o recorte de um *corpus* do jornal no período precedente ao impedimento do presidente Fernando Lugo. A eleição desse período corresponde a que o enfrentamento entre policiais e camponeses foi o gatilho que disparou o processo de impedimento que culminou na destituição do presidente. Analisam-se as estratégias discursivas e narrativas utilizadas pelo diário no processo de representação dos camponeses a partir de autores como Mikhail Bakhtin (2006) e o argentino Eliseo Verón (2004). No tema agrário, os autores recorrem ao aporte de diversos autores paraguaios e na análise da mídia trabalham com os estudos culturais britânicos. A exposição do estudo igualmente viu-se prejudicada pela impossibilidade de autorização de imagens de notícias e fotografias produzidas e veiculadas pelo *La Nación*.

O último capítulo, intitulado “Imaginário e cobertura jornalística sob a mão forte do Estado”, analisa como o diálogo entre noções do imaginário midiático e do imaginário da cultura nacional permite aos processos comunicacionais noticiosos efetivar um controle do poder político sobre amplas camadas sociais pertencentes às periferias. Uma das principais características apontadas se manifesta pela armadilha da ambivalência significacional, a qual se considera caracterizar um aspecto fundamental do enquadramento perseguido na cobertura de acontecimentos ocorridos em distintos espaços periféricos brasileiros. Obviadas em sua concretude e contexto histórico, as periferias metropolitanas tomadas como favelas são alinhadas a outras periferias, como aquelas localizadas nas fronteiras internacionais. Seu noticiário conduz ao estrangimento de um imaginário policêntrico e que se encontra segregado. A ambivalência significacional

incide discursivamente em processos tão distintos como o de segurança pública, de identificação e reconhecimento de si ou as relações internacionais. O texto inicia com uma articulação da perspectiva do sujeito colonizado (BHABHA, 1998), retoma a Bauman (1999b) e Jameson (1995), largamente referidos no primeiro capítulo, e os enlaça à noção de imaginário de Cornelius Castoriadis (1986). A ambivalência é, por fim, retomada pela perspectiva da brasilidade, nos termos de liminaridade em que a expressa o antropólogo Roberto DaMatta (2000). Pertinente aos sistemas de classificação social e racial, burocrático, amoroso, religioso, dentre outros, a ambivalência que se busca identificar na atividade jornalística envolve especialmente o sistema espacial (periferia territorial) e os modos de lidar ou de promover leis impessoais frente à manutenção do prestígio pessoal regulando as relações por via midiática.

A relação entre o conjunto de estudos a partir dos temas pretende estar esboçada com alguns exemplos dispostos no Diagrama 3. Com tais estudos, pensamos demonstrar como se pode perseguir as pistas que atam uma trivial notícia, tomada como crônica datada de um acontecimento, com a ideologia neoliberal, tematizada por uma agenda política a que se faz subserviente.



Diagrama 3 – Alguns temas em análise

No Diagrama 4 expomos aspectos reveladores da estrutura de meios selecionados no conjunto de estudos e elementos identificadores dos decorrentes suportes em que eles são veiculados:

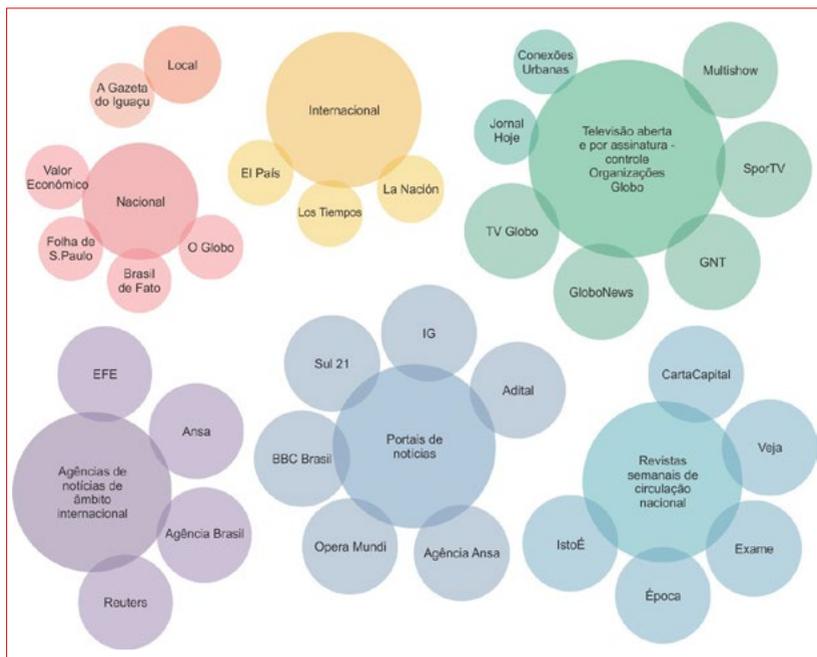


Diagrama 4 – Estrutura de meios e decorrentes suportes

Antes de finalizar, apontamos que a possível generalização de pontos de vista aqui expressos para a realidade comunicacional midiática de outros encontros de tríplices fronteiras se afirma como um projeto editorial futuro do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras da UFSM. Entendemos que o caráter histórico de demarcação e a densidade populacional do segmento sul das fronteiras brasileiras justificam certa precedência de seu estudo. Consideramos ainda que se mostra vital para tal projeto de continuidade adentrar no pensamento latino-americano nos temas de mídia e poder, bem como numa dimensão colonizadora do imaginário

por meio da manutenção do pensamento colonial, responsável pelos projetos de mídia vigentes majoritariamente entre nós e difundidos como conteúdo pedagógico nas faculdades de Jornalismo.

Santa Maria, fevereiro de 2016.

Ada C. Machado da Silveira
Isabel Padilha Guimarães
Organizadoras

Referências

- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nov. 1997, p. 33-46. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/236363/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.
- BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2007.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade, *Maná*, n. 6, v. 1. p. 7-29, 2000.
- DE PAULA, Lenon Martins; DALMOLIN, Aline Roes; SILVEIRA, Ada Cristina Machado da; GUIMARÃES, Isabel Padilha. Proposta Metodológica para Captura de Matérias de Revistas. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014, Palhoça-SC. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2014.

- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- GINNEKEN, Jaap van. *Understanding global news*. Londres: Sage, 1998.
- KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 2002.
- LUHMANN, Niklas. *The reality of mass media*. Londres: Polity Press, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, n. 12, Ediciones Era, México, abr./jun. 1977. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/articulo/la-acumulacion-capitalista-mundial-y-el-subimperia/>>. Acesso em: 30 out. 2011.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 91, p. 2-20, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: UNICAMP, 2005.
- PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- SANT'ANNA, Francisco Cláudio Corrêa Meyer. *O papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana: um estudo do comportamento editorial de grandes periódicos nacionais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2001.
- SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Brasil mostra tua cara: ambivalência entre fronteiras e favelas na cobertura jornalística sobre periferias. *Comunicação & Espaço Público*, Brasília, ano 11, n. 1-2, 2008. p. 1-15.
- _____. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados: narrativas securitárias e imunização contra a diferença. *Intercom – RBCC*, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 75-92, jan./jun. 2012.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: FAPESP, 2005.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. [S.l.]: Unisinos, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

AMBIVALÊNCIA E COBERTURA JORNALÍSTICA DE PERIFERIAS²

Ada C. Machado da SILVEIRA

*Sempre que sabemos algo sobre nossa própria sociedade,
ou ainda sobre o mundo no qual nós vivemos,
nós sabemos através dos meios de comunicação de massa.*

Niklas Luhmann (2000, p. 1)

Periferia e expansão do projeto moderno

O trabalho de conversão em notícia de acontecimentos ocorridos em periferias é objeto de análise neste texto. No panóptico disposto pelo olhar da noticiabilidade jornalística, fronteiras e favelas são territórios ambíguos. O assujeitamento de suas perspectivas descreve características que podem ser comutadas entre si, visto que se repete um enquadramento ambivalente. Seria ele, como preconiza Mauro Wolf (2001), resultante dos valores e de uma cultura profissional estabelecidos segundo uma dada organização do trabalho? Prefere-se adotar inicialmente uma abordagem da noticiabilidade estritamente como conjunto de protocolos que assemelham ocorrências muito diferentes e que extrapolam a cultura profissional, apostando no fenômeno da ambiguidade. Esclarece o autor:

² O texto foi originalmente publicado na Revista de Comunicação, Cultura e Teoria da Mídia (Ghrebh), São Paulo, v. 14, 2009.

A noticiabilidade é constituída pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos — do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas — para adquirirem a existência pública das notícias. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é *excluído*, por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional. Não adquirindo o estatuto de notícia, permanece simplesmente um acontecimento que se perde entre a “matéria-prima” que o órgão de informação não consegue transformar e que, por conseguinte, não irá fazer parte dos conhecimentos do mundo adquiridos pelo público através das comunicações de massa. Pode-se dizer também que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2001, p. 190, grifo do autor).

O vigor e a autonomia que os idiomas modernos ocidentais herdaram do latim têm no primado de expressão sem ambiguidade aspectos que o regime burocrático romano havia consagrado no Direito, regulamentando a política e a vida pública. Ao preceito de mesmidade na escritura das leis, suceder-se-ia a identidade de entendimento e de aplicação da norma jurídica a todos os cidadãos, buscando uma permanência no tempo quanto à aceitabilidade de regras.

Na modernidade, se estabelece plenamente a tarefa da expressão sem ambiguidade. A pretensão cartesiana das ideias claras e distintas irradia sua influência no sentido de educar os cidadãos para a observação de preceitos que, na cultura de massa, culminariam na homogeneização. O positivismo se encarregaria de difundir a correspondência entre os termos e conceitos e sua assunção pelo Jornalismo estabelece o permanente confronto da objetividade contra a ambiguidade. Vale a pena destacar o registro de Bauman a respeito:

Os governantes modernos e os filósofos modernos foram primeiro e antes de mais nada legisladores; eles descobriram o caos e se puseram a domá-lo e substituí-lo pela ordem. [...]

Assegurar a supremacia para uma ordem projetada, artificial, é uma tarefa de duas pontas. Requer unidade e integridade do reino e segurança das fronteiras. Os dois lados da tarefa convergem para um esforço único — o de separar “dentro” e “fora”. [...]

No reino político, expurgar a ambivalência significa segregar ou deportar os estranhos, sancionar os poderes locais e colocar fora da lei aqueles não sancionados, preenchendo assim as “brechas da lei”. No reino intelectual, expurgar a ambivalência significa acima de tudo deslegitimar todos os campos de conhecimento filosoficamente incontrolados ou incontroláveis (BAUMAN, 1999, p. 32-3).

A demonologia gerada pela ânsia de expansão do projeto moderno sobre as estruturas coloniais tem no imaginário sobre as periferias um caso arquetípico de análise. As fronteiras internacionais brasileiras e as favelas metropolitanas são sociedades de formação recente, estrutura instável, compostas de migrantes, apátridas e excluídos em diversos sentidos. Mas se as semelhanças ficam estabelecidas imaginariamente na instabilidade de seu caráter, para suas sociedades a dinâmica própria ao aspecto transitório (de ipseidade) não tem sido apreendida. Enquanto suas sociedades de fronteira são classificadas como especiais, posto que não podem ser enquadradas nem como espaço urbano pleno nem como espaço rural, as favelas estão incrustadas no espaço urbano sem usufruir de suas infraestruturas e garantias cidadãs.

A cobertura jornalística sobre periferias possui uma fixidez que se manifesta nas matérias sobre o tema e as aproxima de uma noção de *mesmidade* da identidade dessas periferias. Distante de compreender o aspecto transitório de uma identidade — sua ipseidade, nos termos de Paul Ricouer (1991) — referenda-se reiteradamente o seu caráter,

sua permanência ou adequação a um imaginário congelado no tempo. No caso brasileiro, exemplos recorrentes reiteram a compreensão de que está fixada uma mentalidade que estabelece a precedência das ocorrências metropolitanas (ou litorâneas), sobre as interioranas, sertanejas — próprias do imenso *hinterland* brasileiro — ou fronteiriças.

A periferia como refúgio da ambivalência

O estudo da cobertura da mídia impressa no tema das fronteiras internacionais brasileiras reitera o condicionamento da atitude profissional que reproduz um noticiário viciado em torno de alguns elementos recorrentes: violência urbana e rural (assaltos, assassinatos, perseguição política a cidadãos de países vizinhos em território brasileiro); terrorismo (vínculos com grupos terroristas islâmicos e colombianos); exclusão social (entrada ilegal de imigrantes e trabalhadores estrangeiros sem documentos e/ou direitos legais, clandestinidade, pobreza) e contravenções legais (comércio ilegal de sementes transgênicas, de alimentos, roupas e eletroeletrônicos; abigeato, tráfico sexual, de armas e de drogas).

Grande parte destes problemas reitera-se na crônica de favelas metropolitanas: violência urbana (assaltos, assassinatos, latrocínio); tráfico de drogas e de armas (vínculos com o crime organizado e quadrilhas internacionais); exclusão social (imigrantes estrangeiros e trabalhadores de outras regiões brasileiras, *deficit* de cidadania, pobreza) e contravenções legais (prostituição de menores, comércio de eletroeletrônicos, distribuição de armas, de drogas, de cópias piratas de *softwares* e de material audiovisual), enquadradas no título de ilícitos transnacionais no jargão dos debates sobre Defesa e Segurança Nacional.

São os acontecimentos sobre descaminhos, título jurídico genérico para os crimes contra a ordem tributária, que mais incidem sobre os critérios de seleção de notícias, tomando os espaços periféricos

como periferia particular do Estado-nação. Os crimes de descaminho consistem em não recolher tributos e taxas advindas de uma operação de importação ou exportação. Já o contrabando apresenta especificidades penais pela venda de produtos proibidos como armas ou drogas.

O imbricamento entre questões decorrentes do tráfico de entorpecentes e delitos que se lhes associam, como o tráfico de armas e de precursores químicos, a lavagem de dinheiro, a corrupção, o contrabando, a extorsão, o sequestro e o tráfico de imigrantes ilegais, tem produzido acontecimentos bastante localizados em zonas periféricas, mas não só nelas (BRASIL, 2005). Os acontecimentos noticiados nas fronteiras possuem articulações com interesses de outras regiões, especialmente metropolitanas. As condições permeáveis das fronteiras internacionais brasileiras, a amplitude de seus 16 mil quilômetros, a existência de comunidades transfronteiriças e o caráter marcadamente pacífico dessa convivência contrastam com o noticiário marcado por cenas de violência e crimes de descaminho, de um lado, e caos e ausência de Estado, de outro, ou seja, problemas de segurança pública e problemas de segurança nacional.

Assim, a categoria de descaminho engloba atividades consideradas ilícitas e passíveis de imputação legal aplicáveis aos importadores em larga escala, bem como a “compristas”, “paseiros”, “chibeiros”, “muambeiros”, “sacoleiros” ou comerciantes de todo tipo que suportam, sob o vigor físico de seu próprio corpo, mercadorias que depois serão distribuídas em centros urbanos muitos quilômetros distantes. Enquanto isto, os habitantes dos espaços urbanos especiais que se constituem as cidades-gêmeas presentes nas fronteiras nacionais do Brasil reduzem-se a testemunhas coniventes com o desvio da ordem, tendo-se em conta os modos de ver com os quais se produz a adscrição de origem a acontecimentos ocorridos em espaços periféricos, mas cuja autoria e irradiação extrapolam esses lugares.

Para compreender as complexas redes simbólicas que se articulam nos limites internacionais, faz-se necessário dividir o quanto essas

áreas são especiais. Num primeiro momento, tem-se a tendência de classificar esse tipo de região como, de certa maneira, independente da lógica institucional por possuir uma lógica orgânica particular; no entanto, partindo do princípio de que elas não são tão independentes assim, verifica-se a situação de múltiplos pertencimentos e duplas nacionalidades, como é o caso dos habitantes de Foz do Iguaçu (BR), divisa com Puerto Iguazú (AR) e Ciudad del Este (PY). Sua condição excepcional — somente a China supera o Brasil em número de tríplexes fronteiras — expõe a sociedade fronteiriça à noticiabilidade determinada pelos protocolos e estratégias desenvolvidos pelo jornalismo internacional.

Assim convertidas em outro, tanto as fronteiras como as favelas estão à mercê de apropriações jornalísticas que se fazem vicárias do projeto moderno e encontram, na interpretação de Zygmunt Bauman (1999), duas faces: (1) a armadilha e (2) a vingança da ambivalência. Expõem-se a seguir suas implicações para a noticiabilidade jornalística com vistas a chegar a uma compreensão sobre como sua atividade de cobertura atua enquanto intérprete que confere um caráter rígido à mesmidade periférica.

Apropriações do outro: modos de ver e devorar

Apresenta-se inicialmente a capa de *Época* (TERRORISTAS..., 2007) com a manchete “Terroristas islâmicos estão escondidos no Brasil?: *Época* investigou as controvertidas acusações do governo americano”. A edição tem a chamada que destaca: “A Tríplice Fronteira é o ponto de entrada de contrabando, pirataria, armas e drogas”.

Na situação das favelas, a cobertura sobre o tráfico de drogas expõe a todos seus habitantes, conforme se avalia do exemplo da matéria especial intitulada “O Estado prisioneiro. Os métodos. O PCC tem o desenho estrutural da Cosa Nostra. Ainda não é uma máfia, mas ganha força graças à inaptidão oficial” (O ESTADO..., 2006, p. 16-7).

É a situação em que a favela está incrustada na malha urbana, não apresentando descontinuidade entre centro urbano e periferia, antes mesclando-os. Entretanto, mais que sucumbir à complexidade social sob os aspectos noticiados, a discursividade promove a ambivalência entre atos ilícitos de facções e a ordem legal proclamada num dado lugar. Ultimamente, a ambivalência alcançou o confronto entre criminosos e militares conforme a revista *Veja* (BORTOLOTTI, 2008, p. 136-8) apontou na matéria intitulada “E quanto aos bandidos sem farda?”, com a chamada: “Uso político das Forças Armadas acaba em tragédia com três mortos em favela do Rio. Os militares envolvidos foram presos, mas é preciso capturar também os criminosos que trucidaram os jovens”.

Os exemplos apresentados referendam a perspectiva colonial e sartriana das periferias brasileiras. Faz-se assim necessário apontar o que há de negativo na ambivalência pela perspectiva de imprimir um olhar colonial ou colonizante à realidade social, disseminado em amplas tiragens de semanários brasileiros e estrangeiros.

É nestes termos que a nação — e seus acontecimentos — mantém-se imobilizada sob o olhar colonial ou colonizante que Fredric Jameson (1995) recolheria de Sartre. O olhar se apresenta como a fonte prototípica da dominação. No olhar e, por consequência, em seus modos de ver, a objetivação se apresenta como um ato de dominação. O Jornalismo que preconiza a objetividade em seus relatos tem que enfrentar a crítica de que a visibilidade é tomada como uma forma de colonização, especialmente tendo em vista que ao que se chamava Terceiro Mundo não é oferecida oportunidade de apropriação, já que a Europa se propõe como o lugar do universal. Ao olhar que tudo petrifica, recupera-se a mirada subjetivada do colonizador europeu e a discursividade jornalística consagra-se na captura do outro objetivado.

Trata-se do que as pesquisas anteriores avaliam como casos exemplares da cobertura de territórios sem diálogo, seja ele da sociedade com seus problemas ou da sociedade com suas autoridades, seja da mídia com a sociedade. O veredito de violência já está estabelecido

para acontecimentos atravessados pela perspectiva periférica, contém notoriedade e faz-se passível de noticiabilidade obrigatoriamente.

E por que se aponta para o problema da alteridade na cobertura de periferias? Por uma relação muito simples, que consiste em reconhecer o chamado lugar de fala, o qual se estabelece como o ponto desde o qual um enunciador se localiza. Fez-se trivial constatar que a cobertura jornalística reitera os pares de oposição complementar: capital × interior, Atlântico Sul × fronteiras nacionais, litoral × sertão, recolocando continuamente a relação centro–periferia. As redações jornalísticas, ao manipularem continuamente tais pares, evidenciam a opacidade de seu próprio posicionamento, o qual se afirma evidentemente desde um lugar que é central, pois o cânone de abrangência de um fato é contemplado pela maioria dos jornalistas. Os profissionais, no entanto, desdenham de processos interpretantes fundamentais que lhes proporcionariam identificar dinâmicas conceituais que sustentam a representação de um objeto de comunicação e suas possíveis transformações. Uma crítica que se aplica especialmente às noções vigentes quanto à mística que envolve o imaginário do Estado-nação. Por essas vias, firma-se o preceito de que os acontecimentos periféricos projetados pela ação midiática assumem a condição de alegoria nacional nos termos de Jameson (1995).

Nossa cultura jornalística se ressentida da tradição autoritária, da censura de regimes políticos e de instituições religiosas, de tecnologias de vigilância introjetadas no cotidiano profissional, a par de confrontos ideológicos. Alguns dos aspectos mencionados são assumidos; outros, nem tanto. Faz-se pertinente recordar o que Bauman (1999, p. 185) aponta: “Traçar claras linhas divisórias entre o normal e o anormal, o ordenado e o caótico, o sadio e o doentio, o racional e o louco é tarefa do poder. Traçar essas linhas é dominar; é a dominação que usa as máscaras da norma ou da saúde, que ora aparece como razão, ora como sanidade, ora como a lei e a ordem.” Seria um modo de devorar?

Quando a ambivalência é uma armadilha: comparando interpretações silentes

Devorações do outro supõem vários modos de olhar. Ademais do olhar colonizante, um outro olhar mais aperfeiçoado se impôs. Jameson (1995) aponta a emergência nos anos 70 do olhar burocrático ou foucaultiano. É quando o olhar se combina com o saber, tornando-se um instrumento de medição. A reificação obtida com a mensuração do outro e seu mundo pelo olhar burocrático conduz à negação da alteridade, à negação da diferença de visibilidade. Perfilam-se a disciplina, o controle e a dominação.

É difícil não relacionar certa prática jornalística com o momento burocrático. Ao alinhar-se tão rigidamente com a perspectiva que o poder instituído constrói e ponderando sobre os modos de ver, sugere-se que o Jornalismo está se apropriando de uma tarefa do poder ao construir juízos por meio da noticiabilidade. É desta forma que outras coberturas de revistas semanais apresentam-se pertinentes ao afetar a um dos mais caros tesouros da nação brasileira e fonte permanente de preocupações internacionais: a Amazônia.

Uma análise sistemática de *Época* e *IstoÉ* em abril de 2008 expõe o tema. Três linhas de interpretação podem sintetizar a abordagem construída por ambas as revistas. Na primeira, a Amazônia é apresentada como fronteira e são evidenciados os problemas relativos à ausência do Estado naquela região. As matérias enfocam os temas queimada, desmatamento, tráfico de madeiras nobres, narcotráfico, guerrilhas, indígenas e disputa por terras. A segunda consiste em focar a diplomacia entre os países. Trata-se de notas que apresentam as relações em termos de rivalidades, competições financeiras, desentendimentos políticos e disputa pela hegemonia nas fronteiras. Mesmo quando o conflito não é a principal informação, a temática é fomentada indiretamente. As matérias categorizadas expressamente como fronteiras territoriais, terceira possibilidade de abordagem, são quase inexistentes. Seus registros, quando ocorrem, seguem a mesma

linha das demais: conflito, tensão, desordem, abandono. Enquanto nas revistas semanais *Veja*, *IstoÉ* e *Época* se encontra farta cobertura, o semanário *CartaCapital*, nas edições de 2006-8, não dedicou atenção a ocorrências das fronteiras internacionais do Brasil. A opção editorial refletiria uma opção por segmento de público metropolitano ou uma adequação particular dos critérios de noticiabilidade a sua opção ideológica e cultura profissional?

Extrapolando-se a análise para outros meses, na revista *Época* há exemplos como: “Tensão entre índios e agricultores” (TENSÃO..., 2008); “A guerra do arroz na Serra do Sol” (A GUERRA..., 2008); “O que está por trás da batalha da Raposa” (MARTINS, 2008). Assim também em *IstoÉ*: “As fotos secretas da guerrilha” (RODRIGUES, 2008); “Soberania nacional em RISCO” (MARQUES; COSTA, 2008). Independentemente de sua categorização, em todas elas reforça-se um imaginário de que nessas localidades não há modo de vida pacífico e organizado. O cunho alarmista adotado reflete um imaginário de alerta, para o qual as fronteiras teriam a incumbência de acionar um alarme a cada iminência de problema para a nacionalidade.

Trata-se de um Jornalismo com pouca iniciativa frente a um debate diferenciado sobre as fronteiras. São matérias factuais, sem contextualização, numa abordagem superficial do tema, tendo em vista a importância que ele apresenta. As matérias simplificam a interpretação de fenômenos complexos e heterogêneos, reforçando, dessa forma, a imagem estigmatizada da região fronteiriça. Em que pese haver convergências culturais importantes das fronteiras, descuida-se de referências específicas, sua educação, saúde ou o modo como vivem (SILVEIRA; STRASSBURGER, 2013).

Recordando Foucault ao discorrer sobre a cerimônia do exame (médico, sala de aula), a qual captura o indivíduo num mecanismo de objetivação, flagra-se a perspectiva que enquadra os exemplos extraídos das revistas *Época* e *IstoÉ*. A arraigada tendência da cultura política brasileira de desprezo ao periférico é assim reproduzida no

cotidiano jornalístico. Sobrevém a constatação de que os enfoques negativos seriam inerentes à atividade jornalística, a qual se pauta em que a cobertura de acontecimentos ocorridos nas fronteiras internacionais do Brasil reflète que o que ali efetivamente acontece sem ponderar no que isso se agrega a um imaginário predatório à memória e ao patrimônio multicultural. Não se faz pertinente ponderar se esse contexto opera contra a integração cultural e econômica ou se ele fraudava expectativas cidadãos de terem sua visibilidade respeitada.

E é neste sentido que, ao repetir-se *ad nauseam* um enquadramento de periferias distintas a partir de referências identificantes comuns, produz-se uma narrativa falaciosa, conforme se retomará nos próximos parágrafos. Impõe-se às periferias um sobre-esforço de argumentação em favor de suas diferenças ao repetir-se a mesma estrutura diversas vezes. Diante da hipótese de tratar-se de uma técnica de vencer pelo cansaço e esgotar disposições contrárias de forma a afirmar uma pretensão de verdade, a inconsistência acaba por manifestar-se. Ainda que aparentemente válidos, os enquadramentos jornalísticos não deixam de ser falsos e ineficazes ao produzir coberturas inconsistentes. Fixa-se a força persuasiva de uma sociedade paralisada por suas próprias contradições e ambiguidades, as quais resultam em vetores de violência.

As transformações no trajeto do olhar encaminham Jameson (1995) a falar de cegueira do centro ao aludir a um terceiro momento, que seria o da pós-modernidade. Nele, os meios de comunicação são tomados como uma tecnologia de função epistemológica. Assim, dar a conhecer o que se passa nas fronteiras brasileiras seria tomado didaticamente como atribuição midiática e a prática jornalística alinha-se com um exercício de poder.

A manchete a seguir expõe o padrão de reconhecimento a que se pode submeter uma sociedade periférica independentemente de ser ela uma favela ou uma fronteira: “Em Tabatinga, quem nunca traficou, um dia vai traficar” (ARAÚJO, 2008; PRIMEIRO PLANO/

FALA BRASIL, 2008; QUEM..., 2008). A ipseidade posta na identidade do sujeito reconhecível pela manchete (o “Quem” da ação) afeta a todos e a cada dos habitantes periféricos e de casos particulares extrapola-se para o geral. O tom judicativo promove uma condenação sem volta e converte o sujeito em objeto, autorizando até mesmo a comutação: “O que não traficou um dia vai traficar”. Provocação, interpelação reflexiva ou arrogância? Eis aí um jogo de esconde-esconde que produz o *nonsense* da cobertura jornalística.

O que se quer apontar não é apenas um esgotamento da prática jornalística, mas a falta de poder das sociedades periféricas sobre a narrativa jornalística, de sua distância para com o cotidiano da prática profissional ou distância de seus profissionais para com a vida na periferia. Julgadas à revelia por sua desatualização em relação à modernização ordenadora, de vítimas do atraso passam à imputação de réus da criminalidade. Seria o caso de indagar se a prática jornalística teria motivação basicamente emocional, contrariando a modernidade que preconiza a racionalidade lógica. Situação que confunde a ambas as culturas — a profissional e a da sociedade periférica — na mesma situação de enclave considerado área atrasada onde eficiência e racionalização visual não penetraram.

As revistas semanais de circulação nacional não conhecem maiores condicionamentos que as determinem operar num nível de adequação às particularidades periféricas, seja da nação (sociedade fronteira), seja de suas metrópoles (sociedades de favelados). Ou seja, sua produção está padronizada para um “leitor médio” que não é conhecido nem valorizado em suas particularidades, mas no que tem em comum com outros leitores situados em distintos ambientes urbanos do Brasil. Exceção é feita quando se trata da cobertura de manifestações ditas culturais. E é em reação a culturas profissionais elitizadas, conforme comentam Ramos e Paiva (2007, p. 78), que a sociedade lê a mídia como incorporando uma atitude vinculada ao poder.

Referindo-se ainda às condições postas pela modernidade, Bauman (1999, p. 185) sustentaria que “o poder é uma luta contra

a ambivalência. O medo da ambivalência nasce do poder: é o horror (premonição) que o poder tem da derrota.” O que significa a derrota para o poder?

Quando a ambivalência é um ato de vingança: o refúgio dos diferentes

Na vingança da ambivalência, Bauman (1999, p. 190) diz que “ela não é para ser lamentada, mas para ser celebrada”, já que é o limite de poder dos poderosos. Se é certo que na ambivalência vivem as populações periféricas, isso não tem atrativo para grande parte do noticiário. Entretanto, uma prática se faz documentar e tem seu oposto dialético nos exemplos a seguir, exceções que consistem de matérias enquadradas em *fait divers* ou mesmo na economia da cultura.

Trata-se das seções “Especial” e “Plural”, da revista semanal *CartaCapital*, as quais trabalham sistematicamente com matérias que podem ser analisadas pelo terceiro momento na teoria da imagem proposto por Jameson (1995), conforme já se referiu. No momento da pós-modernidade, a distância com a cultura de imagens desaparece e a sociedade nelas submerge. Apresenta-se uma estetização e visualização mais completas da realidade. A reflexividade de obras *high-tech* a respeito das tecnologias de informação estão em meio a uma superabundância de imagens naturalizante.

Da primeira seção da revista é a matéria “O *hip-hop* sobrevive. Periferia Latina. Como as redes organizadas em torno da cultura do *rap* geram emprego e renda em comunidades pobres da Argentina, da Colômbia e de grandes cidades brasileiras” (O HIP HOP..., 2007).

Da segunda editoria provém a matéria intitulada “Greve de sexo na periferia” com a chamada “Teatro. A Lisístrata de Aristófanes viaja da Grécia Antiga à atual guerra civil brasileira” (GREVE..., 2006). Abordando a relação da diretora teatral Débora Dubois com o escritor da periferia Ferréz, há o destaque à fala: “Ferréz bateu pé,

e conseguiu demonstrar a ela como por vezes a periferia se sente espoliada pelo que entende por estratégias dissimuladas para lucrar à sua custa". O registro do que se tem como uma voz genuína da periferia não denota apreciação valorativa. Sem afetação, ignoram-se valores atribuíveis a certo "gosto classe média".

Jameson (1995) considera que sustentar as diferenças, afirmar identidades é um assunto delicado e a solução é fazê-lo de forma abstrata como um *slogan* ou um valor do universal. Mas, ao mesmo tempo, a celebração pluralista das diferenças é apreciada. As diferenças concretas levam o teórico a ser estigmatizado imediatamente de racista e tomado como separatista. É neste contexto que o Novo Jornalismo se perfila como uma das variantes existentes e que, provavelmente, serve de inspiração para o padrão de matérias em referência. Outro exemplo é a matéria intitulada "A indústria das ruas", com a chamada "Economia da cultura. As periferias criam novos modelos de venda de música e cinema". Nela se registra:

Na Nigéria, África Ocidental, a indústria cinematográfica denominada "Nollywood" produziu 1.200 filmes em 2004, gera cerca de 1 milhão de empregos e mobiliza 200 milhões de dólares anuais. O montante faz do setor a segunda economia local (depois da agricultura, antes do petróleo) e torna a Nigéria a terceira maior indústria de cinema do planeta, atrás dos Estados Unidos e da Índia. Até pouco tempo atrás, não existia nenhuma sala de cinema no país (A INDÚSTRIA..., 2007, p. 58-9).

Em outro semanário há tratamento semelhante: "A Hollywood africana. Sem subsídio do governo, a indústria de cinema da Nigéria tem o terceiro maior faturamento do mundo" (FAVARO, 2006, p. 130).

O inusitado do tema não deveria surpreender. Reitere-se que Jameson (1995) sustenta que a ilusão de uma nova naturalidade surge quando não há distância com a cultura das imagens. A imagem adquire a forma final de reificação como mercadoria e decidir se isto é novidade ou progressão de algo remanescente/reminiscente à história

da humanidade é uma opção política. E assim a periferia se converte em refúgio da exclusão, quando o ato de “re-fugir” permite tornar-se isento, desobrigado, furtando-se, eximindo-se, esquivando-se dos deveres. Prossegue Bauman apropriando-se ao final das palavras de Hartmann e Budick (s.d.):

A ambivalência não é para ser lamentada. Deve ser celebrada. A ambivalência é o limite de poder dos poderosos. Pela mesma razão, é a liberdade daqueles que não têm poder. É graças à ambivalência, a riqueza polissêmica da realidade humana, à coexistência de muitos códigos semióticos e cenários interpretativos, que o “conhecimento associativo do intérprete é investido de poderes notavelmente amplos, incluindo até o privilégio hermenêutico de deixar perguntas figurarem como parte das respostas” (BAUMAN, 1999, p. 190).

Apontaram-se algumas situações em que a narrativa jornalística privilegia o viés da inevitabilidade dos conflitos e suas exceções. Trata-se de critérios de noticiabilidade encontráveis nos semanários brasileiros de maior circulação como *Época* (Editora Globo), *Veja* (Editora Abril), *IstoÉ* (Três Editorial) e *CartaCapital* (Editora Confiança). Ao noticiar atos de violência culminados sob o manto da proeminência, elas expõem o caráter de inegociabilidade de alguns conflitos, paralisando os agentes que sob outras circunstâncias, em outros momentos, agem de outras maneiras, as quais não são captadas pela estrutura de trabalho das redações jornalísticas e nem pelo ponto de vista dos jornalistas.

Chegando ao fim, formula-se a questão de como se alcança desambiguar as periferias, uma vez que a naturalização de seus estigmas parece ter chegado a uma situação culminante. O trabalho jornalístico consiste em discriminar por meio de casos singulares a partir de categorias simples, essenciais e heteronormativas geralmente acolhidas da ação legislativa e também judiciária do Estado e extensivas a toda sociedade na modernidade. No que o Jornalismo pode estar implicado ao integrar as engrenagens do poder?

Considerações finais: para desambiguar as periferias

Para esboçar uma saída, faz-se pertinente observar duas combinatórias apresentadas por Bauman (1999, p. 168) como antinomias inerentes à modernidade. Trata-se do “sonho da clareza semiótica que revela o mundo como irremediavelmente equívoco” (a), e o “culto da integração que desnuda o desenraizamento” (b). Por meio delas se perfilam práticas profissionais de noticiabilidade que legitimam discursos tão diversos como aquele sobre o terrorismo numa fronteira internacional (editoria de política) e um outro que problematiza a presença das forças armadas na favela carioca (editoria de polícia). Ambos são enquadrados como cobertura de periferia, considerando-se “a própria ‘localização dupla’ da ambivalência — selecionada como alvo de ataque do projeto moderno mas ainda assim situada no coração mesmo da mentalidade moderna” (BAUMAN, 1999, p. 168).

O desejo de clareza semiótica (a) acolhido pelo projeto moderno envolve discernir frente ao desperdício, à má absorção, reconhecendo dejetos e resíduos. Trata-se do caminho que ejeta resíduos das grandes narrativas construtoras da nacionalidade à condição de imagens excrementais que, manipulados pelos difíceis critérios de noticiabilidade, chancelam o enquadramento de situações do cotidiano periférico como refugio industrial que não condiz com qualquer objeto ou fato que tenha correspondência na realidade empírica e esteja investido apenas do valor de imagem.

Constata-se como o Jornalismo assume, ainda que parcialmente, o papel legislativo de discriminar para a sociedade e o papel judiciário de emitir juízos, por meio de sua ação ordenadora a partir de um discurso situado, blindado por sua localização num centro, um “dentro” que tenta resguardar-se do caos e da violência e que, assim procedendo, cultiva a ilusão de integração preconizada pela modernidade.

Plasma-se na cobertura jornalística das periferias um desarranjo espacial, uma espécie de estranhamento ambiental, face a sua plena territorialidade. Por meio dele, o noticiário sobre periferias se converte

numa acumulação de detritos sociais, detendo-se em dejetos resultantes do culto de integração plena responsável, ele sim, pela produção de situações que se fazem residuais. A ilusão resultante dessa ótica excludente promove vieses, ressalta o poder das autoridades, criminaliza a pobreza, discrimina cidadãos, aponta culpados sem julgamento prévio, desqualifica as sociedades em foco, fomenta relações violentas. E, como se não bastasse, atinge o projeto de nação com o qual os brasileiros são educados desde crianças ao compartilhar — ainda que fragmentariamente — o mito da democracia racial, do homem cordial, da abundância da natureza, etc.

A tarefa de desambiguar as periferias implica enfrentar os nós da modernidade estabelecidos em suas ambivalências e que terminam por conceder aos temas fortes para os poderes instituídos — situações de criminalidade, caos e violência — uma condição crítica. Esta, por sua vez, permite à mídia explorar acontecimentos excepcionais — justamente os requeridos pelo caráter inegável de noticiabilidade — com um trato que acaba por mantê-los num enquadramento de refúgio industrial ao combinar militarismo, legalismo e criminalização da pobreza.

Ao acompanhar o processo produtivo da indústria cultural, observa-se a contaminação do que pode ser atribuído a problemáticas específicas de um tipo de sociedade ordenada contra a integração de uma outra ainda não ordenada (b). Através das lentes postas em macroplanos que se têm como inerentes às periferias nos termos estabelecidos pelo Estado-nação se desenrola um rígido agendamento, desconectado da realidade empírica das populações periféricas, comprometendo a compreensão e rejeitando informações que não conferem com seu autorreconhecimento.

Como pode ser avaliada a intensidade da presença da ambiguidade na atividade jornalística? Quais são as características culturais que lhe dão consistência e aceitabilidade? Penso que são aspectos que falam do contexto da atividade jornalística e não dela num primeiro momento. Elas falam da história de uma cultura jornalística

como prática comunicacional socialmente legitimada. Aqui, faz-se pertinente recordar que Adelmo Genro Filho (1987, p. 14) entendia o Jornalismo “como uma forma social de conhecimento, historicamente condicionada pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotada de potencialidades que ultrapassam a mera funcionalidade a esse modo de produção”.

O contraponto de fronteiras e favelas mostra-se útil para análise do cotidiano da atividade industrial da cultura, incluindo-se o Jornalismo nesta prática. Ao conceder à noção de periferia um duplo sentido, ainda que seus habitantes estranhem sua exploração conjugada e ignorando qualquer homonímia, produz-se um efeito de perspectiva e o fundo aparece subitamente distanciando, o que recoloca a falácia da ambiguidade de fronteiras e favelas. Mal comparando a noção de perspectiva trabalhada nas artes plásticas, sua contraposição as coloca antes numa fuga em profundidade que vem a enaltecer o enquadramento proporcionado pelo centro visual.

As manifestações unilaterais provenientes do ambiente jornalístico expõem aspectos da autorreferencialidade que culminam com uma concepção muitas vezes falaciosa das periferias e que permite o seu trato como refugio da vida social, o que se agrava frente ao já apontado por Flusser (2007, p. 163, grifos do autor): “Os objetos deixaram de ser alcançáveis e, por isso, no sentido estrito da palavra, não são mais *objetivos* (*gegenständlich*), mas apenas *fenomênicos*; eles agora somente aparecem, passam a ser visíveis apenas.”

Havendo adotado inicialmente uma abordagem da noticiabilidade enquanto protocolos que terminam por assemelhar ocorrências muito diferentes, frente à proposição de Wolf (2001) sobre a precedência da cultura profissional na sua análise, detectaram-se distintos processos de ancoragem que permitem a nomeação e produção de referências identificadoras de periferias diversas, apostando no fenômeno da ambiguidade.

As evidências teóricas apontam para a necessidade de considerar a atividade da mídia como imprescindível na definição de políticas

de comunicação e instrumentos que fortaleçam a formação de novas identidades que venham a substituir os antigos vínculos no contexto da globalização. Jameson (1995) sustenta que a nação continua no mundo globalizado a constituir o limite político, social e cultural.

Expôs-se, assim, uma plausível resposta para a pergunta com a qual Luhmann (2000, p. 122) finaliza seu livro: “Como é possível aceitar uma informação sobre o mundo e sobre a sociedade enquanto informação sobre a realidade quando nós sabemos *como* ela é produzida?”

Referências

- A GUERRA do arroz na Serra do Sol. *Época*, São Paulo, n. 521, 20 maio 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI4472-15215,00.html>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- A INDÚSTRIA das ruas. *CartaCapital*, São Paulo, n. 439, p. 58-9, 11 abr. 2007.
- ARAÚJO, Glauco. Delegado da PF diz que, em Tabatinga, quem não traficou, ‘um dia vai traficar’. *Portal G1*, 9 mar. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL343383-5598,00.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BORTOLOTTI, M. E quanto aos bandidos sem farda? *Veja*, São Paulo, n. 2066, p. 136-8, 25 jun. 2008.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. *Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. MACHADO, L. O. (Org.). Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- FAVARO, Thomaz. A Hollywood africana. *Veja*, São Paulo, n. 1971, p. 130-1, 30 ago. 2006.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac & Naify, 2007.
- GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do Jornalismo*. Porto Alegre: Tchê!, 1987.
- GREVE de sexo na periferia. *CartaCapital*, São Paulo, n. 414, p. 54-5, 11 out. 2006.

- JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- LUHMANN, Niklas. *The reality of mass media*. Londres: Polity Press, 2000.
- MARQUES, Hugo; COSTA, Octávio. Soberania nacional em RISCO. *IstoÉ*, São Paulo, n. 2022, 3 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2026/artigo100419-1.htm>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- MARTINS, Ivan. O que está por trás da batalha da Raposa. *Época*, São Paulo, n. 537, 29 ago. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI11559-15223,00.html>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- O ESTADO prisioneiro. *CartaCapital*, São Paulo, n. 394, p. 16-7, 24 maio 2006.
- O HIP-HOP sobrevive. *CartaCapital*, São Paulo, n. 464, p. 10-5, 3 out. 2007.
- QUEM não traficou, um dia vai traficar. *IstoÉ*, São Paulo, n. 2002, 19 mar. 2008.
- PRIMEIRO PLANO/FALA BRASIL. *Época*, São Paulo, n. 514, 23 mar. 2008 [atualizada em 16 abr. 2009]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI61029-15215,00-FALA+BRASIL.html>>. Acesso em: 20 jun. 2009.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- RICOUER, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas: Papirus, 1991.
- RODRIGUES, Alan. As fotos secretas da guerrilha. *IstoÉ*, São Paulo, n. 2007, 23 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/edicoes/2007/sumario.htm>>. Acesso em: 16 maio 2016.
- SILVEIRA, Ada Cristina Machado da; STRASSBURGER, Tabita. A atualização de uma relação colonial: desconstruindo valores na disputa jornalística pela Amazônia. In: SEIXAS, N. et al. (Orgs.). *Comunicação: visualidades e diversidades na Amazônia*. Belém: UFPA, 2013. p. 82-95.
- TENSÃO entre índios e agricultores. *Época*, São Paulo, n. 516, 7 abr. 2008.
- TERRORISTAS islâmicos estão escondidos no Brasil? *Época* investigou as controvertidas acusações do governo americano [capa]. *Época*, São Paulo, n. 460, 12 mar. 2007.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação de massa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TRÍPLICE FRONTEIRA ARGENTINA-BRASIL-PARAGUAI: FISCALIZAÇÃO E CONTRABANDO EM REPORTAGENS DE TV³

**Aline Roes DALMOLIN
Ada C. Machado da SILVEIRA
Isabel Padilha GUIMARÃES
Dairan Mathias PAUL
Mariana Nogueira HENRIQUES**

Introdução

É inegável a importância da televisão no mundo e, principalmente, na sociedade brasileira, sendo impossível imaginar a realidade contemporânea sem a presença desta. Mesmo com o desenvolvimento recente de novas e diversificadas mídias, a televisão ainda é o meio mais popular de entretenimento, atualização e obtenção de informações (SQUIRRA, 2004).

Compreendendo a grande importância da mídia televisiva, a presente pesquisa torna-se relevante na medida em que se propõe a comparar reportagens sobre as fronteiras internacionais.

Entende-se que o agenciamento jornalístico mantém a noticiabilidade sobre as periferias numa condição discursiva ambígua que enquadra seus acontecimentos ou como sinais de alerta ou como

³ Uma primeira versão do texto foi apresentada no XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, 2013, Bauru e integra os Anais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste. São Paulo: Intercom, 2013.

alarmes de incêndio. O conceito de alarmes de incêndio (*fire alarms signal*), apropriado de McCubbins e Schwartz (1984), relaciona-se aos procedimentos utilizados para vigiar e controlar a implantação de políticas governamentais.

Já o enquadramento de acontecimentos ocorrentes em fronteiras ou favelas podem ser tomados como dispositivos panópticos, que alertam continuamente a comunidade nacional/local para seus perigos. O panóptico de Jeremy Bentham tem sido apropriado como metáfora para uma diversidade de situações de controle social na qual os controladores não se encontram expostos frente aos controlados. A abordagem de Foucault (1987) conduziu à articulação do dispositivo panóptico com a estruturação da sociedade disciplinar, associado à compreensão das linhas epistemológicas abissais, conforme explica Boaventura de S. Santos (2007). Uma compreensão ajuda a circunscrever teoricamente o problema de matérias televisivas quando reproduzem o estigma fronteiriço presente nas coberturas de outros veículos, dando ênfase excessiva a aspectos como os riscos à soberania nacional em detrimento das particularidades culturais e identitárias dos contextos fronteiriços e das peculiaridades do contexto amazônico.

Acreditamos que esse modelo está presente tanto no jornalismo impresso local, produzido nas cidades situadas nas fronteiras internacionais, ademais das revistas nacionais de referência como *Veja*, *Época* e *IstoÉ*.

Consideramos que o enquadramento jornalístico típico aborda as fronteiras nacionais como uma “terra sem lei”, na qual os agentes do poder estatal buscam reprimir e combater as atividades ilegais. O tráfico e o contrabando são alvo prioritário dessas angulações, que desconsideram a pluralidade étnica, as características culturais e as identidades de uma região como a Tríplice Fronteira, apagando as complexidades a partir de um único viés.

Para tal, analisaremos as abordagens sobre o tema nas reportagens da série Câmera JH, exibida no *Jornal Hoje*, da TV Globo,

e os episódios da série *Fronteiras*, do programa *Conexões Urbanas*, do canal Multishow. Lançaremos mão da metodologia proposta por Rocha (2008) para a análise de programas televisivos, que consiste em um estudo de conteúdo articulado à compreensão dos gêneros e dos formatos ao qual cada programa pertence. A proposição da autora “articula análise de conteúdo, uma faceta quantitativa, com análise de gênero, do viés mais qualitativo, com vistas a compreender os processos de significação sugeridos pelas narrativas” (ROCHA, 2008, p. 122).

A opção pela análise de conteúdo se faz no sentido de que esta estabelece uma ligação entre o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais, destacando-se como uma “técnica híbrida que pode mediar essa improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (BAUER, 2002, p. 190). Já a caracterização dos gêneros e dos formatos volta-se para a identificação de sentidos investidos nos programas televisivos, sobretudo porque os programas analisados representam gêneros híbridos da produção telejornalística.

Desde janeiro de 2012, o *Jornal Hoje* exibe o quadro *Câmera JH* que, de acordo com o *site* do programa, surgiu para focar assuntos que mais despertam interesse nos telespectadores: segurança, saúde, educação (JORNAL HOJE). Um dos temas apresentados foram as fronteiras brasileiras, retratadas em uma série de três reportagens, exibidas de 24 a 26 de abril de 2013. A série pauta uma operação de combate ao contrabando, deflagrada durante dez dias pela Receita Federal brasileira na tríplice fronteira situada entre Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Nas três matérias, os fiscais da Receita figuram como fonte privilegiada das informações, fornecendo dados e detalhes sobre as operações, que envolvem perseguições de carros suspeitos, apreensões de produtos nas margens dos rios e nos ônibus que circulam pela região, além da detenção de suspeitos de contrabando.

Quadro 1 – Síntese dos episódios do Câmera JH

EPISÓDIO	NOME DO EPISÓDIO	RESUMO
Ep. 01 Data: 24/04/2013 Duração: 7'31''	Veja no JH: O trabalho da Receita Federal na fronteira do Brasil com o Paraguai.	Centra o foco em flagrantes de contrabando em veículos na cidade, além de mostrar perseguições aos que tentavam evadir-se das abordagens dos fiscais em estradas de terra no interior de Foz do Iguaçu.
Ep. 02 Data: 25/04/2013 Duração: 6'31''	Confira cenas de perseguição na segunda reportagem da série Câmera JH.	Aborda a repressão dos barqueiros que circulam com contrabando nas margens do Rio Paraná, transportando produtos ilegais do Paraguai para o Brasil.
Ep. 03 Data: 26/04/2013 Duração: 6'21''	Câmera JH exhibe flagrantes do contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai.	Enfatiza a repressão às práticas ilegais nos postos da Receita Federal, mostrando apreensões de cargas em ônibus e excursões. A matéria também traz imagens da rodoviária de Foz de Iguaçu, destacando a grande movimentação de sacoleiros e de enormes volumes de bagagens.

Fonte: Autores

O assunto também foi tema da segunda temporada de uma série de reportagens apresentadas no programa *Conexões Urbanas*, denominada *Fronteiras*, que teve exibição inicial nos dias 2, 9, 16 e 23 de setembro de 2012.⁴ Nos quatro episódios, o apresentador José Junior trata dos problemas do contrabando e do tráfico de drogas na fronteira

⁴ Os programas também foram reprisados em outras datas, com datas e horários variados dentro da grade da programação do canal.

de Foz do Iguaçu e em outra tríplice fronteira, constituída pelas cidades de Tabatinga (Brasil), Letícia (Colômbia) e Santa Rosa (Peru).

Quadro 2 – Síntese dos episódios de *Conexões Urbanas* – Série Fronteiras

EPISÓDIO	NOME DO EPISÓDIO	RESUMO
Ep. 01 Data: 02/09/2012 Duração: 6'59''	Fronteiras: o epicentro dos problemas	Debate sobre os carregadores que passam pela Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai, e os problemas de segurança pública, pela ótica de especialistas.
Ep. 02 09/09/2012 Duração: 7'03''	Operação contra o contrabando	Mostra a cidade de Letícia, na Colômbia, que faz fronteira com Tabatinga, no Brasil. José Junior entrevista um sargento da Polícia Nacional da Colômbia, para discutir o problema do narcotráfico na fronteira. Questiona também a prostituição infantil que ocorre no local e conversa com uma jovem de 15 anos.
Ep. 03 16/09/2012 Duração: 6'05''	Brasil x Colômbia: igualdades e diferenças	Também mostra a fronteira entre Letícia e Tabatinga. É feita uma comparação entre o trabalho policial colombiano com o brasileiro. Destaca-se uma rádio comunitária da Colômbia, criada pela Polícia Nacional para aumentar a sua popularidade entre os jovens.
Ep. 04 23/09/2012 Duração: 6'59''	Sem fiscalização, sem segurança	Analisa a falta de fiscalização nas aduanas de Santa Rosa, no Peru (fronteira com Letícia e Tabatinga). Discute, com fontes da Polícia Federal do Amazonas, a alta estrutura existente em Letícia, mas que não se tem em Tabatinga.

Fonte: Autores

Gêneros, formatos e linguagem televisual

As empresas televisivas no Brasil se dividem em abertas e fechadas (por assinatura). Entende-se por televisão aberta aqueles canais que são transmitidos gratuitamente a todos. Já a TV por assinatura⁵ depende do pagamento de uma taxa, geralmente mensal, disponibilizando o acesso a canais correspondentes aos valores dos “pacotes” contratados. Segundo publicação da Ancine (2010), a televisão aberta está presente em 99% do território brasileiro e em mais de 95% dos domicílios. Dados do Ibope (2011) apontam que as diversas modalidades de TV por assinatura atingem cerca de 23% das residências com televisão no país (IBOPE, 2011).

Verifica-se que a televisão por assinatura, ao contrário da televisão aberta, é produzida para um público mais elitizado, com maior capital cultural e econômico. Enquanto isso, a TV aberta trabalha numa programação que busca englobar os extremos sociais brasileiros, no que se refere aos gostos e as preferências, e enfocada a partir de uma perspectiva mais universal (LOPES, 2006).

No Brasil, a maior expoente do segmento televisivo aberto é a Rede Globo de Televisão, atingindo 98,44% do território nacional, 5.482 municípios e 99,50% da população, além de ser transmitida no exterior para mais de 130 países. Tem, desta forma, “a maior audiência, mais da metade da publicidade contratada, o maior número de pessoas empregadas — cerca de 8.000 — e a mais poderosa e sofisticada capacidade técnica instalada” (LOPES, 2006).

A partir da TV aberta, a Rede Globo se expandiu em diversas direções: indústria fonográfica, internet e TV por assinatura, como é o caso do sistema Globosat. Criado em 1991, o primeiro serviço de TV por assinatura do Brasil incluía (e ainda inclui) os canais GloboNews,

⁵ Este tipo de televisão, de acordo com o *site* da Globosat, tem início no Brasil a partir de 1991, proporcionado pela dificuldade da recepção dos sinais de TV aberta em determinadas regiões em torno do Rio de Janeiro (GLOBOSAT).

GNT, SportTV e Multishow. Em seu *site* oficial, este se descreve como voltado para um público de 18 a 34 anos, levando ao ar assuntos de interesse de jovens desta faixa etária (MULTISHOW). O canal divide sua grade entre programas de música, viagens, humor e programação sensual, tanto com produções nacionais como internacionais. De acordo com dados do Ibope (2011), o Multishow possui mais de 4,3 milhões de assinantes e está presente em mais de 12,7 milhões de domicílios, figurando, desde 2009, entre os dez primeiros colocados no *ranking* de audiência do horário nobre da televisão paga.

Ao falarmos na televisão como uma importante mídia da contemporaneidade, é possível classificar os produtos televisivos em determinadas categorias e gêneros. Para Martín-Barbero (1998), os gêneros seriam articuladores ou mediadores entre as lógicas do sistema produtivo e do sistema de consumo, uma vez que incluem as intencionalidades do produtor e as formas interpretativas do receptor.

De acordo com José Marques de Melo (1985), as três principais categorias televisivas são o entretenimento, programas informativos e programas educativos. Para o autor, a televisão brasileira é quase exclusivamente um veículo de entretenimento, pois, segundo ele, a cada dez horas de programas exibidos, oito se classificam nesta categoria, uma em informativo e uma em educativo. Conforme Aronchi de Souza (2004, p. 41), a conceituação elaborada por Ellmore* estabelece que um determinado gênero compreende um “grupo distinto ou tipo de filme e programa de televisão, categorizados por estilo, forma, proposta e outros aspectos”. Visto que os modos de representação são muitos e estão em constante mutação, essa prática de esquematização, que nunca foi a ideal, se mostra cada vez menos eficiente.

Outros autores defendem que não seria apropriado falar-se de gêneros numa forma pura, mas, sim, trabalhar como se constroem os formatos híbridos, perspectiva da qual partilhamos neste texto. “Eles (gêneros) se reconfiguram a partir do reconhecimento de algumas

* Aronchi provavelmente se refere a ELLMORE, R. Terry. NTC’s Mass Media Dictionary.

regularidades e se renovam a partir da mistura com outros diferentes gêneros, com a criação de novos e com a atualização a partir de diferentes formatos” (ROCHA, 2008, p. 122). Esses formatos são as características gerais de cada programa de televisão, que ajudam a definir o gênero e estes gêneros agrupados formam categorias (SOUZA, 2004).

Originalmente, os telejornais estruturavam-se na forma de noticiário, com um apresentador lendo textos para a câmera, sem apoio de imagens (SOUZA, 2004). Com o passar dos anos, as grandes transformações sociais, econômicas e o apelo pelo consumo geraram uma mutação neste formato, desenvolvendo uma linguagem própria, estruturada a partir da exploração dos recursos audiovisuais. O tradicional telejornal ganha contornos de “revista eletrônica”, misturando informação, entretenimento, dicas e variedades. A função de informar permanece, usando o entretenimento como forma de prender a audiência.

Desde sua edição inaugural, a proposta do *Jornal Hoje*, um telejornal vespertino, é misturar notícias e variedades.⁶ Também ganhavam destaque matérias de serviço e de utilidade pública, tendências musicais, moda e cultura, servindo como um laboratório para novos profissionais, já que a ordem era inovar (SOUTO MAIOR, 2006). Hoje, o *Jornal Hoje* dá continuidade a essa formatação, enfocando questões como cultura e comportamento em sua pauta. Em razão disso, o jornal define-se como exemplo de revista eletrônica (PIETSCH, 2007).

Por congregação informação e entretenimento, a formatação do *Jornal Hoje* aproxima-se de outra revista eletrônica da emissora, o *Fantástico*, um programa que estabelece um pacto hibridizado, cujo “caráter informativo de relatar os acontecimentos é conformado com o objetivo de alimentar a conversação cotidiana, com vistas à formação da opinião pública sobre a realidade social”, que explora o cotidiano espetacularizado, o *fait divers* e o uso de uma linguagem leve e descontraída por parte dos apresentadores (GOMES, 2011b, p. 278). A exemplo dos apresentadores do *Fantástico*, os âncoras do *Jornal Hoje*,

⁶ O programa entrou no ar em 1971, com apresentação de Léo Batista e Luis Jatobá, apenas para o Rio de Janeiro.

os jornalistas Sandra Annenberg e Evaristo Costa, procuram trabalhar um caráter de informalidade na apresentação do programa, sobretudo por meio da elaboração de comentários aparentemente improvisados ao pé de cada matéria. Por outro lado, a apresentação do *Jornal Hoje* ainda mantém um pé no formato telejornalístico *hard news* ao trabalhar no modelo do âncora em estúdio que articula reportagens externas e passagens dos repórteres ao vivo, apresentando as manchetes em escalada. Esse aspecto está presente também na própria edição das reportagens, que atende à tradicional estrutura *cabeça–off–sonoras–passagem–off–pé*, que configura o perfil do telejornalismo noticioso no Brasil (GOMES, 2011a).

O programa *Conexões Urbanas* também demonstra características de um formato jornalístico televisual híbrido, e vem sendo veiculado desde agosto de 2008 pelo canal de TV por assinatura Multishow. Cada temporada traz episódios que priorizam temas polêmicos, ângulos pouco explorados e que dividem a sociedade brasileira. De acordo seu *site* oficial, o programa objetiva “criar elos de conhecimento, cultura e afetividade entre os diversos guetos em que a sociedade se dividiu: ricos e pobres, brancos e pretos”. Portanto, na própria descrição de *Conexões Urbanas*, aparece o intuito de agrupar universos de experiência heterogêneos da sociedade brasileira, fazendo referência a etnias e às classes sociais. Seu apresentador, José Junior, possui uma trajetória bastante peculiar⁷ para um apresentador de televisão, atuando como promotor cultural na periferia do Rio de Janeiro. Sua inserção nessas comunidades está inter-relacionada com a proposta do programa de conectar essas diferenças sociais, o que se evidencia na linguagem utilizada pelo apresentador para abordar seus entrevistados, mais coloquial, marcada por gírias e palavras.

⁷ José Junior passou a infância em Ramos, no Rio de Janeiro, em meio ao subúrbio carioca. Começou a produzir festas de *funk* e *reggae* e, na mesma época, participou do jornal *AfroReggae Notícias*, que veiculava materiais referentes à cultura afro. Posteriormente, o *AfroReggae* cresceu e tornou-se um Grupo Cultural — hoje, José Junior trabalha nele como coordenador-executivo.

Já no Câmera JH, o repórter utiliza uma linguagem que se aproxima mais da norma culta, buscando seguir os preceitos dos manuais de Jornalismo. A presença do repórter marca-se, na maior parte do tempo, pelo uso do recurso de sua voz em *off* — Wilson Kirsche figura no vídeo em aparições esporádicas, nas passagens e em contraplanos das sonoras. O *Conexões Urbanas*, por sua vez, tem sua estruturação bastante focada na figura do apresentador. A presença de José Junior nos cenários e nas entrevistas se dá de forma intensa, e este aparece como o fio condutor da matéria. Nas entrevistas do telejornal, as perguntas do repórter foram cortadas na edição final das sonoras, enquanto que no *Conexões Urbanas* enfatiza-se o papel do apresentador, a ponto de o quarto episódio da série encerrar com uma pergunta de José Junior, sem a exibição da resposta. Esta é a transcrição da fala do apresentador, que encerra o último episódio da série:

Será que a gente de fato, será que nós, brasileiros, será que o governo, de fato, quer combater? A impressão que dá é que não quer combater. Agora o homem que tá lá, o policial, quer. O homem, o indivíduo. Só que você vê uma instituição praticamente abandonada. As Forças Armadas não fazem absolutamente nada. Por que que eles não ajudam o trabalho da Polícia Federal? Não dá pra entender. Não dá pra entender (CONEXÕES..., ep. 4).

A série Câmera JH lança mão dos recursos da câmera de visão noturna e de câmera escondida para flagrar a ação de contrabandistas e daqueles que trabalham numa espécie de rede de apoio, como o rapaz que vende informações sobre a localização das barreiras da Receita, conforme veiculado na última matéria. Além disso, a edição com *takes* curtos e a adição de trilha sonora de andamento rápido vão ao encontro de uma certa estética que aproxima os recursos veiculados pelas matérias àquela típica dos filmes de ação.

No caso de um programa veiculado em TV por assinatura, as peculiaridades do formato tomam formas que o aproximam da

linguagem e de elementos do documentário, com maior espaço às fontes e à compreensão dos fenômenos, além de proporcionar mais liberdade ao apresentador em cena, enquanto na TV aberta, por sua vez, prioriza-se uma linguagem mais objetiva, que reporta ao jornalismo noticioso. Contudo, em medidas diferentes, ambos os programas trazem jornalismo e entretenimento, mesmo que a classificação indicativa os enquadre em um formato específico.

As fronteiras internacionais no Câmera JH e no *Conexões Urbanas*

Delimitaremos nossa análise na primeira reportagem de cada uma das séries, pois ambas têm como foco a prática de contrabando na Tríplice Fronteira, as quais passaremos a analisar sob o ponto de vista do conteúdo. É necessário enfatizar que as referências às demais matérias da série serão feitas a título de ilustração, no sentido de exemplificar melhor alguns aspectos relacionados.

Nosso enfoque recai nos sentidos que Câmera JH e *Conexões Urbanas* constroem sobre a temática das fronteiras, estruturados em torno de três categorias: a) fiscalização; b) contrabando e c) transfronteirização. Destacamos que esta divisão por temas se constrói para efeitos didáticos da compreensão do conteúdo das matérias, e não estrutura uma separação rígida entre os assuntos, pois todos aparecem inter-relacionados em nosso objeto empírico.

a) Fiscalização

A categoria fiscalização expressa como as matérias evidenciam a presença dos agentes de fiscalização nas fronteiras, a saber, fiscais da receita e policiais federais.

Em *Conexões Urbanas*, a utilização de fontes variadas é marca do programa: nos outros episódios da série Fronteiras, que não são aqui

analisados, a média varia de cinco a sete entrevistados. No primeiro episódio, as vozes de cinco fontes são ilustradas em sonoras, de modo que as falas especializadas residem principalmente nas do general Augusto Heleno. O ex-comandante militar da Amazônia discute por que é tão difícil controlar as fronteiras. Já o delegado-chefe da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, Guilherme de Biagi, fala da importância econômica da Ponte da Amizade para o Paraguai. O agente da Polícia Federal Geancarlo de Souza fornece informações sobre a aduana. Por fim, um *pasero* anônimo, entrevistado sozinho, e um grupo de jovens *paseros* da Favela do Jupira, entrevistados em conjunto, discutem o seu trabalho. O termo *pasero* não é corrente no Brasil. Em seu lugar utiliza-se a denominação “laranja”, para designar o transportador de mercadorias, um termo que, extrapolando-se a situação fronteiriça, designa o titular de contas bancárias com valores que, a rigor não são de sua posse. A utilização do termo *pasero* na reportagem deve-se, provavelmente, à origem paraguaia dos jovens entrevistados.

Em comparação, a primeira reportagem da série do telejornal traz sonoras de três fontes. A primeira é com um anônimo que desviou da fiscalização usando uma estrada rural em São Miguel do Iguaçu, a 92 km de Foz do Iguaçu. O repórter questiona: “Por que você passou por essa estrada?”. A resposta é “porque [a mercadoria] tá fora da cota, né? Tá errado, fazer o quê?”. A segunda entrevista também é com um anônimo que desviou da rodovia fiscalizada. A voz em *off* do repórter diz: “Um dos contrabandistas admite que é veterano nessa rota e debocha da fiscalização”. A fala destacada do anônimo é: “Não vai dar nada isso aí”. Por fim, a terceira sonora é com o agente da Receita Federal Pablo Medeiros, que corrobora: “É bastante arriscado, eles não respeitam a fiscalização, seja da Receita, seja da Polícia Federal”.

Em *Conexões Urbanas*, temos cinco sonoras, sendo três de policiais e agentes fiscalizadores das fronteiras. No *Jornal Hoje*, por sua vez, apenas uma dentre as três citadas deriva destes sujeitos.

Apesar de uma aparente equivalência na distribuição de fontes das forças repressivas e de populares nos dois programas, sobressai-se a ênfase dada às fontes no *Conexões Urbanas*, em razão do tempo expressivo dedicado às sonoras. Enquanto neste último os agentes da polícia contrastam fatos e debatem problemas relativos à fiscalização, no telejornal a única fala de um agente da fiscalização se refere a uma frase que traz um juízo de valor generalista, dirigido a um “eles”, também bastante genérico. Embora a matéria tenha poucas sonoras, o trabalho dos fiscais é reiterado por meio de imagens e da locução do repórter em *off*. Imagens capturadas de dentro de carros e de helicópteros dos fiscais em plena operação, bem como as várias passagens gravadas pelo repórter Wilson Kirsche, evidenciam uma proximidade da equipe de gravação com os fiscais da Receita. Esse movimento fica ainda mais claro ao considerar-se que as matérias do *Jornal Hoje* foram publicadas no canal oficial da Receita Federal no YouTube (TV RECEITA, 2013). Na cabeça das matérias, a âncora do *Jornal Hoje*, Sandra Annemberg, também enfatiza que a Rede Globo foi *convidada* pela Receita para acompanhar sua operação na fronteira ao longo de dez dias.

Essa proximidade entre as equipes de reportagem e os agentes de fiscalização e repressão ao contrabando apresentada pelo *Jornal Hoje* também aparece em *Conexões Urbanas*. No episódio 1, o apresentador José Junior da mesma forma enfatiza uma espécie de parceria entre a polícia e a equipe de reportagem. Quando está acompanhando a ação dos transportadores de contrabando em operação noturna, ele ressalta que só está lá e naquele lugar devido ao apoio da polícia, que dá cobertura ao repórter e ao cinegrafista.

b) Contrabando

A categoria contrabando aborda como as matérias trazem os sujeitos envolvidos nesta atividade na região. Tanto a primeira matéria da

série do *Jornal Hoje* quanto o primeiro episódio de *Conexões Urbanas* revelam o intenso tráfego de barqueiros e carregadores às margens do Rio Paraná. Apesar de as matérias trazerem perspectivas semelhantes, percebem-se diferenças quanto à forma como os entrevistadores abordam esses sujeitos.

Seguindo a metodologia proposta por Rocha (2008), que sugere a compreensão dos operadores descritivos, a partir da citação destes pode-se entender o tratamento dado aos sujeitos que passam de uma fronteira a outra. Em *Conexões Urbanas*, são citados os termos “*paseros*”, “*gente*”, “*pessoas*” e “*compristas*”. O termo “*paseros*” aparece na tela para identificar quem eram os jovens que residiam na Favela do Jupira. José Junior, quando acompanha uma operação policial e se encontra em meio ao mato fechado, próximo à Ponte da Amizade, diz que “deve ter gente escondida aqui. Inclusive, pessoas estão carregando essas mercadorias, esse contrabando”. Por fim, “*compristas*” é o nome dado por um agente da Polícia Federal à maioria das pessoas que atravessam a Ponte da Amizade. Observa-se também que o termo “*contrabando*” aparece três vezes.

Em Câmera JH, os sujeitos são tratados como “*contrabandistas*” e “*barqueiros*”. O último nome aparece uma única vez, para denotar aqueles que atravessam de barco com mercadorias. Já “*contrabandistas*” é citado oito vezes. Vale notar que este termo não é utilizado no programa *Conexões Urbanas*. Por fim, “*contrabando*” é utilizado em dois momentos.

Quanto às abordagens de José Junior e do repórter do *Jornal Hoje*, percebe-se uma diferença clara no tratamento aos carregadores. As primeiras imagens do telejornal mostram os *paseros* filmados à distância — a representação do outro, o perigo que está sempre iminente e que deixa o telespectador em estado de alerta. Em determinado momento, o repórter entrevista um dos paraguaios detidos. Este, sentado, é posto como que em julgamento — o jornalista aparece de frente, em pé, braços cruzados e situado acima do *pasero*.

Por ser menor de idade, o entrevistado dá seu depoimento à equipe de reportagem enquadrado de costas, com voz baixa e atitude evasiva.

Em *Conexões Urbanas*, há duas diferenças importantes em relação aos atores do contrabando. A primeira é a postura de José Junior: o apresentador encara, lado a lado, os carregadores. A segunda refere-se à abordagem de um grupo de jovens da Favela do Jupira (considerada “a mais violenta de Foz do Iguaçu e onde mora a maior parte dos ‘paseros’ da cidade”). Na entrevista com os rapazes, Junior busca entender o porquê da prática dos *paseros* — diferentemente do *Jornal Hoje*, que, antes de entrevistá-los, os julga:

José Junior: O quê que um jovem ocioso, que não tem porra (sic) nenhuma pra fazer, faz aqui, nessa região?

Rapaz: Trabalha na barranca. [Aparece em GC na tela: “Barranca é a forma como os moradores chamam o leito do Rio Paraná”]

José Junior: Trabalha fazendo o quê?

Rapaz: Puxando caixa e tirando volume.

José Junior: Quanto ganha por volume?

Rapaz: Ah, 100, 150.

José Junior: Não, por volume não.

Rapaz: Por semana.

José Junior: Ganha 150 ‘prata’ por semana.

Rapaz: É, 150, 200.

José Junior: (abordando outro jovem) Tu carrega?

Rapaz: Uhum. É, se não tivesse serviço... é assim que nós comemos, sustentamos nossa família. A maioria daqui sobrevive disso (CONEXÕES..., ep. 1).

Um reparo ao registro da reportagem consiste em que o termo *barranca* designa as margens que fazem a contenção do leito do rio, e não o seu leito propriamente, conforme aparece na tela. Ademais,

é necessário apontar que o vocabulário informal do apresentador de *Conexões Urbanas* também auxilia na abordagem dos jovens, ao contrário do aspecto aparentemente enrijecido do *Jornal Hoje*, que se dirige a estes com uma postura mais distanciada.

c) Transfronteirização

A categoria transfronteirização engloba o tratamento concedido aos espaços fronteiriços abordados pelas matérias. O caráter de transfronteirização reporta à maneira de se pensar os processos de abertura e fechamento e de diferenciações territoriais referentes a projeções de poder dos Estados e dos múltiplos poderes presentes nas regiões (RÜCKERT; GRASLAND, 2012).

Em *Jornal Hoje*, Foz do Iguaçu é descrita como a “principal porta de entrada do contrabando no Brasil”. No programa de José Junior, as fronteiras são “o epicentro dos problemas”. A diferença, no entanto, reside no fato de que, no telejornal da Rede Globo, a cidade fronteiriça é vista única e singularmente como o *locus* do mal. Isto é facilmente perceptível no exemplo das aduanas na Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, no Paraguai. Em *Conexões Urbanas*, José Junior entrevista Geancarlo de Souza, agente da Polícia Federal. Ele deixa claro que a maioria dos carros ali parados é de pessoas que vão a turismo, “compristas”: “Só que tem uma quantidade, um percentual mínimo de pessoas que vêm aqui e acabam escondendo coisas, fazem fundo falso em carros e motos”, completa o agente. É nesta porcentagem mínima que o *Jornal Hoje* se detém. Se *Conexões Urbanas* cita o fato de pessoas utilizarem fundos falsos para esconder mercadorias, o telejornal as mostra, inclusive com a utilização do recurso “repórter-abelha” para detalhar passo a passo como os produtos são escondidos da fiscalização. No recurso do repórter-abelha, o próprio repórter atua como cinegrafista, com o auxílio de um suporte que mantém a câmera fixa ao corpo.

Ressalta-se, também, no programa *Conexões Urbanas*, que o fechamento da Ponte da Amizade geraria uma quebra econômica imensa para o Paraguai. Em entrevista, Guilherme de Biagi, delegado-chefe da Polícia Federal em Foz do Iguaçu, afirma: “A Ponte da Amizade é, para o Paraguai, hoje, um fator de desenvolvimento econômico. Se fechar é uma crise imediata”. A fala do delegado contraria uma das principais teses do Câmera JH: o contato entre os países como a raiz dos problemas. Nas reportagens do telejornal, exalta-se justamente o fechamento da fronteira como a solução para as problemáticas lá encontradas. O livre tráfego é posto em xeque quando o repórter do *Jornal Hoje* questiona Udilberto Lobo, auditor da Receita Federal: “Por que não se fecham esses portos [clandestinos] ou não se deixa uma equipe permanentemente vigiando?”. A atitude do repórter revela um profundo estranhamento quanto às dinâmicas fronteiriças e, também, uma expectativa de poder controlador característica do mecanismo de panóptico. Ao reivindicar uma vigilância do espaço, o repórter supõe a onipresença do Estado em amplos espaços fronteiriços. O argumento também é endossado pelo fato de o telejornal retratar uma operação especial da Receita Federal, sem evidenciar o caráter esporádico da ação, passando ao telespectador a ideia de que os eventos de fiscalização de portos clandestinos são corriqueiros no espaço da fronteira.

Em entrevista com o general Augusto Heleno, ex-comandante militar, José Junior revela a problemática social que existe na questão das fronteiras e não se concentra somente naquele território. Apesar de reiterar, no início do programa, que sua equipe estará no “epicentro dos problemas”, a economia dos contrabandos é mostrada em relação a sua repercussão sobre os centros urbanos e metrópoles do litoral Atlântico:

O contrabando que existe principalmente na fronteira paraguaia [...] chega nas grandes cidades e abastece muita coisa dessas feiras do Paraguai. Hoje, qualquer cidade com mais de

150 mil habitantes tem essas feiras do Paraguai. Então, como é que chega isso aí? Não chega do céu, isso é trazido. Isso é um comércio que vai quase que se institucionalizando, envolve corrupção em vários níveis e a coisa vai se alastrando, alastrando, e acaba virando um problema social. Porque, hoje, se você acabar com a feira do Paraguai, você provoca um desemprego enorme. Quanta gente que vive em função desse comércio ilegal? E isso, no nosso caso da fronteira, é uma realidade em toda ela. Sempre há gente que se beneficia da nossa pouca fiscalização na nossa faixa de fronteira (CONEXÕES..., ep.1).

Em determinados momentos, as falas em *off*, de Augusto Heleno, são ilustradas com imagens da rua 25 de Março, em São Paulo; da Feira da Manaus Moderna, no Amazonas; e da rua Uruguaiana, no Rio de Janeiro. Cenas que se fazem comuns em muitas cidades de porte médio do Brasil. Desta forma, complexifica-se a problemática das fronteiras para muito além do território de Foz do Iguaçu: há pessoas que dependem dessa economia e elas estão nos grandes centros urbanos.

Considerações finais

A relação intensiva dos jornalistas com as fontes de repressão ao contrabando promove um movimento de afastamento destes dos princípios deontológicos que regem uma prática profissional distanciada dos fatos e independente em relação às fontes, para se aproximar de um Jornalismo comprometido e socialmente engajado, promotor de causas (KUNCZIK, 2002, p. 97). Desse modo, as matérias repercutem por excelência o procedimento de patrulhamento policial referido por McCubbins e Schwartz (1984), reproduzindo como a Receita Federal atua diretamente, punindo e desencorajando ações ilegais na faixa de fronteira por meio de uma intensa vigilância. Essa ação focalizada evidencia-se no enquadramento de imagens que

reforçam o treinamento policial dado aos fiscais, que não titubeiam em apontar suas armas para intimidar os suspeitos de contrabando.

Por outro lado, constata-se que as reportagens veiculadas pelo *Jornal Hoje* não discutem a problemática fronteiriça do contrabando em Foz do Iguaçu. Ao acompanhar as ações de apreensão e mostrar imagens de treinamento dos agentes federais, as matérias assemelham-se a um caráter institucional mais do que informativo. Em suma, o Câmera JH traz à tona operações policiais de repressão ao contrabando. Esquece-se, no entanto, de responder a um dos preceitos mais básicos do Jornalismo: o porquê de elas acontecerem.

Ainda que o trabalho realizado por Junior possa soar como amador ou demasiadamente despojado para os padrões jornalísticos, faz-se necessário concluir que as fontes utilizadas na reportagem televisiva do episódio de *Conexões Urbanas* são mais plurais do que no *Jornal Hoje*, apesar do fato de esta última trazer uma linguagem mais próxima àquelas descritas pelos cânones do Jornalismo como sendo mais “objetiva”. O *Jornal Hoje* não entrevista especialistas que possam discutir as problemáticas daquele espaço. Discursivamente, a questão se reduz a um espaço localizado, restrito àquele lugar e àquelas pessoas lá situadas, sem expressar as causas e consequências de problemas que transcendem a espacialidade fronteiriça e suas complexidades.

Referências

ANCINE. *TV aberta: mapeamento*. Disponível em: <http://www.ancine.gov.br/media/SAM/Estudos/Mapeamento_TVAberta_Publicacao.pdf>. Acesso em: 15 maio 2013.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKEL, George. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-269.

CONEXÕES URBANAS. Disponível em: <<http://multishow.globo.com/Conexoes-Urbanas/Sobre-o-Programa/>>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Episódio 1 – Fronteiras*. Disponível em: <http://multishow.globo.com/conexões-urbanas/vídeos/_215955.shtml>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Episódio 2 – Fronteiras*. Disponível em: <http://multishow.globo.com/conexões-urbanas/vídeos/_2160736.shtml>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Episódio 3 – Fronteiras*. Disponível em: <http://multishow.globo.com/conexões-urbanas/vídeos/_2162900.shtml>. Acesso em: 15 maio 2013.

_____. *Episódio 4 – Fronteiras*. Disponível em: <http://multishow.globo.com/conexões-urbanas/vídeos/_2168306.shtml>. Acesso em: 15 maio 2013.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GLOBOSAT. *Sobre a Globosat. Uma fábrica de canais* [site oficial]. 22 fev. 2012. Disponível em: <<http://canaisglobosat.globo.com/index.php/sobre>>.

GOMES, Itania Maria Mota. Metodologia de análise de telejornalismo. In: _____. (Org.). *Gêneros televisivos e modo de endereçamento no telejornalismo*. Salvador: Edufba, 2011.

_____. É Fantástico! Gênero e modos de endereçamento no telejornalismo show. In: _____. (Org.). *Gêneros televisivos e modo de endereçamento no telejornalismo*. Salvador: Edufba, 2011.

IBOPE. *Pesquisa de audiência televisiva: ano 2011*. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br>>. Acesso em: 15 maio 2013.

JORNAL HOJE. Novo quadro terá câmera exclusiva. A cada mês a Câmera do JH terá como foco um assunto diferente. *Portal G1*, 22 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/01/novo-quadro-tera-camera-exclusiva.html>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. Veja no JH: O trabalho da Receita Federal na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Portal G1*, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/edicoes/v/veja-no-jh-o-trabalho-da-receita-federal-na-fronteira-do-brasil-com-o-paraguai/2534777/>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. Confira cenas de perseguição na segunda reportagem da série da Câmera JH. *Portal G1*, 25 abr. 2012. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/edicoes/v/confira-cenas-de-perseguiçao-na-segunda-reportagem-da-serie-da-camera-jh/2536977>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

_____. Câmera JH exhibe flagrantes do contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. *Portal G1*, 26 abr. 2012. Disponível em: <<http://globoTV.globo.com/rede-globo/jornal-hoje/t/quadros/v/camera-jh-exibe-flagrantes-do-contrabando-na-fronteira-do-brasil-com-o-paraguai/2539786>>. Acesso em: 27 abr. 2013.

KUNCZIK, Michael. *Conceitos de Jornalismo: norte e sul*. São Paulo: Edusp, 2002.

LAGE, Louise. *Algumas reflexões sobre a linguagem televisiva*. Disponível em: <<http://www.louiselage.com.br/artigos/Algumas%20reflexoes%20sobre%20a%20linguagem%20televisiva.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2012.

LOPES, Luís Carlos. *A TV aberta brasileira: economia política, cultura e comunicação*. *UNirevista*, v. 1, n. 3, p. 1-119, jul. 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNirev_LCLopes.PDF>. Acesso em: 10 ago. 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

McCUBBINS, Mathew D.; SCHWARTZ, Thomas. Congressional oversight overlooked: police patrols versus fire alarms. *American Journal of Political Science*, Malden, v. 28, n. 1, p. 165-179, fev. 1984.

MELO, José Marques de. *Para uma leitura crítica da Comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

MULTISHOW. [Site oficial]. Disponível em: <<http://multishow.globo.com>>. Acesso em: 10 maio 2013.

PIETSCH, Agnez et al. *Jornal Hoje: Entretenimento ou informação*. 2007. Disponível em: <<http://www.fnpj.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=403&cf=16>>. Acesso em: 15 maio 2013.

ROCHA, Simone Maria. Análise de conteúdo articulada à análise de gênero televisivo: proposta metodológica para interpretação das representações nas narrativas midiáticas. *Revista Fronteiras*, v. 10, n. 2, p. 121-134, maio/ago. 2008.

RÜCKERT, Aldomar A.; GRASLAND, Claude. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia. *Revista de Geopolítica*, Natal-RN, v. 3, n. 2, p. 90-112, jul./dez. 2012.

SOUTO MAIOR, Marcel. *Almanaque TV Globo*. São Paulo: Globo, 2006.

SOUZA, José Carlos Aronchi de. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. São Paulo: Summus, 2004.

SQUIRRA, Sebastião Carlos de M. *Aprender telejornalismo: produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TV RECEITA. *Canal oficial da Receita Federal no Youtube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/channels?q=Receita+Federal>>. Acesso em: 3 maio 2013.

A CRISE ENERGÉTICA BRASILEIRA NA COBERTURA JORNALÍSTICA DE VEJA⁸

**Isabel Padilha GUIMARÃES
Ada C. Machado da SILVEIRA
Camila HARTMANN
Lucas Ricardo SCHAEFER**

Introdução

O Brasil, com sua dimensão continental, destaca-se, política e economicamente, pelo seu grande potencial energético. Parte dessa energia é gerada nas usinas hidrelétricas e, aqui, se evidencia a de Itaipu, localizada no Rio Paraná, na fronteira com o Paraguai. Sob a sombra de recentes problemas envolvendo o desabastecimento de energia, o Brasil admite a importância de uma matriz energética diversificada, que se torne menos vulnerável a possíveis crises.

O propósito do texto consiste em analisar como a revista *Veja*⁹, publicação semanal de alcance nacional, mais que quaisquer outros veículos da dita mídia de referência, com forte influência sobre o imaginário social brasileiro, constrói um discurso que aborda a posição do governo diante do cenário de crise energética, no período compreendido entre os anos de 2006 e 2008, cobrando que o Brasil

⁸ Uma primeira versão do texto foi apresentada no XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014, em Foz do Iguaçu (PR). Ela consta dos Anais XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2014.

⁹ Conforme o site da revista *Veja*, a tiragem semanal é de 1.139.702 exemplares. Dados de 9 de junho de 2014.

assuma uma posição de potência imperialista frente aos demais países da América do Sul.

Igualmente faz-se propósito observar como é construída a relação do Brasil com as nações vizinhas por meio do discurso jornalístico.

A sistematização da análise da cobertura jornalística está condensada em dois tópicos — a crise energética no caso do gasoduto Brasil–Bolívia e no contexto da Usina Hidrelétrica de Itaipu — em que são analisados o emprego de determinadas expressões e a utilização de recursos visuais.

Esleveu-se *Veja* por ser a revista semanal de maior circulação nacional. Definiu-se abordar a cobertura da crise energética em função de esta concentrar os acontecimentos que melhor abordam a relação entre o Estado brasileiro e seus vizinhos. Na escolha do *corpus*, foram selecionadas duas matérias publicadas em 2006 e duas em 2008. A matéria “Os líderes e o liderado” (SCHELP, 2006b) enfatiza o Brasil a partir de uma perspectiva de inferioridade frente aos líderes latino-americanos Hugo Chávez, da Venezuela; Evo Morales, da Bolívia, e Fernando Lugo, do Paraguai, abordando o problema da dependência brasileira em relação ao gás natural boliviano. Neste sentido, a matéria “Morales ri do Brasil” (SCHELP, 2006a) aponta para a mesma direção, criticando o descaso do governo brasileiro frente às decisões bolivianas de violar contratos internacionais no que se refere ao gasoduto Brasil–Bolívia. “A Vitória do hidropopulismo” (TEIXEIRA, 2008) discorre sobre a proposta do então presidente paraguaio, Fernando Lugo, de renegociar os tratados bilaterais sobre a venda do excedente não utilizado de energia proveniente de Itaipu. E, por fim, a reportagem “Ameaças ao nosso gasoduto” (TEIXEIRA; COUTINHO, 2008) reforça uma concepção do Brasil como dependente, no que se refere à energia, trazendo o risco provocado pela interrupção do fornecimento de gás boliviano ao país. Estudadas em conjunto, as reportagens formam um encadeamento por meio da temática relacionada à crise energética brasileira e do questionamento do Brasil como um país imperialista frente às nações da América do Sul.

O aprofundamento das informações

A análise qualitativa, bem como a análise textual discursiva, objetiva produzir novas informações, aprofundadas e ilustrativas, que permitam compreender o posicionamento do Brasil diante do cenário econômico e político internacional. Ao centrar na compreensão da dinâmica das relações sociais que envolvem o Brasil, busca-se compreender o caso de crise energética exemplificado neste texto.

Minayo (1994) argumenta que a pesquisa qualitativa trabalha com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Não se pode, desse modo, esgotar a pesquisa na análise de estatísticas ou dados numéricos. Neste caso, o cientista é, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de suas pesquisas. O trabalho é exercido a partir de um universo de significados e motivos, que nos levarão a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos sociais e das ações humanas.

A análise textual qualitativa, segundo Moraes (2003), pode ser entendida como um processo auto-organizado de formação de compreensão em que emergem novos entendimentos, a partir de uma sequência recursiva-argumentativa, que se desenvolve em três etapas: a desconstrução dos textos do *corpus*, o estabelecimento de relações entre eles e a captação do novo emergente, em que se comunica e se valida a nova compreensão. Visto que “a análise qualitativa opera com significados construídos a partir de um conjunto de textos” (MORAES, 2003, p. 192), em que os materiais textuais (verbais ou imagéticos) constituem significantes, aos quais o analista atribui sentidos e significados, buscou-se uma apropriação da análise textual com o fim de identificar os mecanismos que envolvem a utilização de determinados termos, em detrimento de outros.

Neste método de análise, se faz, primeiramente, um desmembramento do texto, em unidades constituintes menores (processo de unitarização) que vão formar as categorias (processo de relação entre os elementos significantes identificados na etapa anterior). Posteriormente, emerge uma compreensão renovada do texto

(processo de captação do novo emergente) e, assim, estabelecem-se relações entre os procedimentos anteriores a partir da construção e descrição do ciclo de análise (processo de auto-organização). A descrição das categorias é validada a partir da explicitação de interlocuções empíricas retiradas dos textos. A interpretação, neste sentido, surge como um processo indispensável à análise textual qualitativa, visto que se constitui na construção de novos sentidos, a partir das considerações do pesquisador, afastando-se do imediato da superfície textual, descrita nos resultados de análise.

Segundo Moraes (2003), o texto descritivo-interpretativo resultante da análise será, portanto, um metatexto, que “[...] representa um esforço em explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma nova combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores” (MORAES, 2003, p. 191). No decorrer deste texto, as etapas de análise não serão discriminadas individualmente; contudo, estarão implícitas.

Esta análise irá se pautar a partir de quatro categorias, que serão observadas nas matérias e organizadas a partir da desconstrução do *corpus* em unidades significantes menores, por meio de um processo de comparação e contraste. Uma delas diz respeito à noção da dependência do Brasil em relação à energia, outra se refere aos termos “populismo” e “imperialismo”, bastante recorrentes nas reportagens. Abordam-se ainda a posição discursiva de *Veja* em relação aos acontecimentos narrados e a utilização de metáforas, verbais e imagéticas.

A partir da análise das matérias, percebe-se uma cobrança da revista *Veja* pela adoção, por parte do Brasil, de uma posição de potência imperialista na América do Sul, além do questionamento e crítica em relação à postura do governo quanto à crise energética, por meio do uso de termos como “dependência”, “liderado”, “ameaças” e “crise”.

A revista *Veja* é produtora de um discurso, legitimado socialmente, que se diz imparcial, mas que, de fato, não o é. É perceptível em diversos trechos das matérias o posicionamento do veículo frente

aos fatos. Neste sentido, Moraes (2003) argumenta que os seres humanos são constituídos pela e na linguagem, de modo que não se pode dela sair para observar, de modo neutro, um fenômeno. Por isso, imparcialidade e objetividade, atualmente, são consideradas mitos do discurso jornalístico.

O discurso jornalístico, assim como os demais, é construído a partir de textos preexistentes, pois todo texto é híbrido ou heterogêneo quanto à sua enunciação, visto que é sempre um tecido de vozes, cuja autoria é identificável ou não, vindas de outros textos. Assim, conforme Moraes (2003), devido ao seu caráter polissêmico, um mesmo texto (tomado como conjunto significante) permite uma multiplicidade de leituras (distintos significados e sentidos atribuídos pelos leitores), no que diz respeito às intenções dos autores e aos referenciais teóricos, conscientes ou inconscientes, dos interlocutores empíricos que são postos em jogo no evento comunicativo.

No jornalismo, a heterogeneidade enunciativa manifesta-se, dentre outras formas, a partir das fontes das quais o redator se apropria para construir e legitimar seu relato. Os preceitos da objetividade e imparcialidade exigem que o jornalista atribua a alguém as informações imbuídas de julgamentos de valor. Como se perceberá na análise, o veículo aqui referenciado muitas vezes lança mão desse recurso.

Pode-se traçar um paralelo com os sentidos conotativo e denotativo, presentes em um texto, descritos por Hall (apud MORAES, 2003). Ambos são compreendidos como modos de significação, ou seja, possíveis leituras que se depreendem de uma matéria significante, um texto, feitas pelos leitores, a partir de seus conhecimentos e teorias dos discursos em que estão inseridos. A leitura denotativa é também compreendida como leitura do manifesto ou do explícito e pode ser entendida a partir das interpretações, emergentes de um texto, as quais podem ser facilmente compartilhadas entre diferentes leitores. O nível conotativo, por sua vez, também denominado leitura do latente ou do implícito, é aquele tipo de interpretação

aprofundada, não compartilhada com facilidade. Assim, os significantes de conotação (ou conotadores) são aqueles elementos que, no texto, levam a uma interpretação que se superpõe ao sentido literal das palavras e/ou significantes. As metáforas, presentes nas matérias analisadas, podem ser compreendidas como elementos que conduzem à atribuição de um sentido que difere do sentido imamente aos textos; conotado, portanto.

A crise energética brasileira no caso do gasoduto Brasil-Bolívia

No que se refere ao imperialismo baseado na teoria da Razão de Estado, Norberto Bobbio (2007) o aponta como o defensor de medidas de expansão nacional diretamente ligadas à anarquia do sistema internacional. Esta anarquia prevê a lei da força como suprema nas relações entre os Estados, cabendo a cada país a responsabilidade de se proteger da invasão externa, seja ela de cunho político, militar ou econômico.

A cobrança de uma atuação imperialista por parte do governo brasileiro nas matérias de *Veja* é caracterizada como o modo no qual um Estado-nação desenvolvido economicamente busca expandir sua soberania além de suas fronteiras, buscando interesses econômicos em detrimento do país subjugado. Acerca destas formas de representação do imperialismo na mídia, é possível estabelecer um paralelo com a variante de subimperialismo, utilizada por Costa e Silveira, em texto presente nesta coletânea.

Desde a segunda metade do século XIX, o Brasil se configurou uma potência na América Latina, redefinindo a essência da economia regional e fundamentando uma política sólida de expansão econômica. O país passou a exercer uma função mediadora entre os interesses da burguesia nacional e das potências capitalistas consolidadas.

Para promover a contextualização dos fatos, recorde-se que Evo Morales, em seu centésimo dia como presidente do Estado

Plurinacional da Bolívia, nacionalizou, por meio do Decreto Supremo nº 28.071, de 1 de maio de 2006, as reservas de hidrocarbonetos. A ação foi acompanhada de uma ocupação, por parte do Exército, do maior campo de extração do gás boliviano explorado pela refinaria da Petrobras Bolivia S.A., em San Alberto, Departamento de Tarija (BARBOSA, 2006).

As relações de comércio brasileiras com o país tornaram-se importantes após a construção do Gasoduto Brasil-Bolívia — com 3.150 quilômetros de extensão, cujas operações foram iniciadas em julho de 1999. Entre os objetivos do projeto, estava a diversificação da matriz energética brasileira, tornando-a menos sensível a possíveis crises que poderiam comprometer o abastecimento de energia.

Conforme comentam as reportagens analisadas, a nacionalização dos hidrocarbonetos por parte do governo boliviano já era prevista antes mesmo da eleição do então candidato Evo Morales. A crença dos bolivianos nas suas propostas de governo estava fortemente baseada na política nacionalista que manteria as riquezas naturais sob administração da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB). A empresa passou a comandar a comercialização do recurso, estipulando novos preços para o mercado externo e revisando os contratos para satisfazer interesses bolivianos.

No Brasil, cresceram as preocupações a respeito de um possível desabastecimento do gás natural importado. A resposta da Petrobras para tentar amenizar o pânico dos empresários e investidores foi respeitar a nacionalização das reservas bolivianas como direito daquele país e, ao mesmo tempo, suspender novos investimentos na Bolívia, apresentando rapidamente ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) novas estratégias para exploração do recurso em território brasileiro, visando diminuir a dependência dos recursos bolivianos.

Na matéria intitulada “Ameaças ao nosso gasoduto” (TEIXEIRA; COUTINHO, 2008), a revista *Veja* nomeia Evo Morales como um membro “fiel ao manual populista”, por meio do uso da expressão

“desmandos populistas” na manchete que introduz a matéria. A manifestação da linha editorial aparece também na cobrança de um posicionamento do Brasil como potência e de seu exercício de uma política imperialista. Ademais, aponta a dependência nacional com relação ao gás boliviano, utilizando termos como “crise de abastecimento” e “custo da dependência”. A matéria utiliza o vocábulo “populismo” ao tratar das relações bilaterais e das decisões tomadas por ambos os países. Contudo, observou-se que o veículo não conceitua o termo. A exploração dos recursos bolivianos por parte de indústrias brasileiras foi assegurada por acordos internacionais assinados por ambas as partes, de modo que o Brasil não desrespeitou a soberania boliviana. Além disso, a Bolívia estava perdendo mercado para o gás antes dos acordos, de modo que havia vantagens econômicas para os dois países na sua assinatura.

A utilização do termo “política deletéria”, por parte da revista, referindo-se à nacionalização feita pelo presidente boliviano dentro de seu país, expressa uma possível ameaça aos interesses do governo brasileiro, cobrando mais uma vez o posicionamento do Brasil como a principal liderança na América do Sul.

Já o episódio da expulsão do embaixador americano por Hugo Chávez, no dia 11 de julho de 2008, é apresentado como uma manifestação de solidariedade ao presidente boliviano. A reportagem conclui, apoiando-se em notícias vindas dos Estados Unidos (a matéria não especifica o veículo), que ambas as autoridades utilizaram-se desse método para desviar as atenções das revelações sobre crimes cometidos por seus aliados políticos.

Neste caso, a posição discursiva aparece quando a revista aponta a Bolívia como um lugar sem relevância internacional, mas que, em virtude da dependência energética brasileira, se torna importante para o Brasil. Além disso, é elaborado um juízo acerca da decisão da Petrobras em aceitar os contratos desfavoráveis. Estes são apontados como uma consequência da atitude do governo Lula que “preferiu colocar panos

quentes” — metáfora que conota um descaso do governo brasileiro frente à decisão do presidente Morales — em relação à atitude do governo boliviano, em 2006, que decidiu pela nacionalização do gás. A matéria constrói uma imagem negativa da Bolívia, apontando-a como um “país onde bastam dez pessoas, dois pneus e um pouco de gasolina para interromper o fluxo de uma estrada [...]”, conduzindo a uma interpretação de que, em um país onde é relativamente fácil manifestar-se contra determinado evento, os bloqueios se multiplicam. Ademais, a matéria atribui a culpa da crise no abastecimento à ideologia ultrapassada do presidente boliviano.

Por meio de análises de reportagens publicadas pela revista *Época*, no mesmo período (2006 a 2008), percebe-se que dois dias antes de *Veja* publicar a matéria analisada acima (“Ameaças ao nosso gasoduto”), a *Época* trouxe uma reportagem relacionada à mesma problemática de instabilidade política na Bolívia: “A Bolívia vai à guerra civil?” (RAMOS, 2008) e utilizou a mesma imagem que *Veja*, que representa a manifestação da população pelas ruas da capital boliviana, ao introduzir suas reportagens. Tal fato denota a origem internacional da fotografia — como foi possível comprovar pelo crédito, explicitado em ambas as publicações —, procedente da agência internacional de notícias Reuters. O confronto é ilustrado por fotografia em que se observam militares enfrentando moradores de Santa Cruz de la Sierra e a ilustração de um mapa.

A linguagem utilizada nas reportagens das duas revistas, entretanto, difere em diversos pontos, principalmente no que se refere ao enfoque dado ao assunto. A revista *Veja* preocupou-se mais em mostrar como uma possível guerra civil na Bolívia poderia afetar o fornecimento do gás. Na análise da matéria, percebe-se uma acusação ao fato de o presidente boliviano não conseguir administrar suas políticas populistas com eficiência. Percebe-se um retorno às questões que já haviam sido solucionadas em 2006, quando o problema do abastecimento do gás veio à tona. A *Época*, por sua vez, apesar de fazer alusão a uma eventual

crise de abastecimento — bem como ao fato ocorrido em 2006 —, traz uma abordagem mais contextual, ao tratar dos aspectos políticos internos da Bolívia e com uma possível intermediação brasileira nessa questão, mostrando como as políticas do presidente, que governava “em um estilo populista”, estavam influenciando o país.

A matéria de *Época* promove uma contextualização dos fatos ao apresentar, por meio da fala de suas fontes, especialistas, duas formas de compreender a não intervenção brasileira no caso. Rubens Barbosa, ex-embaixador brasileiro nos Estados Unidos, afirma que o então presidente Lula “poderia intermediar o diálogo entre Morales e a oposição. Mas não consegue fazer essa mediação porque só tem bom contato com o lado do presidente Evo Morales”. Noutro sentido, a reportagem traz a visão de Alcides Vaz, especialista em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, que apresenta pontos em favor da postura adotada pelo governo brasileiro, que “não pode se meter em assuntos internos” do país vizinho, argumentando que os interesses brasileiros estariam em jogo e, por isso, se fazia necessária certa cautela. A reportagem de *Veja* não traz esse contexto, ademais de não apresentar a fala de especialistas.

“O racha boliviano”, referido por *Veja*, também aparece na matéria da revista *Época*, tanto em trechos do texto — como “Cenas de confrontos entre opositores e simpatizantes de Evo Morales, na semana passada. Pobre e dividido, o país corre o risco de um conflito de grandes proporções” — quanto em um mapa ilustrado.

Ambas as reportagens, ainda, fazem menção à participação de outros atores na crise, como o então presidente venezuelano, Hugo Chávez, e se reportam à expulsão de seus embaixadores norte-americanos por parte dos presidentes boliviano e venezuelano. Neste sentido, as duas matérias se referem a uma ameaça ao gasoduto brasileiro, embora a revista *Época* não atribua a culpa da crise ao presidente boliviano, mas sim a ambas as partes do conflito que, irredutíveis em suas propostas, estariam levando o país a uma guerra

civil entre a burguesia nacional e os movimentos sociais que apoiaram e elegeram Morales.

Uma das categorias aqui utilizadas se refere à manifestação da linha editorial, no sentido da cobrança do exercício de uma política imperialista por parte do governo brasileiro. O discurso jornalístico construído por *Veja* também pode ser visto na matéria “Morales ri do Brasil” (SCHELP, 2006a). A exposição de uma foto do líder boliviano sorrindo e abanando e os vocábulos “zombaria” e “deboche”, em trechos destacados, fortalecem essa posição, exemplificada também no próprio título, construído sob uma perspectiva metafórica. Neste sentido, percebe-se um apelo à ironia, por parte da revista, na medida em que enfatiza a exposição do Brasil no cenário internacional. Outra metáfora utilizada pelo veículo é o “contrato enfiado pela goela abaixo da Petrobras”, quando esta se viu obrigada a acatar as decisões do presidente boliviano. Por meio do uso de expressões como “a estatal brasileira teve de aceitar” e “a Petrobras e outras empresas estrangeiras não tinham opção [...]”, constrói-se um texto que conota o fato de a estatal não ter outra escolha, senão a de ceder aos desrespeitos do governo de Evo Morales, “que já é notório”. Para legitimar seu discurso, a revista traz o relato de diversas fontes, como consultorias ligadas às relações internacionais ou ao mercado petrolífero.

A linguagem parcial transparece, também, quando se impõe um julgamento de valor, ao se afirmar que Morales desconsidera a importância das refinarias para o Brasil. Tal posicionamento é perceptível no texto que acompanha a fotografia do presidente: “Morales: em tom de zombaria, disse que refinarias não são nada para o Brasil”. Além disso, na mesma matéria, observa-se mais um julgamento expresso no trecho “os contratos aceitos pela Petrobras — e outras nove petrolíferas estrangeiras — no fim do mês passado não são exatamente o que Morales prometeu aos seus eleitores nacionalistas em maio. São ainda melhores”. A abordagem se dá no sentido da incompreensão, por parte do presidente boliviano, de que a Petrobras pertence ao povo brasileiro, e não ao então presidente Lula.

Visando elaborar uma contextualização dos fatos, infere-se que as consequências de uma instabilidade militar entre os dois países (Brasil e Bolívia) seriam desgastantes para ambos, com a possível participação de outros atores no contexto da crise — como a Venezuela, que também apresenta grandes interesses econômicos na Bolívia e tinha, no comando do país, Hugo Chávez, grande parceiro político do presidente boliviano. Além disso, se analisada pelo contexto econômico, existiam duas razões que justificavam a posição brasileira frente à crise.

A primeira delas corresponde a um princípio dos economistas clássicos conhecido como Teoria das Vantagens Comparativas, abordado por Brue (2006), na qual cada Estado-nação apresenta certas vantagens na fabricação de determinado produto, focando-se na sua produção e importando aqueles que necessitam um maior número de recursos para serem produzidos. Nesse caso, seria mais vantajoso para o Brasil continuar comprando o gás boliviano mesmo com a elevação do preço desse combustível em vez de efetuar grandes investimentos para sua autossuficiência no curto prazo. O segundo motivo está diretamente relacionado à balança comercial entre ambos os países. O aumento do preço do gás levou, conseqüentemente, à elevação do valor das importações provenientes da Bolívia. Entretanto, com a maior entrada de capital estrangeiro no país, a Bolívia também passou a importar mais produtos oriundos do Brasil, com a vantagem brasileira de exportar produtos manufaturados enquanto importava o gás natural, que apresenta um menor valor agregado.

Desta forma, o Brasil não provocou uma desestabilização política e militar na região e aumentou a exportação da produção industrial brasileira. A questão relacionada à seguridade dos contratos de investimentos na Bolívia ficou abalada, com a Petrobras apenas mantendo os investimentos já realizados anteriormente e executando projetos que viabilizassem uma maior exploração do recurso energético em solo brasileiro.

A aparente neutralidade do então presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, foi questionada nesse período de crise. A opinião de

muitos veículos de mídia era a de que o Brasil devia ter apresentado um posicionamento mais veemente quanto às decisões bolivianas de violar contratos internacionais. Segundo as reportagens analisadas, o governo brasileiro deveria não só se mostrar mais enérgico em relação às questões que envolviam o Gasoduto Brasil–Bolívia, como sê-lo também no que se referia às questões político-econômicas em torno da Usina Hidrelétrica de Itaipu e da matriz energética petrolífera.

A matéria “Os líderes e o liderado” (SCHELP, 2006b) apresentou um recurso visual ao mostrar o ex-presidente Lula, de terno negro sobre fundo cinza, numa foto minimizada à direita da página, encimada pela expressão “liderado” — conotando o sentido subordinado do Brasil — enquanto três presidentes da esquerda latino-americana (Hugo Chávez, Fidel Castro e Evo Morales) adquiriam posição de leitura privilegiada e enaltecida, localizados numa foto maior ao lado esquerdo da página, expostos como “os líderes” em cores branca e vermelha. Além disso, os infográficos presentes e o uso de expressões como “pobre Lula”, “a conta da dependência”, “autossuficiência? Não no caso do gás” e “Brasil independente da Bolívia — cenário de médio e longo prazo” enfatizam a posição do Brasil como dependente da energia produzida por terceiros. Tal afirmação se delinea a partir do fato de que, mesmo contando com a Petrobras — empresa estatal de economia mista, visto que o acionista majoritário é o governo brasileiro — e com a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia, o Brasil ainda precisa comprar energia de outros países, como Paraguai e Bolívia.

Na matéria referida, a postura adotada pelo ministro de hidrocarbonetos da Bolívia, Andrés Soliz Rada, é criticada no sentido em que “seria mais sensato e honesto se agradecesse à contribuição da Petrobras ao desenvolvimento boliviano” do que se continuasse proferindo negativas sobre a estatal e a necessidade de bani-la do território boliviano. Além disso, é exposta a visão da América Latina como um conjunto caótico formado por países que desrespeitam

as leis e que, por isso, pode se tornar uma área pouco atrativa aos investimentos externos. Assim, se traz a existência do perigo de uma nova geografia do populismo latino-americano, onde “o que ficará na memória dos investidores internacionais é o alerta para evitar uma região sem lei e sem ordem, onde os contratos são desrespeitados” e a América Latina segue sendo uma exportadora de matéria-prima. Ao mesmo tempo, se reafirma, por parte da revista, a aversão boliviana à Petrobras e, conseqüentemente, ao imperialismo brasileiro.

O que transparece é que se procura justificar tal posicionamento ao inferir que a empresa teria se tornado, para os bolivianos, um “[...] protótipo da empresa exploradora dos recursos que deveriam salvá-los da miséria”, postulando, assim, que Morales atribui ao imperialismo brasileiro a culpa pela pobreza boliviana. Ademais, aponta como mais um possível motivo da aversão o reflexo do gigantismo brasileiro, “[...] que suscita temor entre os vizinhos menores”. Neste sentido, apesar de, em diversos momentos, questionar a posição imperialista do Brasil frente aos países latino-americanos, com esta expressão a revista reconhece o poder e/ou influência que o país exerce sobre os vizinhos — que teriam temor. O discurso se legitima a partir da frase proferida por um diplomata brasileiro, referida na matéria: “Quem dorme ao lado do elefante teme ser pisoteado”.

Na reportagem, encontram-se várias metáforas que direcionam a compreensão dos fatos. Uma delas se faz presente já na capa da edição, que traz uma imagem do então presidente Lula com a aplicação do desenho de uma “pegada” de petróleo na parte posterior das calças, como se ele tivesse, literalmente, sido chutado. Tal figura traz na sua chamada “o roubo do patrimônio brasileiro” — por parte da Bolívia; ou, ainda, ao desconhecimento, por parte do presidente brasileiro, das decisões tomadas em conjunto pelos demais governantes latino-americanos, Chávez, Morales e Castro. O uso de termos como “essa doeu” e “bobo da corte” (referindo-se ao então presidente) reforçam tal posicionamento. No corpo da matéria

também encontra-se a expressão “chute no traseiro”, “engoliu o desaforo” (referindo-se à atitude de Lula quanto à decisão boliviana de nacionalizar o gás), “fantoche” e “discípulo” (no que diz respeito a Evo Morales ser um fiel seguidor dos princípios chavistas).

Algumas imagens ao longo da reportagem são construídas metaforicamente: a figura caricaturada de Lula, manchado de petróleo, aliada ao termo “nacionalizado” — como se a propriedade sobre o recurso tivesse sido tomada do Brasil — e a marca do calçado sujo de petróleo.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu no contexto da crise energética brasileira

A questão energética também está presente na relação do Brasil com o Paraguai, no que diz respeito à Usina Hidrelétrica de Itaipu. Em agosto de 2008, ascendeu ao cargo de presidente da República do Paraguai Fernando Lugo. Utilizando estratégias de campanha semelhantes às do presidente da Bolívia, Lugo prometeu ao eleito paraguaio a revisão dos tratados bilaterais com o Brasil sobre a venda do excedente não utilizado da energia proveniente de Itaipu.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, no Rio Paraná, na fronteira entre Brasil e Paraguai, nas décadas de 1970 e 1980, foi inteiramente custeada pelo Brasil. Entretanto, conforme o acordo, cada país teria direito à metade da produção energética que ela forneceria. Na época, o tratado firmado estabeleceu que o excedente não utilizado por um dos países somente poderia ser vendido ao outro. Quando da ascensão de Lugo ao poder, o Paraguai utilizava apenas 5% do que tem direito, assim os 45% restantes deveriam ser revendidos ao Brasil por um valor de US\$ 120 milhões ao ano. Desde 2009, com a revisão dos acordos, o Brasil passou a pagar o valor de US\$ 360 milhões ao ano pela energia comprada do país. Esse valor ainda é muito inferior ao de mercado, já que a diferença serve para abater a dívida paraguaia sobre a construção da usina. O prazo para

pagamento desta dívida é 2023, quando o Paraguai será coproprietário da usina com valor de mercado estimado em mais de US\$ 60 bilhões e o Brasil pagará, pelo excedente não utilizado pelo país vizinho, em torno de US\$ 1,5 bilhão anualmente.

As reivindicações paraguaias advindas do novo momento político no país, que havia saído de um período marcado por 60 anos do Partido Colorado no poder, visavam a maior entrada de capital com o propósito de promover a qualidade de vida da população. Porém, no momento de suas assinaturas, os acordos foram considerados justos para ambos os países, considerando-se que traziam benefícios para as duas partes. Mais recentemente, a diferença se deu devido ao momento político dos sócios. O Paraguai só poderá utilizar todas as vantagens da usina após o pagamento da dívida e, enquanto isso, precisa administrar o que recebe da melhor forma possível. Desde a ascensão de Lula, em 2003, foram tomadas várias medidas para correção de inflação e isenção de algumas tarifas que beneficiaram os paraguaios.

A reportagem da *Veja* “Vitória do hidropopulismo” (TEIXEIRA, 2008) afirma que, antes mesmo de Lugo assumir a Presidência, *parecia* que uma luta de interesses estaria prestes a começar e o Brasil deveria preparar-se para não sair perdendo. Como a usina é um grande marco na integração bilateral entre os dois países, questionar os termos em que sua gestão se desenrola produz alguma turbulência nas relações internacionais. Dessa forma, a revista exerce influência sobre o imaginário social, conformando uma posição contrária, referente às alterações nos acordos da Itaipu, o que, de fato, não se efetivará. Após diversas reuniões entre os presidentes dos dois países, o comunicado publicado em 2009, ao término das negociações que instauraram as mudanças nos acordos, pretendia atualizar as relações de forma realista e pragmática, se baseando em princípios como solidariedade, sem preconceitos ou paternalismos.

Percebe-se que *Veja* cunhou expressões como “hidropopulismo” buscando evocar o termo “petropoulismo”, que diria respeito à

manutenção da dependência do cidadão ao Estado e da renda externa ao petróleo, utilizada pela publicação ao referir-se ao ex-presidente da Venezuela, Hugo Chávez. A revista mostra ainda um infográfico que, apesar de apresentar um texto onde refere-se ao então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, como “menos populista”, apresenta também uma fotografia onde o iguala aos demais presidentes da esquerda latino-americana à época, denominados de populistas. Nesta imagem, ele está ao lado de outros três: Evo Morales (Bolívia), Hugo Chávez (Venezuela) e Rafael Correa (Equador). Nesse contexto, *Veja* discorre sobre os indícios pelos quais “será mais fácil para a política externa brasileira lidar com Lugo do que com Morales ou Chávez” ou, ainda, sinais que podem levar a pensar que “Lugo pode incomodar menos que outros colegas populistas da América Latina”.

A relação do presidente paraguaio com os demais líderes latino-americanos é expressa de outras maneiras no corpo do texto: apresenta o ex-bispo católico Fernando Lugo como um candidato que durante a sua campanha quis provar que não seria um governante ao estilo populista, como Chávez e/ou Morales. Aponta-se também um elemento comum entre os discursos de ambos: as riquezas naturais como solução para as mazelas de seus países, sem que estas sejam exploradas por estrangeiros — segundo a matéria, os exploradores, neste caso, seriam os brasileiros. Ela também qualifica como “mito absurdo” a utilização da justificativa de localização do Rio Paraná na fronteira entre Brasil e Paraguai que levou o presidente paraguaio a reivindicar um aumento no preço a ser pago pela energia. *Veja* explicita a posição de desvantagem do Brasil frente ao novo acordo, trazendo como fonte um aliado de Lugo e membro do Partido Popular Tekojoja, Jorge Galeano — que seria “especializado em fazer passeatas contra o imperialismo brasileiro”. Traz ainda outras afirmações que ratificam sua posição discursiva: “a construção da Itaipu foi integralmente paga pelo Brasil” e o “sentimento antibrasileiro” atribuído aos presidentes paraguaio e boliviano.

A matéria faz menção ao fato ocorrido em 2006 — já referenciado anteriormente, quando Morales expropriou refinarias da Petrobras — e reforça os problemas que as políticas populistas de Lugo, semelhantes, em alguns aspectos, às do presidente venezuelano, Hugo Chávez, poderiam causar ao Brasil. Segundo a matéria assinada por Murilo Ramos (2008), com Fernando Lugo, “[...] o Itamaraty enfrenta um novo teste na defesa dos interesses brasileiros”, pelo qual já havia passado dois anos antes, com Evo Morales. Por fim, a matéria conota ao recém-eleito presidente paraguaio certa aura revestida de mistério. Utilizando-se de um ditado popular paraguaio, “um manco só se revela quando anda”, a revista cita que, tal qual o manco, o bispo católico também se mostraria apenas quando começasse a governar. Assim, destarte os vários apontamentos feitos sobre as ações e/ou políticas passíveis de adoção por Lugo, em comparação aos demais líderes latino-americanos, a reportagem é concluída sob uma perspectiva de dúvida quanto ao futuro de seu governo.

Considerações finais

O texto comenta a cobertura jornalística de acontecimentos que tinham como denominador comum a crise energética brasileira, as relações em torno do Gasoduto Brasil–Bolívia e a Usina Hidrelétrica de Itaipu. Por meio da análise textual, identificou-se a utilização de determinadas expressões que contribuem para a construção da imagem do Brasil como um país dependente de energia. A revista *Veja*, em sua discursividade, montagens fotográficas e infográficos, marca uma posição contrária àquelas tomadas de decisão do governo brasileiro. Utiliza-se, para isso, de metáforas que expõem o ex-presidente Lula e outros governantes latino-americanos. O *corpus* de análise composto de quatro matérias publicadas em um período de dois anos (2006 a 2008) reforça uma visão crítica em relação ao Brasil, enquadrado como potência imperialista e econômica frente aos demais países latino-americanos. Buscou-se compreender o contexto do processo

de construção da imagem do Brasil como um país dependente da questão energética no atual cenário político internacional. É possível perceber a postura de questionamento por parte da revista *Veja* frente à posição adotada pelo governo brasileiro e se deduz a postura editorial do veículo no sentido da cobrança de uma atuação imperia- lista em suas relações na América do Sul. Um aspecto cujo debate é realizado em parte com o próximo capítulo.

Referências

- BARBOSA, Igor Andrade Vidal. A Bolívia e o contexto regional. *Conjuntura Internacional*, Minas Gerais, ano 3, n. 13, p. 1-3, mai. 2006. Disponível em: <http://www.pucminas.br/imagedb/conjuntura/CBO_ARQ_BOLET20060524133954.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 2007.
- BRUE, Stanley. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência & Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- RAMOS, Murilo. A Bolívia vai à guerra civil? *Época*, São Paulo, n. 539, p. 118-22, 15 set. 2008.
- SCHELP, Diogo. Morales ri do Brasil. *Veja*, São Paulo, n. 1981, p. 108-9, 8 nov. 2006.
- _____. Os líderes e o liderado. *Veja*, São Paulo, n. 1955, p. 88-9, 10 maio 2006.
- TEIXEIRA, Duda. Vitória do hidropopulismo. *Veja*, São Paulo, n. 2058, p. 78-9, 30 abr. 2008.
- TEIXEIRA, Duda; COUTINHO, Leonardo. Ameaças ao nosso gasoduto. *Veja*, São Paulo, n. 2078, p. 82-6, 17 set. 2008.
- VEJA. *Tiragem* [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

A ESTRADA E O TIPNIS BOLIVIANO: SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO NA MÍDIA NACIONAL E INTERNACIONAL

**Nathália Drey COSTA
Ada C. Machado da SILVEIRA**

Introdução

O texto aborda o noticiário em torno de um projeto de financiamento de uma estrada em território boliviano pelo governo brasileiro. As especulações tiveram espaço na mídia nacional e internacional e centraram seu foco nas dificuldades enfrentadas pelo projeto decorrentes do embate entre o presidente Evo Morales, da Bolívia, e os indígenas, tendo em vista que a estrada deveria cortar o Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure (TIPNIS).

Em agosto de 2014, o presidente Evo Morales colocou um fecho na questão ao lamentar anunciar que a Bolívia teria perdido os créditos brasileiros para a construção das estradas (EXAME, 2014). A partir daí, o tratamento da questão passou a ter um caráter exclusivamente interno à Bolívia. Em que pese a declaração, os acontecimentos e sua cobertura permitem refletir sobre a concepção midiática das relações do Estado brasileiro com o país vizinho.

A exposição principia por reflexões em torno do papel da mídia nas relações do Brasil com a América Latina, passando para considerações sobre uma possível ação imperialista ou subimperialista do Brasil em relação a seus vizinhos.

Considerações sobre memória e formações discursivas oportunizam análises sobre a leitura do noticiário no período de agosto

a outubro de 2011, o *corpus* tópico selecionado para, por fim, centrar-se em considerações sobre a atividade midiática.

As relações americanas

A construção e a formação das sociedades na América (do Norte, Central e do Sul) não aconteceram em um processo retilíneo e homogêneo. Como consequência da dispersão dessas mesmas formações, existe hoje um continente habitado pela desigualdade social e estrutural. Nesse sentido, como perguntaria Gilberto Freyre, “o que é a América de ordinário denominada latina?” (FREYRE, 2003, p. 17). Assim, pensando num contexto atual e local, torna-se muito importante estudar a posição que o Brasil exerce e como o país se enxerga e se coloca diante das nações que compõem o continente latino, além da função política da América Latina e principalmente como a esta tem se colocado diante da conjuntura atual.

A ligação entre os interesses de uma nação e a construção midiática acerca de outras nações perante esta delinea uma relação. No caso da América Latina, o retrato midiático que se obtém do continente não é dos mais favoráveis, por vezes negativizado em torno da criminalidade, do tráfico de drogas, da pobreza, da exploração — entre diversas mazelas. Francisco Sant’Anna (2001) diz que a negatividade expressa sobre os países latino-americanos na mídia brasileira, especificamente, fere a ideia de integração e de identidade latino-americana, em sua gênese:

Portanto, o imaginário do brasileiro leitor [...] é fortemente abastecido por um volume de notícias negativas três vezes e meia maior do que as que trazem conteúdo positivo. Essas informações associam os países vizinhos ao narcotráfico, a ditaduras, terrorismo, corrupção, escândalos, violência, crises sociais, políticas e econômicas, dentre outros. O lado positivo reúne notícias sobre arte, educação, ciência e tecnologia, organismos

internacionais (OEA, Pacto Andino, Mercosul, Nafta, Cepal, etc.), mas em dose significativamente menor (SANT'ANNA, 2001, p. 65).

Isso ocorre também porque o espaço midiático não é apenas uma fonte de informação, é um espaço de disputa ideológica e cultural. Conforme organiza Margarethe Steinberger (2005):

No espaço da mídia se desenvolvem práticas políticas e ideológicas. Seu discurso é instrumento de expressão e transformação das práticas políticas e ideológicas. A mídia desempenha um papel, nessa perspectiva, de agente social que pressiona, através da formação da opinião pública, para que os fatos gerem os efeitos desejados pelos que dela se utilizam. Atua, portanto, como instrumento de práticas políticas e ideológicas (STEINBERGER, 2005, p. 210).

Se o imaginário alimentado sobre os países da América Latina é, conforme observado por Sant'Anna (2001), majoritariamente negativo, como é possível pensar na mídia como um espaço que proporcione integração verdadeira entre os países do continente? Se, historicamente, a sociedade brasileira configurou-se de forma a desprezar a América Latina, é natural que os jornais reproduzam tal comportamento. Porém, novas possibilidades de comunicação, como as novas mídias e as novas tecnologias, permitiram que a distância entre os povos se tornasse secundária. A distância física poderia ser superada pelos novos formatos tecnológicos, porém ainda falta suprir a distância cultural que envolve o Brasil e a América Latina. Sant'Anna avalia a questão: "A mídia detém papel de singular importância no processo de formação de um conceito de identidade cultural, a partir do qual o cidadão baliza seus atos e conceitos. A questão que permanece é que valores são transmitidos pela nossa mídia" (SANT'ANNA, 2001, p. 30).

Subimperialismo na América Latina: o caso brasileiro

Na década de 60, início da década de 70, o próprio Brasil, passando pela ditadura militar e enfrentando a Guerra Fria, não via uma saída para o imperialismo estadunidense. Porém, simultaneamente nesse processo de submissão aos Estados Unidos, o país encaminhou um modelo desproporcional de crescimento econômico, emergindo como potência na região. Luiz A. Moniz Bandeira (2008) conceitua que para uma potência se projetar no continente, considerando o caso do Brasil, precisa de extensão territorial, poder econômico e poder militar. Sendo assim, desde a segunda metade do século XIX o Brasil se configura uma potência regional.

Ruy Marini (1977), sociólogo brasileiro que estudou as relações do Brasil com os países da América Latina na mesma década de 60 e 70, exemplifica o contexto em que o país passou a exercer forte influência no continente:

A nova divisão internacional do trabalho do pós-guerra conduziu à ascensão de subcentros políticos e econômicos como o Brasil, que também passavam — ainda que de modo dependente e subordinado — à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Nos anos 70, o Brasil chegava à nona posição na indústria automotiva mundial, era o segundo exportador de armamentos do Terceiro Mundo — atrás somente de Israel — e dava impulso a um mercado de capitais. Conjuntamente a estes aspectos, o Brasil passava à rapina de matérias-primas e fontes de energia no exterior, como foi o Tratado de Itaipu; e intervinha em países como a Bolívia, apoiando o golpe contra Torres e contra o perigo com que se via a Assembleia Popular, num período em que interesses da burguesia brasileira começavam a instalar-se em Santa Cruz de la Sierra (MARINI apud LUCE, 2007, p. 19).

O Brasil passou a exercer a função de mediador entre os interesses capitalistas das potências consolidadas e os interesses da burguesia

nacional, ambos atrelados a uma maneira específica de imperialismo, conceituado por Ruy Marini como subimperialismo. Para o sociólogo brasileiro, o Brasil é o país que especificamente desempenha esse papel na América Latina, contraditório em essência, responsável por uma nova ordem de dominações. Marini desenvolveu o subimperialismo como tendo duas variáveis: 1) uma composição orgânica média do capital na escala mundial; e 2) política expansionista relativamente autônoma, que “não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, como também se mantém sob a hegemonia exercida pelo imperialismo internacional” (MARINI, 1977).¹⁰

A postura adotada pelo país refletia no contexto regional de forma análoga aos dos Estados imperialistas, porém sem esconder e nem mesmo restringir seus laços de dependência perante as economias dominantes, sendo essa perspectiva a síntese da incoerência do processo (LUCE, 2007).

Formações e memória discursivas

Procurando seguir as premissas comentadas por Eni Orlandi (2005) sobre um processo de análise do discurso, trabalha-se com os conceitos de formação discursiva, a partir das concepções de memória discursiva:

O que se espera do dispositivo do analista é que ele lhe permita trabalhar não numa posição neutra, mas que seja relativizada em face de interpretação: é preciso que ele *atravesse o efeito de transparência* da linguagem, da *literalidade do sentido* e da *onipotência do sujeito*. Esse dispositivo vai assim investir na *opacidade da linguagem*, no *descentramento do sujeito* e na *materialidade*. No trabalho da *ideologia* (ORLANDI, 2005, p. 61, grifo nosso).

¹⁰ No original: “no sólo se acompaña de una mayor integración al sistema produtivo imperialista sino que se mantiene en el marco de la hegemonia ejercida por el imperialismo a escala internacional.”

Com tais elementos, procura-se identificar se existe na materialidade do discurso midiático uma formação discursiva acerca da posição subimperialista do Brasil no caso TIPNIS, conforme se explicita no decorrer do texto.

Orlandi define a formação discursiva “como aquilo que numa formação ideológica dada — ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada — determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2005, p. 43). Um sujeito pode utilizar várias formações discursivas em um mesmo discurso, e vários sujeitos podem utilizar a mesma formação discursiva. Sendo assim, as palavras que constituem o discurso fazem sentido dentro do discurso, em sua materialidade e em relação com ele, num processo de construção entre termos, discursos e formações discursivas: “As palavras recebem seus sentidos de formações discursivas em suas relações. Este é o efeito da determinação do interdiscurso (da memória)” (ORLANDI, 2005, p. 46).

A autora também define condições que se estruturam na construção dos discursos. Seriam, basicamente, três condições elencadas por ela: relações de força, antecipação e relações de sentido. Orlandi explica as três categorias da seguinte maneira:

[...] os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. [...] todo sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor [...] Esse mecanismo (*antecipação*) regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte [...] Dessa maneira, esse mecanismo dirige o processo de argumentação visando seus efeitos sobre o interlocutor. [...] podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito

fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se ele falasse do lugar de aluno (*relações de força*). [...] todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações *imaginárias* (ORLANDI, 2005, p. 40, grifo nosso).

Quando o analista remete uma formação discursiva a outras diversas, está evocando o sentido que considera a memória histórica. Remetendo um discurso a outro discurso, pois ambos não são sozinhos, mas sim fazem relação entre si, o analista arquiteta a memória que resultou naquela formação discursiva, “[...] observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele (*o analista*) deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito” (ORLANDI, 2005, p. 45, grifo nosso).

O caso TIPNIS na imprensa: procedimentos metodológicos

As notícias selecionadas para esta análise foram aquelas que abordaram as questões referentes à construção de uma rodovia na Bolívia, financiada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e construída pela empreiteira brasileira OAS. Tal rodovia foi planejada para ter um trajeto ligando os *departamentos* de Beni, no leste, ao de Cochabamba, no centro do país. Essa mesma ligação conectaria os municípios de Villa Tunari (em Cochabamba) e San Ignacio de Moxos (em Beni). A problemática em torno da obra partiu da segunda via da construção da estrada, planejada para atravessar o TIPNIS.

Do dia 1º de agosto a 27 de outubro de 2011, os desdobramentos referentes à construção da rodovia foram abordados por diferentes veículos de notícias, na imprensa nacional e internacional. Do total de 89 matérias lidas (64 notícias e 19 colunas de opinião) que

constituem nosso *corpus* para propósitos gerais, foram selecionadas 39 notícias, 13 em cada um dos três meses em que o fato transcorreu (agosto, setembro e outubro). A Tabela 1 relaciona os veículos que tiveram notícias selecionadas:

Tabela 1 – O *corpus* de análise

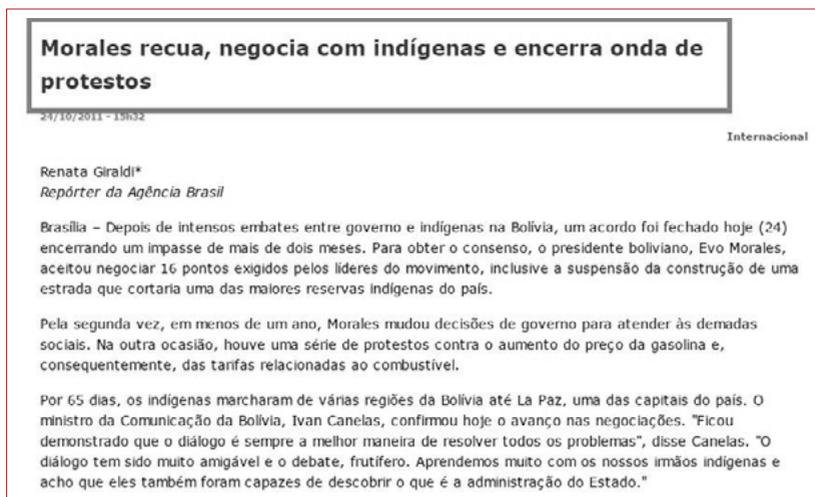
VEÍCULO	QUANTIDADE DE MATÉRIAS
Site e jornal impresso da <i>Folha de S.Paulo</i>	7
Portal <i>Opera Mundi</i>	6
Site da BBC Brasil	4
Site do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	4
Portal IG, seção de notícias <i>Último Segundo</i>	3
Portal Adital	2
Portal de notícias Agência Brasil	2
Site do jornal <i>El País</i> (Espanha)	2
Site do jornal <i>Valor Econômico</i>	2
Site do jornal <i>Los Tiempos</i> (Bolívia)	1
Site da revista <i>Veja</i>	1
Site do jornal <i>O Globo</i>	1
Portal <i>Sul 21</i>	1
Site do jornal <i>Brasil de Fato</i>	1
Site da Revista <i>EXAME</i>	1
Portal latino-americano Agência ANSA	1
Total	39

Fonte: Autoras

Após a primeira seleção, delimitou-se um total de sete notícias, veiculadas no mês de outubro, que, do ponto de vista signifi-
cacional, são as mais expressivas e pertinentes ao estudo da presença do subimperialismo brasileiro no recorte midiático no período do “Caso TIPNIS” e constituem o *corpus* específico que se analisa a seguir.

Subimperialismo na mídia?

A notícia veiculada pela Agência Brasil no dia 24 de outubro de 2011 apresenta um elemento discursivo impactante. Já no título, a afirmação de que o presidente boliviano recuaria — “Morales recua, negocia com indígenas e encerra onda de protestos” — identifica que, para o discurso que está colocado, a ação do governante é de retrocesso. O antônimo de recuar é avançar. Embora tenha sido um avanço para as lideranças indígenas que exigiam a revogação do projeto e a discussão dos outros pontos, para o discurso da notícia a ação do governo foi de retrocesso, identificada já no título da notícia:



Morales recua, negocia com indígenas e encerra onda de protestos

24/10/2011 - 13h32

Internacional

Renata Giraldi*
Repórter da Agência Brasil

Brasília – Depois de intensos embates entre governo e indígenas na Bolívia, um acordo foi fechado hoje (24) encerrando um impasse de mais de dois meses. Para obter o consenso, o presidente boliviano, Evo Morales, aceitou negociar 16 pontos exigidos pelos líderes do movimento, inclusive a suspensão da construção de uma estrada que cortaria uma das maiores reservas indígenas do país.

Pela segunda vez, em menos de um ano, Morales mudou decisões de governo para atender às demandas sociais. Na outra ocasião, houve uma série de protestos contra o aumento do preço da gasolina e, consequentemente, das tarifas relacionadas ao combustível.

Por 65 dias, os indígenas marcharam de várias regiões da Bolívia até La Paz, uma das capitais do país. O ministro da Comunicação da Bolívia, Ivan Canelas, confirmou hoje o avanço nas negociações. “Ficou demonstrado que o diálogo é sempre a melhor maneira de resolver todos os problemas”, disse Canelas. “O diálogo tem sido muito amigável e o debate, frutífero. Aprendemos muito com os nossos irmãos indígenas e acho que eles também foram capazes de descobrir o que é a administração do Estado.”

Figura 1: Trecho da matéria “Morales recua, negocia com indígenas e encerra onda de protestos”
Fonte: Portal de notícias Agência Brasil

Em outra notícia, também da Agência Brasil, do dia 25 de outubro de 2011, o título empregado — “Morales deve assinar hoje lei que suspende construção de estrada que contava com cooperação do Brasil” — utiliza claramente o termo cooperação para se referir ao financiamento concedido pelo BNDES à construção da

estrada (Figura 2). O termo “cooperação” dá o sentido de auxílio, ajuda, trabalho mútuo. O Brasil, como sugere o título da notícia, não está atravessando nenhuma discussão com relação à estrada, pelo contrário, está cooperando com o projeto:



The image shows a screenshot of a news article from Agência Brasil. The header includes the logo 'Agência Brasil' and 'Empresa Brasil de Comunicação'. Below the header is a search bar and a navigation menu with categories like 'Últimas Notícias', 'Galeria de Imagens', 'Reportagens Especiais', 'Ouvidoria', and 'Expediente'. The article title is 'Morales deve assinar hoje lei que suspende construção de estrada que contava com cooperação do Brasil'. The date is '25/10/2011 - 7h38' and the category is 'Internacional'. The author is 'Renata Giraldi*' and her title is 'Repórter da Agência Brasil'. The text of the article discusses Evo Morales preparing to sign a law suspending the construction of the Villa Tunari-San Ignacio de Moxos road, which was expected to have Brazilian cooperation. It also mentions that the Bolivian legislature approved the decision and that the Brazilian government reaffirms its support for the project.

Figura 2 – Trecho da matéria “Morales deve assinar hoje lei que suspende construção de estrada que contava com cooperação do Brasil”

Fonte: Portal de notícias Agência Brasil

O texto adentra na questão da cooperação, demarcando trechos da nota emitida pelo Itamaraty, conforme transcrição da notícia da Figura 2:

Há um mês, o Itamaraty reiterou o apoio às obras, informando que o governo brasileiro confirmava “a disposição de cooperar com a Bolívia”, pois se trata de um projeto “de grande importância para a integração nacional” e “atende aos parâmetros relativos a impacto social e ambiental previstos na legislação boliviana”.

O Brasil não apenas coopera com o projeto, como também, conforme trechos da nota reproduzidos na notícia, com a integração

boliviana e — de certa forma — com o desenvolvimento da Bolívia, por meio da construção de uma estrada enquadrada em normas legais. O discurso formula a posição brasileira como estritamente positiva.

Em notícia veiculada pelo portal *Último Segundo* no dia 27 de outubro de 2011, há os seguintes título e chamada: “Brasil tenta desbloquear projeto de rodovia na Bolívia — Uma fonte brasileira diz esperar que o país vizinho determine necessidades adicionais de financiamento para uma rota alternativa”. Já no título, fica explícito que o Brasil quer desbloquear a construção, ou seja, não aceita a atual condição de cancelamento da estrada. Além da não aceitação, o verbo desbloquear concede a ideia de que algo está travado, atravancado, sendo o desbloqueamento a ação que se toma para deixar algo fluir. O desbloqueamento seria, então, algo mais positivo que o seu contrário, bloquear:

O Brasil quer destravar a construção na Bolívia de uma estrada de US\$ 420 milhões suspensa após protestos indígenas e espera que seu vizinho determine as necessidades adicionais de financiamento para uma rota alternativa, afirmou nesta quinta-feira uma fonte oficial.



Figura 3: Trecho da matéria “Brasil tenta desbloquear projeto de rodovia na Bolívia”
Fonte: Último Segundo

A mesma fonte oficial não está expressa, não se afirma quem e que cargo ocupa. Se afirma apenas tratar-se de uma fonte que, por algum motivo, não é identificada:

As obras da rodovia que abriria uma saída ao oceano Pacífico para as exportações brasileiras foram interrompidas pelo presidente Evo Morales, cuja popularidade foi corroída por protestos indígenas contra a construção da estrada, que atravessaria a reserva Território Indígena Parque Nacional Isiboro-Sécure (Tipnis) no centro do país.

Todo o trecho acima denota que a responsabilidade e as consequências pela construção da estrada correspondem à relação entre governo boliviano e indígenas, anulando mais uma vez o Brasil como fator decisivo na construção. Além disso, a notícia destaca que o objetivo da estrada era abrir uma saída ao oceano Pacífico para as exportações *brasileiras*, sendo elas as mais importantes no processo, por serem as primeiras citadas em decorrência do cancelamento da construção da estrada, assunto também abordado em notícia publicada pelo jornal *Valor Econômico* em 26 de outubro de 2011:

O projeto da empresa brasileira OAS poderia ser retomado se Morales e os líderes indígenas chegarem a um acordo sobre uma rota alternativa. “Nosso interesse é que a rodovia seja feita, mas a decisão final é do governo boliviano... A bola ainda está no campo deles”, disse à Reuters uma fonte do Ministério das Relações Exteriores brasileiro. “O governo boliviano tem que fazer um novo cálculo do traçado, discuti-lo com a empresa. E o financiamento é algo posterior”, acrescentou. O jornal *Valor Econômico* afirmou na edição desta quinta-feira que antes de pagar outro adicional de US\$ 250 milhões, o Brasil exigiria garantias de que as obras não voltarão a ser bloqueadas. “A Bolívia precisa estabelecer um cronograma, uma linha de ação, para definir com rigor técnico a solução para os parâmetros ambientais, financeiros, econômicos e políticos desse processo”, afirmou o jornal citando uma fonte oficial brasileira. Cerca de

80% do custo da estrada são cobertos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma importante fonte de financiamento de obras de construtoras brasileiras na América Latina. De acordo com o *Valor*, o Brasil também quer que a Bolívia ofereça garantias sobre a propriedade de terra a produtores brasileiros de soja que plantam em cerca de 150 mil hectares no departamento boliviano de Santa Cruz. O governo brasileiro também espera que a Bolívia devolva cerca de 4 mil carros roubados e contrabandeados através da fronteira. “Isso ajudaria a criar uma agenda positiva entre os dois países”, disse a fonte do *Valor* (VALOR, 2011).

Toda a construção da notícia é significativa. Primeiro, por estabelecer mais uma vez as exigências brasileiras com relação ao financiamento da obra. A fonte oficial, não explicitada, que argumenta ser o próprio financiamento uma condição *posterior* à solução proposta pelo governo boliviano. Além da exigência dessa nova proposta, ainda é reforçada na notícia a exigência brasileira de que as obras “não voltarão a ser bloqueadas”. Os dados que reafirmam a importância do crédito brasileiro à obra são reforçados (“80% do custo da estrada são cobertos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social”), além de sua categoria de “importante fonte de financiamento de obras de construtoras brasileiras na América Latina” (assim citado na notícia). Além desses dados, as exigências brasileiras — de garantia sobre a propriedade de terra a produtores brasileiros de soja que plantam no departamento boliviano de Santa Cruz e a devolução dos 4 mil carros roubados — são apresentadas como medidas que possibilitam a construção de uma “agenda positiva entre os dois países”.

Na notícia veiculada pelo *Valor Econômico* (“Brasil impõe condições para manter financiamento à estrada na Bolívia”) explicita-se que o Brasil, naquele momento, estava impondo condições ao governo boliviano a fim de manter a negociação com a obra da *rodovia*. “O governo brasileiro admite negociar um aumento no valor

do financiamento a uma estrada na Bolívia que foi foco de conflito entre indígenas e o presidente Evo Morales, mas impõe condições”, diz a notícia. O elemento que considera que o Brasil está impondo condições denota o sentido de quem está dando as regras do jogo. No momento em que a matéria coloca o Estado brasileiro como afirmador sobre o que importa no tema da estrada, quem decide a liberação ou não dos recursos e quem exige que a construção da estrada aconteça, é quando se pode avaliar, mais enfaticamente, o poder que a atividade jornalística considera que o país está exercendo desde o princípio no caso da estrada sobre o TIPNIS.

Outra matéria, também publicada no *site* do jornal *Valor Econômico* no dia 26 de outubro e produzida pelo mesmo repórter em La Paz (capital administrativa da Bolívia), em seu título já resume um sentimento com a situação da estrada: “Rejeição ao Brasil aflora em protesto indígena na Bolívia”. Pelo título, presume-se que a abordagem principal será a relação entre os manifestantes e a posição negativa do Brasil diante do caso.

A peculiaridade dessa matéria do jornal *Valor Econômico* (2011) decorre do fato de ter sido reproduzida posteriormente no *site* oficial do Exército Brasileiro, no dia 4 de novembro de 2011: “A glorificação dos indígenas, a repulsa ao Brasil e uma grande decepção com o presidente Evo Morales marcaram o desfecho da mobilização indígena ontem em La Paz.” As três fases — glória, repulsa e decepção — são atributos direcionados aos três papéis representados no discurso midiático: os indígenas, o Brasil e o governo de Evo Morales. Transcreve-se, a seguir, trechos significativos da notícia:

Sobre a estrada, disse que o presidente estava tentando “pagar a fatura” aos cocaleiros, pois essa havia sido uma promessa de campanha ao setor mais fiel a Morales. “Nós, indígenas, não precisamos da estrada para atravessar o parque. Nossa forma de nos locomover são os rios. A estrada só vai frear o nosso desenvolvimento”, disse. “Essa estrada se presta para duas coisas: para ampliar o plantio de coca, destinada à produção de droga, e para

atender aos interesses do Brasil, que quer atravessar seus produtos rumo ao Oceano Pacífico usando a Bolívia como ponte. [...]

Ignorados por Morales, os indígenas chegaram a procurar o governo brasileiro para tentar sensibilizá-lo sobre sua causa, disse ao *Valor* Adolfo Chávez, presidente da Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (Cidob). Ele afirmou ter enviado uma carta à Embaixada do Brasil em La Paz pedindo um encontro em Brasília. Obteve a promessa de ajuda, mas o encontro acabou não saindo [...].

Esse sentimento negativo em relação ao Brasil fica mais exacerbado nas palavras do líder indígena Rafael Quispe, presidente do Conselho Nacional de Ayllus e Marcas do Qullasuyu (Conamaq). Abordado pelo *Valor*, e ciente de que se tratava de um jornal brasileiro, ele disse: “A empresa dos brasileiros é que está metida [na obra], quebrou a lei, e os brasileiros não fazem absolutamente nada. Vocês [brasileiros] estão f... a Bolívia. E não é só com estradas. Vocês estão f... a gente com termelétricas. Como a Bolívia, como cidadão boliviano, como posso eu, com capital boliviano, f... o seu país?” Questionado sobre como fica a relação dos indígenas com o presidente, ele manteve o tom. “Por que você quer saber? Se você é brasileiro, pergunte ao governo. Capital brasileiro, empresa brasileira. O banco que está emprestando é brasileiro. E o que você quer que eu te diga? Vocês vieram f... o país” (MUKARAWA, 2011b).

Toda a matéria veiculada pelo *site* do jornal *Valor Econômico* relata fortes relações de poder. Os trechos destacados acima representam um distanciamento entre o repórter (a matéria é assinada por um jornalista enviado a La Paz) e aqueles por ele retratados. O autor da matéria não se utiliza de outros argumentos, que não os dos próprios entrevistados, para exemplificar a situação. A avaliação está a critério das lideranças indígenas, com suas falas mais enfáticas reproduzidas com detalhes. Ao exemplificar a fala do indígena que se opõe veementemente ao Brasil, o autor do texto já identifica marcas que o caracterizam como diferente desse mesmo indígena,

em situação de agressão. O discurso do entrevistado assume a caracterização de “Vocês” ao se referir ao autor do texto. Isso coloca ambos em situações diferentes: um é brasileiro (o autor) e o outro é o descontente (representado como indígena). Em um contexto ainda maior, a diferenciação entre vocês (Brasil) e nós (Bolívia), a partir do descontentamento do entrevistado.

Brasil: gerenciador e financiador

Tendo o propósito de verificar no recorte midiático a defesa de uma postura subimperialista para o Brasil no caso TIPNIS, o que de fato é explícito em cada uma das notícias que contribua para que se pense nos conceitos de imperialismo/subimperialismo, integração, identidade latino-americana? Quais seriam as formações discursivas, segundo os estudos de Orlandi (2005), que estão estruturadas ao longo dos discursos? Eni Orlandi explicita, em termos facilmente compreensíveis, as formas como o analista do discurso se coloca a fim de interpretar, analisar, os textos a que se propõe.

[...] Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermenêuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições (ORLANDI, 2005, p. 61).

Pode-se dizer que a análise compõe a descrição e a interpretação dos fatos, porém sem desvinculá-los, uma vez que ambas não estão separadas no processo de compreensão da análise. O analista já está, no momento em que descreve o discurso, interpretando-o conforme as diretrizes apontadas acima por Orlandi (2005). Ou seja, o analista não está desvinculado dos processos históricos e ideológicos que

comportam sua própria capacidade de interpretação. Está, porém, tentando reduzir a opacidade das palavras no discurso, referendando a materialidade que compõe as diferentes formações discursivas e as formas como estão descritas, e que, em si mesmas, compõem o discurso. Ao realizar a interpretação das notícias que veicularam o fato da tentativa de construção da estrada no território TIPNIS, na Bolívia, encaminha-se para uma segunda etapa que não necessariamente está desvinculada da primeira — a descrição mais objetiva de trechos e dos segmentos noticiados.

A produção de material jornalístico por agências de notícias corresponde a uma visão diferente da que o jornalista em uma sala de redação comum pode obter e, mais tarde, produzir. Notícias provenientes de agências internacionais expressam a discursividade própria dessas agências que, muitas vezes, constituem-se no único agente de mídia presente na cobertura dos eventos. Sabe-se que a maioria dos jornais não enviou jornalistas à Bolívia, por diferentes motivos. O acesso às informações daquele país ficou a critério de alguns enviados ou responsáveis que já estariam por lá, além das notícias produzidas por agências internacionais a partir das mais diversas circunstâncias, como a utilização de correspondentes sediados em cidades como São Paulo ou Buenos Aires e familiarizados com o noticiário boliviano. Essas são condições que interferem de forma bastante incisiva na produção de notícias, pois os meios de comunicação brasileiros articulam a produção de seus textos com informações encontradas por agências bolivianas ou, principalmente, internacionais sediadas em diversos países que não somente o Brasil e a Bolívia.

Quais seriam as principais premissas apresentadas até então na cobertura noticiosa para avaliar a situação do TIPNIS? Uma situação saliente na observação das notícias é que o termo imperialismo ou subimperialismo, ou qualquer referência mais direta ao papel brasileiro como uma projeção de poder, não é abordado em notícias. Independentemente da posição política de cada um dos meios,

os termos são utilizados com cautela. Algumas vezes, a palavra escolhida para relacionar o Brasil com a construção da estrada é *interesses*.

É interessante pensar nos conceitos de Marini aplicados ao caso do TIPNIS. Primeiramente, a premissa de que uma potência subimperialista é, ao mesmo tempo, dominante e dominada, explicita-se por meio do próprio governo boliviano. Evo Morales é taxativo ao afirmar que os militantes contrários à construção da estrada estão a serviço dos Estados Unidos, nação identificada ao longo das décadas como a expoente imperialista da América, como um todo, tendo longa abrangência política e econômica em toda a América Latina. Porém, o próprio governo boliviano não explicita a inserção brasileira no caso, mesmo que seja de conhecimento que a estrada é um projeto financiado pelo Brasil. Essa desconsideração com o fato de ser o Brasil o mecenas da estrada, ao mesmo tempo em que o estopim das contradições entre os bolivianos é responsabilidade dos Estados Unidos, demonstram que a potência regional brasileira segue com sua influência, porém ainda subjugada pelo poder estadunidense. As acusações feitas aos Estados Unidos são mais categóricas, justamente pela oposição política do governo de Evo Morales, assumidamente contrária à política daquele país, porém bastante simpática com a política iniciada pelo ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). O governo estadunidense é acusado pelo líder boliviano de grampear telefones e de estabelecer contatos com lideranças indígenas. Ao rememorarem outros casos parecidos, é possível estabelecer como prática política a ideia de delegar ao movimento social a condição de subalterno aos anseios de entidades partidárias, entidades de governo e poder imperialista. Além dessa mesma questão, torna-se mais palpável para Morales culpar os EUA, uma vez que as práticas imperialistas deste já são conhecidas pelos governos de esquerda na América Latina. Discursivamente, Evo fala de uma posição de quem conhece e de quem acusa, trabalhando na dualidade Bolívia *versus* Estados Unidos, uma dualidade mais material e também já conhecida do povo boliviano.

É comum a alguns veículos afirmar que a construção da estrada que atravessaria o território do TIPNIS não traria percalços apenas para a questão ambiental da região, mas também abriria espaço para o fortalecimento dos *cocaleros*, os produtores de coca da Bolívia. Mais do que apenas um contraste entre o Brasil e a Bolívia, e uma relação de poder envolvendo ambos, as próprias relações de poder entre os indígenas e os *cocaleros* são premissas recorrentes nas notícias. Avalia-se que estas não representam apenas o embate entre a intervenção brasileira na construção da estrada, mas principalmente o contraste entre as classes bolivianas. Os produtores de coca e os indígenas travam um embate de classe dentro do próprio país, em que as relações de disputa entre ambos se fortalecem diante da questão financeira, da construção de uma estrada que traria, conforme avaliação de cada um, benefícios e prejuízos.

Diante dos conflitos físicos, como a repressão à marcha pró-TIPNIS, a avaliação dos meios é centrada no conflito entre o presidente Evo Morales e o povo boliviano. Duas fotos de matérias de dois diferentes veículos, *El País* e *Folha de S.Paulo*, selecionadas para análise, representam situações que podem ser tomadas como diferentes, embora possam representar um antes e um depois. Ambas foram veiculadas no mesmo dia, 27 de setembro de 2011.

A matéria da *Folha* na edição impressa, intitulada “Evo Morales susta obra financiada pelo Brasil” (MARREIRO, 2011), e a do *El País* na edição *on-line*, intitulada “*Morales suspende la construcción de la carretera que le enfrenta con los indígenas*” (AZCUI, 2011), distribuída pela Agência EFE, tratam do evento. A primeira mostra um manifestante correndo atrás do policial. A segunda já o exhibe caído no chão, recebendo golpes de três policiais. Os elementos da foto, o manifestante e os três policiais, aparentam ser os mesmos retratados em ambas as imagens, porém em momentos diferentes, embora sucessivos.

Na foto escolhida pela *Folha*, por exemplo, o manifestante denota estar em outro momento, o período em que ele parte na direção do

policial em situação agressiva. A escolha por uma imagem que exhibe o manifestante partindo em direção ao policial aponta para quem teria sido o agente da ação, o iniciador do confronto, ou pode propor o sentido de quem estava, de alguma forma, dominando o conflito. Porém, em grande parte do conteúdo fotográfico que exhibe cenas do confronto em outros jornais, a percepção predominante permite compreender que os manifestantes receberam violenta repressão, principalmente física. A escolha da *Folha de S. Paulo* é uma opção que demonstra um sentido diferente daquele que tem sido expresso por outros veículos que precisaram a repressão policial.

A exploração das desavenças entre o indigenista Evo Morales e o povo boliviano também aparece por meio de fatos que pontuam as constantes divergências entre a construção e a não-construção da estrada. Em algumas afirmações, o presidente boliviano é retratado como se emitisse a constante opinião de reprimenda aos atos e às manifestações dos descontentes com a obra. Porém, uma suposta crise em seu governo aparece em algumas análises mais detalhadas, as quais aqui não serão registradas. Um elemento interessante de ser observado sobre a exposição do governo boliviano é o fato de Morales considerar a marcha mais como um ato político do que propriamente pró-ambiental. Tal argumento desvia parte da parcela brasileira de responsabilidade sobre a interferência na questão da construção da estrada, resumindo o conflito aos problemas internos de oposição ao atual governo de Morales e aos mesmos conflitos entre os países da América Latina e os Estados Unidos. As menções ao Brasil são constantes como financiador, gerador dos recursos, ou mesmo as frequentes notas enviadas pelo Itamaraty que, em seu conteúdo, afirmam não ser parte da posição do governo brasileiro defender a repressão aos indígenas, porém permanecer com a ideia anterior de construção da estrada. O Brasil é referido nas notícias como o progenitor do projeto; porém, as turbulências geradas a partir dele não seriam de responsabilidade brasileira. As afirmações

constantemente condizem com uma suposta crise instaurada no governo boliviano, não mais apoiado pelos mesmos setores. A figura de Evo Morales, para isso, é apresentada como um ideal de traição.

O Itamaraty, por meio de notas publicadas em veículos que abordaram o caso, argumenta que os interesses defendidos pelo governo brasileiro não serão contrários aos interesses pelo desenvolvimento regional da própria Bolívia. A mediação diplomática desempenhada pelo governo brasileiro compreende que o país quer investir, construir na região, porém, não admitirá com veemência que quer intervir na política da Bolívia, nem que quer assumir as consequências ambientais da possível rodovia. Grande parte das notícias brasileiras menciona em seus títulos e chamadas a questão de ser uma estrada financiada com dinheiro brasileiro, mais precisamente do BNDES. Porém, ao se adentrar nas matérias e nas notícias, percebe-se que a questão é abordada com menos intensidade, ficando restrita aos conflitos entre governo boliviano e povo indígena. Apenas ao final de outubro de 2011 é que algumas notícias apresentam um discurso que coloca as posições contrárias ao governo brasileiro de maneira mais enfática. Não são explicitados os argumentos que colocam o Brasil como o principal beneficiado pela construção da estrada. As notas do Ministério das Relações Exteriores condizem com afirmações diplomáticas ao afirmar que o país está disposto a cooperar.

Um desses comunicados lançados pelo Itamaraty, do qual alguns trechos são transcritos na notícia de 25 de outubro de 2011, publicada pela Agência Brasil — “Morales deve assinar hoje lei que suspende construção de estrada que contava com cooperação do Brasil” —, afirma que o próprio ministério teria recebido a informação dos distúrbios na região com preocupação, mas que teria “confiança no governo e em diferentes setores do país para buscarem diálogo e favorecer a negociação sobre o traçado da rodovia”. Não fica exatamente claro se esse mesmo favorecimento diz respeito à construção, de qualquer jeito, ou se expõe uma solução diplomática, de comum acordo entre as partes — bolivianos, governo boliviano e governo brasileiro.

A notícia do mês de outubro de autoria de Murakawa (2011a), veiculada pelo jornal *Valor Econômico* demonstra a posição brasileira em todo o caso TIPNIS. Ela se intitula “Brasil impõe condições para manter financiamento à estrada na Bolívia”. Com base nas afirmações de que é o Brasil que condiciona a construção da estrada, quem interpreta o momento de ceder os recursos e quem exige, por parte da Bolívia, uma alternativa para a estrada que não complique novamente com os indígenas, pode-se avaliar que a projeção do Brasil na situação é de fato determinante.

Ao recorrer à memória discursiva, elencam-se elementos nos textos que formam discursos diversos que concluem que algo existe entre eles para comprovar a posição de poder brasileira.

Deve-se levar em conta que diversas outras problemáticas envolvem a questão da construção da estrada que cortaria o TIPNIS. A primeira delas, no que tange ao presente estudo, é a consideração de que a influência brasileira nesse caso diz respeito a um exemplo de subimperialismo por parte do governo brasileiro. Trata-se de um recorte que explicita tal análise. Além da questão do subimperialismo brasileiro e sua projeção de poder diante da própria Bolívia, também devem ser considerados os fatores que polemizaram a questão. Entre eles, a própria crise boliviana entre o governo de Morales e os indígenas da região; a questão ambiental, que foi explorada ao máximo; além da atividade de comércio da coca, na fronteira com o Brasil. Todas essas problemáticas foram levantadas com o mesmo caso, não sendo apenas uma questão que reflete a influência brasileira, mas a mesma questão que demonstra a quantidade de flagelos que ainda existem na relação entre os países da América Latina, mesmo que tais flagelos estejam escondidos sob o pretexto da integração.

As referências a uma possível integração são parcas, assim como as próprias referências à influência brasileira no caso. Mesmo assim, pode-se pensar que o recorte midiático geral dos três meses não é taxativo ao posicionamento brasileiro. O recorte é apresentado como sendo o problema uma questão da crise boliviana, sendo o Brasil não

um protagonista, mas um coadjuvante.

O governante de um país fala dessa mesma posição. Os manifestantes pró-TIPNIS falam de outra posição. E o jornalista, na construção do discurso jornalístico, intermedeia as mesmas falas, a partir de recortes, trechos que demonstram o que falam e da posição que falam tais sujeitos. Algumas falas só têm sentido partindo do lugar de onde os sujeitos falam, estabelecidas nas relações de força do discurso. O discurso das entidades governamentais bolivianas e brasileiras estabeleceu sentidos diferentes das posições e das falas dos manifestantes.

Considerações finais

O que de fato é explícito em cada uma das notícias que contribua para que se pense nos conceitos de “imperialismo/subimperialismo, integração, identidade latino-americana”? Infelizmente, a integração latino-americana, hoje impulsionada pelo Brasil, condiz mais com os aspectos referentes ao subimperialismo e à projeção de poder dessa mesma nação do que propriamente com a integração de fato. Parte desse interesse macroeconômico impulsionado pelo país continua gerando avanços e crescimentos a uma mesma elite, sem contribuir para a integração entre os povos latino-americanos.

Apesar de expostas as contradições do subimperialismo brasileiro, é importante ressaltar que, mesmo com o crescimento econômico do país e seu enorme alcance em toda a América Latina, as desigualdades e as mazelas sociais estão longe de terem um fim. Mesmo com avanço econômico, há chagas estruturais, causadas tanto pela formação colonial e desigual, quanto pela permanência e potencialização dessa mesma formação devido ao avanço do capital e ao simultâneo retrocesso social.

Mesmo ao apontar-se que o Brasil não é retratado em sua mídia nacional como subimperialista, tal posicionamento não anula seu peso em relação ao continente latino-americano. A mídia nacional pode sofrer alterações e implicações dos processos hegemônicos subimperialistas no momento em que construir suas afirmações diante do cenário

latino-americano. O processo que constrói a imagem do Brasil imperialista na mídia seria um processo crítico, que absorvesse as problemáticas do imperialismo de uma nação perante outras, e que desejasse, de fato, a integração latino-americana. Nesse sentido, reconhece-se que a análise aqui exposta possui suas limitações ao vasculhar quais seriam os motivos que fazem com que a mídia não se coloque contrária ao subimperialismo brasileiro, ou ao menos o perceba e o reconheça, levando em consideração o recorte midiático no caso TIPNIS.

E o papel do jornalismo é também o de procurar formas alternativas de projetar o continente diante do feroz cenário mundial, ajeitando contornos e contribuindo com a comunicação entre os povos que compõem esse tão mesclado continente.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Morales recua, negocia com indígenas e encerra onda de protestos*. 24 out. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-10-24/morales-recua-negocia-com-indigenas-e-encerra-onda-de-protestos>>. Acesso em: 30 out. 2011.

_____. *Morales deve assinar hoje lei que suspende construção de estrada que contava com cooperação do Brasil*. 25 out. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-10-25/morales-deve-assinar-hoje-lei-que-suspende-construcao-de-estrada-que-contava-com-cooperacao-do-brasil>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 91, p. 2-20, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/091/91bandeira.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2011.

AZCUI, Mabel. Morales suspende la construcción de la carretera que le enfrenta con los indígenas. *El País*, Madrid, 27 set. 2011. Disponível em: <http://internacional.elpais.com/internacional/2011/09/27/actualidad/1317074403_850215.html>. Acesso em: 13 nov. 2011.

FREYRE, Gilberto. Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação. In: *Americanidade e latinidade da América Latina e outros textos afins*. Brasília: UnB/São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.

BRASIL tenta desbloquear projeto de rodovia na Bolívia. *Último Segundo*, 27 out. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/brasil-tenta-desbloquear-projeto-de-rodovia-na-bolivia/n1597331361215.html>>. Acesso em: 30 out. 2011.

LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México, n. 12, abr./jun. 1977. Disponível em: <<http://www.geopolitica.ws/article/la-acumulacion-capitalista-mundial-y-el-subimperia/>>. Acesso em: 30 out. 2011.

MARREIRO, Flávia. Evo Morales susta obra financiada pelo Brasil. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 27 set. 2011.

MUKARAWA, Fabio. Brasil impõe condições para manter financiamento à estrada na Bolívia. *Valor Econômico*. 26 out. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/1071390/brasil-impoe-condicoes-para-manter-financiamento-estrada-na-bolivia>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Rejeição ao Brasil aflora em protesto indígena na Bolívia. *Valor Econômico*. 26 out. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/imprimir/noticia/1069216/internacional/1069216/rejeicao-ao-brasil-a>>. Acesso em: 13 nov. 2011.

_____. Rejeição ao Brasil aflora em protesto indígena na Bolívia. *Defesanet*. 26 out. 2011. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/3318/Rejeicao-ao-Brasil-aflora-em-protesto-indigena-na-Bolivia>>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: UNICAMP, 2005.

SANT'ANNA, Francisco Cláudio Corrêa Meyer. *O papel da mídia impressa brasileira no processo de integração latino-americana: um estudo do comportamento editorial de grandes periódicos nacionais*. 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, 2001.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: FAPESP, 2005.

O CONFLITO FRONTEIRIÇO ENTRE BRASILEIROS E PARAGUAIOS E A POSIÇÃO EDITORIAL DE VEJA¹¹

**Ada C. Machado da SILVEIRA
Aline Roes DALMOLIN
Andressa Doré FOGGIATO
Rafael Lemos da SILVA**

Introdução

Em um cotidiano que evidencia cada vez mais a migração de brasileiros para o Paraguai, o presente texto propõe-se a analisar a cobertura jornalística das fronteiras internacionais do Brasil feita pela revista semanal *Veja*, observando como este veículo aborda o confronto entre esses migrantes e paraguaios, enfocando questões políticas da posse de terras por parte dos brasileiros residentes naquele território. O termo “brasiguai” corresponde a vários significados e aqui será utilizado no sentido de expressar a condição de brasileiros que migram para o Paraguai e constroem suas vidas em terras daquele país. Politicamente, os brasiguaios são questionados pelos *carperos*, camponeses sem-terra que reivindicam precedência no uso do solo nacional para prática da agricultura. Assim, os brasileiros são personificados pelos paraguaios como:

empresários ricos, imperialistas, atraídos pelos baixos preços das terras e pela abolição da proibição de compra de terras por

¹¹ O texto foi originalmente apresentado no XXXVII Congresso de Ciências da Comunicação, 2014, Foz do Iguaçu. IJ-DT1: Intercom Júnior – Jornalismo, 2014.

estrangeiros [...] expulsos de camponeses sem-terra e índios, e devastadores das florestas e do meio ambiente (ALBUQUERQUE apud SPRANDEL, 2006, p. 137).

Os conflitos são revelados pelo confronto recorrente entre brasileiros detentores de terras no país vizinho e os camponeses. A disputa pela posse da terra no Paraguai, a utilização de agrotóxicos em plantações e também o confronto político na região caracterizam a expansão brasileira pelo território paraguaio e a reação a esta ação (ALBUQUERQUE, 2005). Em que pese a isso, as relações institucionais entre Brasil e Paraguai têm sido marcadas por temas de cooperação — como a criação da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

É neste sentido que se considera a fronteira Brasil–Paraguai, nos termos de Appadurai (1997), como translocalidade:

esses locais criam condições complexas para a produção e reprodução da localidade, na qual laços de casamento, trabalho, negócios e lazer tecem uma rede formada por várias populações circulantes e vários tipos de “nativos”, gerando localidades que pertencem a determinado Estado-nação mas são, sob outro ponto de vista, o que podemos chamar de translocalidades (APPADURAI, 1997, p. 35).

A presença de fazendeiros brasileiros em território paraguaio provoca tensões na região, pois eles são vistos como responsáveis pela desigualdade social existente no país e geralmente associados à herança do general Alfredo Stroessner, presidente de 1954 a 1989, promotor da desnacionalização de territórios.

A partir de 1950, observou-se uma migração de brasileiros para o Paraguai, acrescida a partir de 1970 com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Geralmente ligados à produção de soja, os brasileiros aos poucos foram adquirindo novas terras e, dessa forma, criando influência política nas regiões em que habitam. O general Stroessner atuou no sentido de agravar as disputas

entre esses latifundiários e colonos paraguaios. Todavia, após 1989 organizaram-se diversos movimentos internos de reivindicação de maior igualdade diante da presença de latifundiários estrangeiros. A vitória de Fernando Lugo à Presidência, em 2008, pode ser entendida, assim, como uma resposta a diversos movimentos sociais paraguaios, tendo em vista a sua promessa de realizar uma reforma agrária que, no entanto, não foi efetivada. A mídia assume, nesse contexto, conforme se analisa no presente livro, um importante papel em relação aos confrontos entre brasileiros e paraguaios:

A frequência e intensidade das crises variam segundo as épocas, mas multiplicam-se e tornam-se mais agudas, ou pelo menos mais midiáticas, a partir da redemocratização, ocorrida em 1989, quando, na base da reivindicação do direito à terra e reforma agrária, setores da sociedade paraguaia censurados no período anterior negaram a legitimidade da imigração e ocupação brasileira de vastos territórios agrícolas (SOUCHAUD, 2011, p. 9).

Conforme registra Albuquerque (2005) em suas análises, os brasileiros residentes no Paraguai entendem que estão desenvolvendo economicamente o país por meio de seu trabalho. Já os paraguaios consideram que esses ocupam o espaço de nacionais, acabam com a agricultura de subsistência e também provocam o êxodo rural.

O governo brasileiro compreende que existe uma grande quantidade de brasileiros que vivem no Paraguai e incentiva a integração do Brasil com outros países, considerando que essa interação permite fronteiras mais livres. Assim, deveria haver uma troca entre os países da América do Sul, não apenas de máquinas e produtos agrícolas, mas também da percepção da bondade existente nos seres humanos (BRASIL, 2013). Já o governo paraguaio expressa, por meio da Lei nº 2.532/05 e do Decreto nº 7.525/11, o veto à nova posse de terras por estrangeiros. De acordo com essa lei, são proibidas novas aquisições de terras por não nascidos no país em uma faixa

de 50 quilômetros adjacentes às fronteiras (PARAGUAI, 2014). Dessa maneira, evidenciam-se as divergências entre as posições governamentais sobre a relação entre os países, o que contribui para a complexidade dos discursos dos meios de comunicação sobre o futuro dessa complicada questão.

Entre *carperos* e *brasiguaios*: análise das matérias

As matérias analisadas foram selecionadas a partir de um levantamento sobre a cobertura jornalística das fronteiras internacionais do Brasil realizada por revistas semanais do país. Optou-se por *Veja* por ser de grande circulação nacional e, em consequência, tida como importante formadora da opinião pública. No período pesquisado, entre os anos de 2006 e 2012, foram encontrados oito resultados para o termo “brasiguaios” no acervo digital da revista. Destacaram-se duas matérias publicadas em 2008 por abordarem diretamente o conflito de terras no Paraguai e duas manifestações do então presidente, Federico Franco, no ano de 2012, publicadas em uma nota e em uma entrevista. Também se analisam duas matérias na versão *on-line* da revista, que enfatizam a situação dos agricultores e fazendeiros brasileiros residentes em terras paraguaias.

Procurou-se, por meio da análise de sequências discursivas, evidenciar as posições de sujeitos assumidas por *Veja* e, assim, observar como a revista semanal interpreta e avalia a situação dos brasileiros na fronteira Brasil–Paraguai.

Para Pinto (1999), discurso é uma prática social inserida em um contexto histórico-social, tendo papel fundamental na reprodução, manutenção ou transformação das representações que as pessoas fazem e das relações e identidades com que se definem na sociedade. Já sujeito é a quem se atribui a responsabilidade das representações reconhecidas em um texto, podendo estar posicionado na produção, circulação ou consumo do texto.

As quatro matérias selecionadas da versão digital da revista impressa e da versão *on-line* postas em análise são: “O encrenqueiro mora ao lado” (TEIXEIRA, 2008a); “Onde é perigoso ser brasileiro” (TEIXEIRA, 2008b); “Brasiguaios despertam ira dos sem-terra” (BRASIGUAIOS..., 2011); e “Lugo promete garantir lei e ordem em conflito entre *carperos* e brasiguaios” (LUGO..., 2012). Os textos destacam-se por abarcarem o mesmo tema — o conflito por terras entre brasileiros e paraguaios na fronteira — e pela continuidade da situação, já que foram publicados entre 2008 e 2012, compreendendo quatro anos em que o mesmo caso é colocado em pauta, aparentando, então, que soluções eficientes não foram tomadas.

É possível notar pontos comuns nos discursos das matérias selecionadas. Há, por exemplo, a colocação de Fernando Lugo como possível responsável pelos conflitos por terras entre brasileiros e paraguaios.

A matéria “O encrenqueiro mora ao lado” (TEIXEIRA, 2008a) foi publicada antes da eleição presidencial do Paraguai, na qual Fernando Lugo disputava com Lino Oviedo e Blanca Ovelar e possuía vantagem nas pesquisas de intenção de voto. No texto de *Veja*, Lugo foi apresentado como “vizinho turbulento” e referido como possível problema para os negócios econômicos brasileiros caso sua eleição ocorresse. Dentre os problemas destacados, a intenção de aumentar o preço da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Itaipu que o Brasil paga ao Paraguai, e a reforma agrária integral, que prejudicaria os fazendeiros brasileiros. *Veja* também enfatizou o fato de Lugo ser patrono do movimento sem-terra paraguaio e de ter como um dos apoiadores à sua candidatura o Movimento Tekojoja, que tem como uma de suas reivindicações a luta pela soberania energética do Paraguai. Por meio da pergunta “Ele pretende realmente declarar guerra aos brasiguaios?”, a revista sugeriu que a situação dos brasileiros no Paraguai poderia chegar a níveis insustentáveis para a permanência e segurança deles no país.

As outras três matérias desta análise foram publicadas durante o período em que Lugo esteve na Presidência paraguaia, de 2008 a 2012.

Delas, destacam-se sequências discursivas (SDs) que atribuem a culpa do conflito ao então presidente da República:

SD 1: “O marco de hostilidade contra os brasiguaios foi a eleição do presidente Lugo, em abril” (TEIXEIRA, 2008b).

SD 2: “Os fazendeiros acreditam que as invasões de terras são facilitadas pelo próprio governo para impedir sua expansão (BRASIGUAIOS..., 2011).

SD 3: “O embate tomou contornos críticos nos últimos quinze dias, depois que o presidente Fernando Lugo determinou a demarcação de terras paraguaias na fronteira com o Brasil” (LUGO...2012).

Ao apresentar o presidente como causador do caos no conflito de terras na fronteira, a revista o coloca como grande influenciador do movimento e que, se a situação encontra-se crítica de tal maneira, seria pela falta de medidas por parte do governo paraguaio. Encontra-se na fotografia exposta na matéria (e que aqui não pode ser reproduzida) uma referência quanto ao posicionamento político de Lugo, enfatizada pela revista *Veja*, e que deixa em segundo plano a bandeira onde se lê “Socialismo” e, em primeiro plano, a imagem do presidente discursando.

Em seu histórico de publicações, *Veja* apresenta posicionamento político-ideológico de direita, evidenciado tanto pelas capas, manchetes e imagens que formam a revista, quanto pelo seu discurso próximo a ideias capitalistas e neoliberais. Observa-se na matéria analisada a posição da publicação por meio de sequências discursivas que apontam insistentemente que o maior problema para o Brasil com a eleição de Lugo seriam as questões financeiras referentes à Usina Hidrelétrica de Itaipu, e não questões mais humanas, como a permanência dos brasileiros em solo paraguaio. Lugo, retratado claramente como adepto ao Socialismo, seria esquerdista. Para Confrancesco (apud BOBBIO, 1995) o homem de direita é aquele que

se preocupa em agir na e pela tradição; já o homem de esquerda é aquele que pretende libertar seus semelhantes dos privilégios de raça e classe social. A revista *Veja* apresenta um discurso que defende a liberdade individual e a hierarquia de classes, enquanto Lugo, em seus discursos e promessas presidenciais, assumia posição contrária, sendo defensor da igualdade social. Neste sentido, a revista apresentava o presidente paraguaio como problema aos brasileiros.

O segundo ponto destacável é o pequeno espaço dado às justificações dos sem-terra paraguaios para suas ações, já que apenas a matéria “Brasiguaios despertam ira dos sem-terra” (BRASIGUAIOS..., 2011) cede espaço para a voz de um paraguaio, um dos líderes do movimento.

Nas outras três reportagens analisadas, a revista exacerba as posições dos grupos paraguaios, remetendo-se a eles por expressões como:

SD 4: “pressionar pela expulsão dos brasiguaios” (LUGO..., 2012).

SD 5: “os ‘carperos’ ameaçam invadir” (LUGO..., 2012).

SD 6: “os sem-terra paraguaios [...] ignoram a ordem da justiça” (LUGO..., 2012).

SD 7: “possibilidades de uma tragédia humana” (TEIXEIRA, 2008b).

SD 8: “surto de violência xenófoba” (TEIXEIRA, 2008b).

A seleção das imagens utilizadas na reportagem da edição 2.090, do dia 10 de dezembro de 2008 (TEIXEIRA, 2008b), também explicita a posição discursiva adotada pela revista. No entanto, restrições de direitos autorais não permitem sua reprodução.

Algumas imagens ilustram a matéria “Onde é perigoso ser brasileiro”. Por serem colocadas ao início da reportagem, embora o leitor ainda não saiba inteiramente do que se tratará na sequência, é possível a realização de um prejulgamento por meio da associação do título e da imagem. O jogo estabelecido permite inferir que há perigo de vida aos brasileiros, já que há homens empunhando armas e fazendo uma barreira de segurança protegendo um trator de

fazendeiros brasileiros que se aproxima. Uma segunda imagem ilustra homens com pedaços de madeiras na mão, em posição de ameaça, juntamente a uma faixa onde se lê “FORA BRASILEIRO”. Tratando-se ou não de um caso singular, tem-se a impressão de que a situação é plural e o perigo atinge todos os brasiguaios, expondo a resistência dos paraguaios como um risco para as comunidades de migrantes.

Além disto, a disposição das imagens caracteriza os dois povos envolvidos no conflito. Na parte superior, são exibidos brasileiros que, em posição de defesa, cercam um trator enquanto empunham armas de fogo. Na parte inferior, são mostrados paraguaios com armas rústicas, como pedaços de madeira, os quais protestam pelas terras. Assim, percebe-se que a revista aponta os camponeses paraguaios em posição de ataque, enquanto os brasileiros encontram-se na defensiva.

Na imagem que encerra a reportagem, cidadãos paraguaios, com bandeiras de seu país, queimam uma bandeira brasileira. A imagem enfatiza o símbolo em chamas, já que aparece em primeiro plano e é usado para reafirmar o perigo a que os fazendeiros brasileiros estão submetidos no país vizinho. Já a legenda da imagem — “Ódio nacionalista. Bandeira brasileira é queimada no departamento de San Pedro em maio: a retórica antibrasileira do presidente Lugo serviu de incentivo para a agressão” — enfatiza a tomada de ações antibrasileiras pelo governo Lugo, conotando novamente que ele seria o grande responsável pela situação.

Por fim, observa-se, por meio das sequências discursivas 9, 10 e 11, a posição da revista quanto ao tema. Na SD 9, “Se quiser levar o país adiante, Lugo só terá uma opção: trabalhar com o Brasil e com os brasiguaios” (TEIXEIRA, 2008b); na SD 10, “O Paraguai é um país pequeno de economia diminuta” (TEIXEIRA, 2008a), e na SD 11, “A falta de relevância do país torna as coisas piores: ninguém está preocupado com as eleições paraguaias — só o Brasil” (TEIXEIRA, 2008a), a revista questiona a autonomia paraguaia e seu potencial econômico e social e traz o Brasil como único país capaz de colaborar no desenvolvimento econômico e decidir o futuro do Paraguai.

Faz-se pertinente recordar Max Weber (1982) quando aponta a ação de certa maneira reivindicada pela posição jornalística como projeção de poder, dado que se caracteriza pela preferência na parceria entre nações fortes e nações fracas, posição enfatizada principalmente nas sequências discursivas 9 e 11, nas quais a revista aponta o Paraguai como um país mais fraco e dependente do Brasil.

Relação entre *Veja* e o novo presidente paraguaio

Após o impedimento de Lugo, em 2012, seu vice, Federico Franco, assume a presidência do Paraguai. Destacam-se duas sequências discursivas do novo presidente, publicadas na revista *Veja* no ano de 2012, após assumir o cargo.

SD 12: “Nós acreditamos que existem muitos motivos para que nos unamos à presidente e ao povo brasileiro. Somos donos juntos da maior usina hidrelétrica do mundo. Aproximadamente 500.000 brasiguaios vivem no Paraguai. São paraguaios de origem brasileira, têm identidade paraguaia, criaram família aqui e adotaram nossos costumes. São paraguaios por opção e os responsáveis pelo grande crescimento do leste do país, nosso progresso não pode ser explicado senão pelo trabalho dos brasiguaios [...] *Na hora certa o governo do Brasil saberá dar valor a quem está garantindo a absoluta tranquilidade aos brasiguaios para trabalhar e viver aqui*” (MARQUES, 2012, p. 19, grifo nosso).

SD 13: “Aqui há 500.000 brasileiros e, quando as terras dos brasiguaios eram invadidas, a embaixada brasileira respondia que este é um país autônomo, que eles não poderiam fazer nada” (FREITAS, 2012).

Conforme as reportagens, diferentemente de Lugo, Franco admite a importância dos fazendeiros brasileiros para a economia paraguaia, ressaltando-os como responsáveis pelo desenvolvimento do leste do país, assim como condena a despreocupação do

governo brasileiro, que passa a responsabilidade pela segurança dos brasiguaios ao governo do Paraguai, embora estes ainda possuam relações de pertencimento com o Brasil.

Observa-se nesse contexto a propriedade das reflexões de Appadurai (1997, p. 45), “o Estado como fator de pressão em diásporas étnicas é constantemente obrigado a remover as fontes de ruído étnico que ameaçam ou violam sua integridade como uma entidade territorial etnicamente singular.” Por meio da defesa da reforma agrária e do apoio a grupos que procuravam expulsar os fazendeiros brasileiros, as ações de Lugo tinham por objetivo a não permanência dos brasileiros em território paraguaio. Já Franco assume a translocalidade que é a fronteira Brasil–Paraguai e a considera essencial no crescimento de seu país, assim como busca acolher os brasiguaios, identificando-os como pertencentes ao Paraguai e às culturas de ambos os países.

Considerações finais

Diante dos pontos analisados, é perceptível o posicionamento restrito a um dos lados da história por parte da revista *Veja*. A publicação projeta uma posição imperialista do Brasil ao minimizar a importância do Paraguai em um contexto internacional, ao passo que reduz os brasiguaios a um *status* de povo oprimido pelo governo daquele país. Este expressa sua preocupação em relação à questão dos brasiguaios, atuando no sentido de restringir as compras de terras futuras em seu território por estrangeiros, caracterizando a translocalidade que é a fronteira Brasil–Paraguai, já que nesta “há uma crescente tensão entre questões de soberania territorial e problemas de defesa e segurança militar” (APPADURAI, 1997, p. 37).

Os paraguaios sentem-se ameaçados pela presença de brasileiros em suas terras, e estes, por sua vez, pelas ações dos paraguaios e pela falta de medidas, tanto do governo do Brasil, que eles acham que deveria

defendê-los, quanto do governo paraguaio, que formula propostas para expulsá-los de seu país. O conflito entre os dois grupos encontra-se longe de uma solução, tendo em vista que medidas para o seu final não se concretizam, sejam elas políticas, ideológicas ou econômicas.

Considerando a manifestação das fontes selecionadas e o tratamento discursivo a elas concedido, observa-se o favorecimento às versões dos brasileiros presentes nas terras paraguaias e a exaltação da precariedade de medidas por parte do governo paraguaio. A revista restringe-se a uma das vozes da questão e concede mínima visibilidade às demais vozes das partes em conflito, dificultando a compreensão do problema. *Veja* mantém esta questão de forma ambígua, enquadrando os paraguaios indistintamente como alarme de incêndio, que alerta continuamente a comunidade nacional/local para seus perigos.

Referências

- ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Campesinos paraguayos y “brasiguayos” en la frontera este del Paraguay. In: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. *Enclave sojero: merma de soberanía y pobreza*. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinares, 2005.
- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nov. 1997, p. 33-46. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/236363/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: EdUNESP, 1995.
- BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. *Política Externa*. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo/view>>. Acesso em: 09 jun. 2014.
- FREITAS, Carolina. Federico Franco aconselha Dilma a ouvir os ‘brasiguaios’. *Veja*, São Paulo, 26 jun. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br>>

mundo/federico-franco-aconselha-dilma-a-ouvir-os-brasiguaios/>. Acesso em: 16 maio 2016.

LUGO promete garantir lei e ordem em conflito entre carperos e brasiguaios. *Veja*, São Paulo, 06 fev. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/lugo-promete-garantir-lei-e-ordem-em-conflito-entre-carperos-e-brasiguaios>>. Acesso em: 10 maio 2016.

MARQUES, Hugo. Os generais foram fiéis à pátria. *Veja*, São Paulo, n. 2277, 11 jul. 2012. Entrevista Federico Franco, p. 17-21.

PARAGUAY. MH – Ministério de Hacienda. *Lei N° 2.532/05 que establece la zona de seguridad fronteriza de la Republica del Paraguay*. Disponível em: <<http://www.catastro.gov.py/archivos/leyes/leyes%20relacionadas%20al%20catastro/ley%202532-05%20seguridad%20fronteriza.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2014.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999.

BRASIGUAIOS despertam ira dos sem-terra no Paraguai. *Portal Terra*, 23 dez. 2011. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/brasiguaios-despertam-a-ira-dos-sem-terra-no-paraguai,e899dc840f0da310VgnCLD20000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, jan./jun. 2011.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 57, p. 137-156, 2006.

TEIXEIRA, Duda. O encrenqueiro mora ao lado. *Veja*, São Paulo, n. 2050, p. 60-1, 5 mar. 2008.

_____. O golpe fracassado de Chávez no Paraguai. *Veja*, São Paulo, n. 2276, p. 74-6, 4 jul. 2012.

_____. Onde é perigoso ser brasileiro. *Veja*, São Paulo, n. 2090, p. 106-10, 10 dez. 2008.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

O OLHAR DA TRÍPLICE FRONTEIRA SOBRE SI MESMA: O DIÁRIO A GAZETA DO IGUAÇU¹²

**Ada C. Machado da SILVEIRA
Anelise Schütz DIAS
Gregório Lopes MASCARENHAS**

*O que hoje existe não é comunidade:
é simplesmente o rebanho. Os homens se unem porque
têm medo uns dos outros e cada um se refugia entre os iguais.
[...] Uma comunidade formada por indivíduos atemorizados
com o desconhecido que levam dentro de si.
Sentem que já periclitaram todas as leis em que
baseiam suas vidas, que vivem conforme
mandamentos antiquados*

Hermann Hesse, *Demian* (1919)

Fronteiras desconexas e ambivalentes

As fronteiras são usualmente tratadas como um espaço desconexo do ambiente nacional e que devem ser analisadas com precauções especiais. Na Tríplice Fronteira, encontro de Brasil, Paraguai e Argentina, o fenômeno se amplifica. O local articula mais especificamente três cidades distintas: Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto

¹² O texto foi originalmente apresentado no XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 2011, Londrina, e consta dos Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Londrina: UEL, 2011.

Iguazú (AR), delimitadas pelo curso dos rios Paraná e Iguazu, as quais integram uma malha urbana com cerca de 700 mil habitantes. A fixação dessa fronteira ocorreu depois da Guerra da Tríplice Aliança. O contexto de pós-guerra gerou consequências que podem ser vistas até os dias de hoje, em que se observa o enfoque no noticiário sobre o incremento da identidade da Tríplice Fronteira em referência como rota de tráfico internacional da América do Sul.

Neste artigo, tem-se como objeto de análise o fazer noticioso de fatos ocorridos na Tríplice Fronteira por meio do diário *A Gazeta do Iguazu*. Empiricamente, as atividades do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras da UFSM têm verificado como os critérios de noticiabilidade jornalística utilizados pelo periódico concedem tratamento rotineiro ao estruturar suas referências geográficas em torno de pautas como a violência, o terrorismo, as contravenções legais e a exclusão social.

Inicialmente, convém ressaltar que a atividade jornalística tomada pela perspectiva comunicacional superpõe o nível local, nacional e internacional. A noticiabilidade retroalimenta o imaginário da violência e, ainda mais profundamente, o medo brasileiro de ser vítima dos “vizinhos desordenados”.

As fronteiras se movem como as bandeiras¹³

Devido à falta de consenso entre os historiadores brasileiros sobre os motivos da Guerra do Paraguai, optou-se pela obra *Maldita Guerra*, de Francisco Doratiotto, que se situa entre dois polos historiográficos de diferentes momentos: o nacionalista, que culpa o expansionismo territorial de Francisco Solano López na origem

¹³ O entretítulo é inspirado no verso da canção *Frontera*, do cantor e compositor uruguaio Jorge Drexler. Em espanhol: “Y las fronteras se mueven como las banderas”.

do conflito, e o comprometido com a luta ideológica da Guerra Fria, que apresenta o imperialismo britânico como causador dos combates da Tríplice Aliança.

De acordo com Doratioto, a Guerra do Paraguai emergiu dos conflitos causados pelo surgimento dos Estados nacionais sul-americanos. Após o término da Guerra do Prata, em 1852, a região experimentou um período de relativa estabilidade política. Entretanto, os interesses de cada país — os antigos ranços fronteiriços, a liberdade de navegação na Bacia do Prata, o acesso ao Oceano Atlântico e os desentendimentos internos de cada um deles — se sobressaíram aos desejos de paz e acabaram por deflagrar a Guerra da Tríplice Aliança. Segundo o historiador:

a guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideú, graças à aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomeu Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionando pelos *blancos* e por Solano López; para os *blancos*, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitira depor Solano López (DORATIOTO, 2002, p. 95-96).

Ao fim da guerra, entre todas as perdas, as maiores foram do Paraguai. A Tríplice Aliança, apesar das baixas oficiais e dos prejuízos financeiros, anexou parte das terras mais férteis do Paraguai aos territórios brasileiros e argentinos. O país guarani, porém, perdeu parcelas consideráveis de sua população. Não há um consenso quanto aos números absolutos, mas estimativas contemporâneas calculam baixas de 15% a 20% da população. Ademais, estava inaugurada a

dívida externa paraguaia: ao fim da guerra, com os cofres públicos arruinados, o governo se viu obrigado a pedir um empréstimo de um milhão de libras à Inglaterra.

Dramas do século XX e imaginário de medo

O contexto em que *Demian* — uma das principais obras de Hermann Hesse e de onde foi extraída a epígrafe do texto — foi escrito, apesar de estar situado em tempo cronológico distinto, assemelha-se muito à situação de formação dos Estados nacionais sul-americanos. Em 1919, época em que o romance foi escrito, a Europa contabilizava os estragos da Primeira Guerra Mundial, guerra essa deflagrada pelos conflitos de interesses entre as potências.

O Brasil, por sua vez, dava os primeiros passos de reaproximação com os paraguaios no final da década de 1930 e no início dos anos 1940. A reconciliação culminou na construção da Ponte da Amizade, em 1965, que liga a cidade de Foz do Iguaçu a Ciudad del Este, e na assinatura da Ata do Iguaçu, no ano seguinte, que levaria, em 1982, à inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Apesar da pacificação e das relações diplomáticas sustentáveis, no campo simbólico, as relações mantiveram-se atreladas ao imaginário da disciplina calcada na legalidade, controlada por meio do monitoramento constante das fronteiras e do expurgo do ilícito. O resultado do insuflar constante desse imaginário torna os indivíduos atemorizados pelo desconhecido, ainda que não saibam onde e quando este foi construído. O atemorizar da sociedade reflete diretamente na mídia e nos profissionais de comunicação, que retroalimentam o imaginário, que novamente agenda os *medias*, em um processo circular.

A recorrência dos signos de violência e de contravenção legal atribuídos ao vizinho paraguaio faz com que a representação noticiosa dos fatos reflita esta própria concepção, já que “as crenças se recolocam no espaço da comunicação, de sua circulação na

imprensa, a massa é convertida em público e as crenças em opinião” (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 63).

Da mesma forma que em *Demian*, a vida em espaços de encontro provoca a angústia pelo sentimento de ambivalência. Se, no romance de Hermann Hesse, os conflitos de Emil Sinclair, o personagem principal, revolviam em meio a dois polos — o de uma vida regida pelos princípios da família burguesa, do Estado e da religião, e um novo mundo de valores inversos aos que estava habituado o protagonista —, na Tríplice Fronteira as tensões vagueiam entre o lícito e o ilícito. O indivíduo vive na dicotomia entre o Estado — e, conseqüentemente, da crise das instituições — e a sociedade “caótica” que deambula pelas fronteiras e pelas periferias metropolitanas.

Assim, “distante de compreender o aspecto transitório de uma identidade, referenda-se reiteradamente o seu caráter, sua permanência ou adequação a um imaginário congelado no tempo”, conforme as análises coordenadas por Ada C. Machado da Silveira sobre a ambivalência na cobertura das periferias nacionais, referidas no primeiro capítulo da presente obra, quando aponta como é difícil não relacionar certa prática jornalística com o momento burocrático, tendo em vista o rígido alinhamento com a perspectiva de que o poder instituído constrói e ponderando sobre os modos de ver. Surge a constatação sobre como o Jornalismo se apropria de uma tarefa do poder instituído ao construir juízos por intermédio da noticiabilidade.

Além disso, há outro fator que está intrínseco a essa relação: a seleção de fontes pela mídia noticiosa local e nacional. A cobertura da segurança pública no Brasil apresenta uma grande dependência das fontes policiais. Em pesquisa realizada por Ramos e Paiva (2007), entre 2004 e 2006, observou-se 2.514 textos publicados em nove jornais de três estados brasileiros. Em 32,5% deles, a polícia era a principal fonte consultada. Em 34,6% a fonte eram os boletins de ocorrências policiais. Essa prática, que é bastante comum às rotinas jornalísticas, sobretudo pela acessibilidade facilitada a essas fontes,

diminui a diversidade de vozes e restringe os atores sociais autorizados a participar do debate sobre segurança pública e também diminui a capacidade de criticar as ações das forças de repressão do Estado quando estas são falhas. Há, para Lage (2006, p. 63), uma preferência “por fontes oficiais, mantidas pelo Estado; por instituições que preservam algum poder de Estado, como juntas comerciais e os cartórios de ofício; e por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações, etc.”

Se em primeira instância a escolha do informante está condicionada à prática do jornalismo, na etapa posterior — de construção do texto noticioso — o discurso da fonte estará sempre sujeito à aprovação do jornalista, na medida em que este seleciona a fala mais conveniente a ser publicada. Submetendo-se, segundo Foucault (2009, p. 35), “às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos”.

A “polícia discursiva” conceituada por Foucault amarra o Jornalismo ao imaginário burocratizado da violência, dos crimes de descaminho e do contrabando, instigando o medo, a angústia e a segregação entre o considerado lícito e moral *versus* o ilegal — que, na maioria das vezes, é medido pelo atravessar da Ponte da Amizade. Simultaneamente, a perda do espírito democrático e cidadão, discutida por Bueno (2007) e a recolocação das crenças no espaço de comunicação de Martín-Barbero (2003) conjecturam em uma cobertura jornalística de fronteira ambivalente — e distante de compreender o aspecto transitório de uma identidade, congelando-a no tempo —, conforme a proposição de Silveira exposta no início da presente obra.

Análise do jornalismo local

O texto tem como objeto de análise o fazer noticioso de fatos ocorridos na tríplice fronteira Argentina–Brasil–Paraguai quando observados pelo diário *A Gazeta do Iguçu*, de Foz do Iguçu, Estado

do Paraná. A sua escolha foi motivada pelo fato de esse veículo ser um dos jornais de produção local de maior destaque na cidade. Sua circulação média era de 9 mil exemplares por dia, excetuando feriados e finais de semana, durante o período de nosso estudo (2011–12). Além disso, o diário possui um sítio eletrônico que, naquele período, era atualizado a cada nova edição impressa.

O *corpus* de análise dessa pesquisa corresponde às matérias relacionadas à Tríplice Fronteira publicadas no sítio do jornal nos períodos de janeiro a abril de 2006 e de maio a agosto de 2007. O acesso ao diário em versão *on-line* foi franqueado por seu editor ao grupo de pesquisa por meio de prévio contato telefônico em março de 2010.

No decorrer da análise, foi possível detectar o *corpus* para propósitos gerais a partir da presença dos seguintes marcadores de discurso: fronteira, periferia, Argentina e Paraguai, sendo admitidas variações de um mesmo radical e termos genéricos (ex: “fronteira” por “fronteiriço”, “Paraguai” por “paraguaio”, “periferia” por “favela”). Ao todo, foram lidas e computadas 203 edições, sendo encontrados tais marcadores em 200.

Preliminarmente, foram organizados quadros correlacionando os dados — número da edição, data, verificação de possível relevância nacional do assunto, título da matéria, seção na qual se encontrava (sendo eles: cidade, região, nacional, internacional, geral, polícia, política e economia) e os já citados marcadores — que compunham cada edição.

Conforme relata Silveira (2012, p. 78), o grupo procedeu à leitura e seleção das matérias buscando conhecer a especificidade representacional que o nível local concede aos acontecimentos já standardizados pela mídia nacional. A leitura atenta permitiu encontrar 2.667 matérias com pelo menos um dos marcadores de leitura, os quais foram localizados através do buscador disponibilizado pelo *software* de leitura do próprio periódico. Para a confecção de uma tabela que alinhasse o material coletado foram necessárias cerca de 20 horas de trabalho. Em seguida, uma matéria foi submetida à análise detalhada.

Antes de passar-se a ela, recuperou-se uma observação já registrada que o diário local manifesta forte presença de referências a acontecimentos envolvendo o Paraguai (1.777 marcadores, localizados em 2.667 matérias), comparável ao uso do marcador “fronteira” (1.617 em 2.667 matérias), sensivelmente superior à citação da Argentina (815 marcadores nas 2.667 matérias) (SILVEIRA, 2012). A preocupação do diário local traduz o forte alinhamento procurado pelo Estado brasileiro com o Paraguai, em detrimento de um alinhamento político também com a Argentina ou com todo o Mercosul.

O corpus exemplar

Apresenta-se a seguir o que se considera um *corpus* exemplar (Quadro 1). A escolha da matéria que aparece como exemplo foi motivada por apresentar os elementos que caracterizam nitidamente as relações midiáticas e de poder da Tríplice Fronteira:

CATEGORIA	APLICAÇÃO
Jornal	<i>A Gazeta do Iguaçu</i>
Data	2 de janeiro de 2006, edição 5239
Título	Número de homicídios diminuiu em 2005
Editoria	Polícia
Destaque	Nenhum
Assinatura	Gilberto Vidal
Páginas	<i>On-line</i>
Nº de páginas	<i>On-line</i>
Descrição da foto	Dois policiais civis embarcando um caixão coberto por uma manta na <i>van</i> do Instituto Médico Legal
Legenda	Uma
Transcrição da legenda	Queda foi reflexo de megaoperações desencadeadas durante cinco meses na cidade
Infografia	Nenhuma
Descrição da Infografia	Não possui

Chamada	Queda foi reflexo de megaoperações desencadeadas durante cinco meses na cidade
Pessoas referidas	* Diretor administrativo do IML, Marcelo Moura * Manoel Carlito Mendes, vendedor esquartejado por quadrilha * Fabrício Abreu da Silva, suposto assassino do vendedor * Osair França Roman, suposto assassino do vendedor
Fontes explicitadas	* Delegacia de Homicídios * Instituto Médico Legal
Argumento discursivo	Redução na criminalidade é reflexo da punição
Transcrição de destaques	<p>“Para Moura, a redução está ligada às megaoperações Foz Segura I e II desencadeadas durante cinco meses do ano. O policiamento ostensivo e repressivo — encabeçado pelas Polícias Militar e Civil — e as rondas nos bairros realizadas pelos xerifes da Guarda Municipal reprimiram a ação de criminosos radicados na fronteira. ‘Se não tivéssemos as operações, certamente haveria um índice igual ou até superior ao de 2004’, considerou Moura”.</p> <p>“A prisão de dezenas de homicidas, a morte de vários bandidos — muitos concorrentes entre si —, a queda do contrabando — principalmente o de cigarro — provocada pelas ações da Receita Federal — e a repressão ao tráfico de drogas — coordenada pela Polícia Federal — também são fatores que ajudaram a frear os crimes contra a vida no município, onde vivem mais de 300 mil pessoas”.</p> <p>“A estatística de órgãos policiais de Foz revela que mais de 60% das vítimas de homicídio tinham baixo nível de escolaridade, residiam na periferia e possuíam antecedentes criminais. Na maioria das vezes, as execuções aconteceram nos fins de semana e estavam relacionadas a atividades ilícitas na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, como o tráfico de drogas, o roubo de carros e o contrabando de cigarros.”</p>

Quadro I – O *corpus* exemplar

Fonte: Autores

A matéria referida no *corpus* exemplar noticia a divulgação da estatística do Instituto Médico Legal (IML) que faz o levantamento das mortes por homicídio, o qual ocorre no começo de cada ano. Intitulada “Número de homicídios diminuiu em 2005”, a reportagem é assinada pelo jornalista Gilberto Vidal e datada de 2 de janeiro de 2006.

A fotografia que acompanha a matéria apresenta dois policiais civis embarcando um caixão coberto por uma manta no carro do Instituto Médico Legal. Logo na chamada, referencia-se que a queda no número de homicídios foi reflexo de megaoperações realizadas durante cinco meses na cidade, o que é reiterado na legenda da foto. Apesar de vítimas e agressores terem sido citados no texto, as fontes consultadas foram de órgãos oficiais: o IML e a Delegacia de Homicídios de Foz do Iguaçu.

O argumento que permeou o discurso foi de que a redução na criminalidade é um reflexo da repressão policial, o que fica evidente no seguinte trecho: “O policiamento ostensivo e repressivo — encabeçado pelas Polícias Militar e Civil — e as rondas nos bairros realizadas pelos xerifes da Guarda Municipal reprimiram a ação de criminosos radicados na fronteira”. Logo após, a fala do diretor administrativo do IML, Marcelo Moura, confirma o dito: “Se não tivéssemos as operações, certamente haveria um índice igual ou até superior ao de 2004”. O jornalista vai além, corroborando que toda a contravenção deve ser reprimida:

A prisão de dezenas de homicidas, a morte de vários bandidos — muitos concorrentes entre si —, a queda do contrabando — principalmente o de cigarro — provocada pelas ações da Receita Federal — e a repressão ao tráfico de drogas — coordenada pela Polícia Federal também são fatores que ajudaram a frear os crimes contra a vida no município, onde vivem mais de 300 mil pessoas (VIDAL, 2006).

O trecho evidencia a recolocação das crenças e das certezas pessoais no espaço da comunicação e sua circulação na imprensa, conforme o

trabalhado por Martín-Barbero (2003). Neste caso específico, ainda que o jornalista dispense reflexão aprofundada do assunto, a crença de uma sociedade atemorizada torna-se opinião recorrente.

Ainda que o texto de *A Gazeta do Iguazu* seja objetivo e não apresente grandes recursos estilísticos e frasais, a escolha de fontes faz com que a apresentação de determinados fatos não seja tão ingênua quanto se pode supor ao analisar a construção textual da notícia.

As fontes privilegiadas são oficiais, geralmente advindas de instituições governamentais e burocratizadas, que refletem o pensamento foucaultiano, na medida em que seus discursos estão centralizados na necessidade de vigilância das fronteiras, para assim manter o controle da ordem e expurgar os inaptos a participar dessa sociedade organizada em princípios de legalidade e ordem fiscal.

Uma possível explicação para o tipo de prática observada pode decorrer da dificuldade do trabalho jornalístico em situações como a da Tríplice Fronteira. O geógrafo Camilo Pereira Carneiro Filho (2016) destaca que muitos jornalistas necessitam escolta policial em seu cotidiano pessoal e que sofrem ameaças de traficantes brasileiros e paraguaios, os quais atuariam com táticas de “compra de consciência” e “autocensura” (aspas do autor). Apoiando-se em iniciativas como as do Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, sediado na Universidade do Texas em Austin (Estados Unidos), o pesquisador ressalta a necessidade de promover a atividade na região ao reconhecer os riscos de morte imputados a jornalistas, radialistas e demais profissionais do ramo.

“Que el mundo está como está por causa de las certezas”¹⁴

A análise do *corpus* exemplar aponta que o círculo vicioso que começa na formação histórica e identitária de um espaço forjado nos contrastes

¹⁴ O entretítulo é inspirado no verso da canção Frontera, do cantor e compositor uruguaio Jorge Drexler. Em português: “Se o mundo está como está é por causa das certezas”.

e contradições do Estado moderno e termina na retroalimentação de identidade por uma mídia que surge naquele mesmo contexto é de aparente insolubilidade. Para Martín-Barbero (2003, p. 68), “as culturas vivem enquanto se comunicam umas com as outras e esse comunicar-se comporta um denso e arriscado intercâmbio de símbolos e sentidos”. Quando esses sinais giram em torno de um imaginário de violência, contravenção e medo observa-se que os fatores culturais têm sido ultrapassados ou ignorados pela comunicação. Se os signos refletem uma sociedade esquizofrênica e atemorizada, há indícios que o papel comunicativo não tem se realizado com eficiência.

Ainda para Martín-Barbero (2003) a comunicação competente significa a “colocação em comum da experiência criativa, o reconhecimento das diferenças e a abertura para o outro”. O comunicador deveria figurar como intermediário e abolir as barreiras que reforçam a exclusão, assumindo o papel de mediador e colocando em comum os sentidos da sociedade, com o desígnio de criar na comunidade a capacidade de narrar/construir uma identidade coletiva.

A indagação que se apresenta à luz da notícia estudada diz respeito a como construir um jornal para a população local que, em vez de amplificar as tensões sociais — que existem e não são imaginárias —, dê voz à diversidade, desconstrua crenças e preconceitos e que reúna o “rebanho” para a formação de um sentimento de comunidade. Pois, se o mundo está como está, é por causa daquelas “certezas”.

Referências

BUENO, W. C. *Jornalismo, diversidade das fontes e democracia*. Disponível em: <<http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2007/07/16/imprensa7.shtml>>. Acesso em: 2 abr. 2011.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata*. Porto Alegre: Ideograf, 2016.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: a nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.
- HESSE, Hermann. *Demian*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.
- RAMOS, Silvia; PAIVA, Anabela. *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. A cobertura jornalística de fronteiriços e favelados – narrativas securitárias e imunização contra a diferença. *Intercom. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 35, n. 1, p. 75-92, 2012. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1099/997>>. Acesso em: 30 jan. 2013.
- VIDAL, GILBERTO. Número de homicídios diminuiu em 2005. *A Gazeta do Iguaçu*, Foz do Iguaçu, 2 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.gazeta.inf.br>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

REPRESENTACIÓN DEL MOVIMIENTO CAMPEÑO EN EL DIARIO *LA NACIÓN*¹⁵

Maria Liz BENITEZ ALMEIDA¹⁶

Aníbal ORUÉ POZZO¹⁷

Introducción

Este texto analiza la representación del movimiento campesino en los discursos producidos en el diario *La Nación* durante la semana previa al juicio político a Fernando Lugo. El período a ser investigado comprende desde la fecha 16 de junio de 2012 hasta el día 22 de junio de 2012, día del juicio político. La elección de este segmento temporal se dio en virtud de dos hechos fundamentales en la política paraguaya en el año 2012: el suceso de Curuguaty y el juicio político al Presidente Fernando Lugo.

La penúltima semana del mes de junio del año 2012 fue una semana de mucha tensión en la vida social y política del país. Un problema social de larga data tiene uno de sus más trágicos desenlaces en el Paraguay: la muerte de 17 personas. Este problema social tiene sus

¹⁵ Artículo presentado en el VI Taller Paraguay desde las Ciencias Sociales, GESP, IEALC-UBA y publicado en la revista *Paraguay desde las Ciencias Sociales*. Disponible en: <[http://revista.grupoparaguay.org/index.php/gesp/article/view/16?.](http://revista.grupoparaguay.org/index.php/gesp/article/view/16?)>. Acceso en: 10 oct. 2015.

¹⁶ Autora del artículo, alumna de maestría de Comunicación para el Desarrollo con Énfasis en periodismo de la Universidad Nacional del Este (UNE), Paraguay.

¹⁷ Orientador del artículo. Coordinador, profesor e investigador de la Maestría en Comunicación para el Desarrollo, Escuela de Posgrado, Universidad Nacional del Este (UNE), Paraguay. Profesor e investigador de la Universidad Nacional de Asunción (UNA).

orígenes en la cuestión agraria ligada a la distribución injusta de la tierra, que se remonta a la época colonial y se perpetúa en la historia del país.

Los problemas sociales generados por la cuestión de la tierra se desataron en constantes enfrentamientos entre campesinos y terratenientes. Los conflictos tuvieron como resultado la confrontación armada entre policías y campesinos en Curuguaty, ciudad del distrito del departamento de Canindeyú, dejando 17 muertos, seis policías y 11 campesinos. El suceso fue denominado por los medios de comunicación como la “Masacre de Curuguaty”. Este hecho tuvo una gran repercusión en la vida política del país, ya que fue uno de los factores utilizados como gatillo para el juicio político al entonces Presidente de la República Fernando Lugo Méndez, pues ese enfrentamiento hizo parte de las cinco acusaciones impuestas al presidente.

Durante la semana que va desde el 16 de junio — día posterior al de la confrontación armada — hasta el 22 de junio — día del juicio político—, los medios de comunicación del país produjeron un vasto material sobre la confrontación. Dada la trascendencia del acontecimiento en la sociedad y en los medios masivos, surge el interés de analizar la cobertura hecha sobre el acontecimiento por el diario *La Nación*, periódico de tiraje nacional.

El objetivo del análisis se concentra específicamente en la manera en que el medio construye, representa y otorga espacio, por un lado, a grupos de campesinos o representantes de los mismos y, por el otro, a los representantes del agro y familiares de policías involucrados.

Propuesta teórico-metodológica

Partiendo de discusiones teóricas sobre el concepto de representación, este trabajo tiene como foco analizar la manera en que el diario *La Nación*, en este caso representa a los campesinos, qué elementos fueron destacados y cuáles fueron silenciados para construir la imagen campesina. Entendiendo que el proceso de representación pasa

por una serie de elecciones, como lo sostiene Hall (2007, p. 9), *“cada escolha — escolhe isto e não aquilo, mostrar isto em relação àquilo, dizer isto sobre aquilo — é uma escolha de como representar outras culturas”*. De esta manera, se producen significados con cargas ideológicas que pasan a formar parte del discurso cotidiano, en este caso, son discursos vehiculados por los medios de comunicación. Pero, ¿qué son esos significados y cuáles podrían ser sus repercusiones?

En ese sentido, Stuart Hall también señala que *“o significado não está no objeto, nem na pessoa, nem na coisa, nem mesmo na palavra. Somos nós que estabelecemos o significado de forma tão determinada que, em seguida, vem parecer natural ou inevitável”* (HALL, 2007, p. 21). Así, una palabra como *“denigrar”* que tiene un significado peyorativo hacia los negros, se introdujo en el vocabulario y pasó a formar parte del cotidiano sin percibir la carga prejuiciosa o altamente valorativa que contiene la palabra. Ese proceso también se ve con los adjetivos utilizados por los medios de comunicación, que, al referirse a los campesinos, utilizan palabras o expresiones como *“invasores”*, *“gente que busca la violencia”*, etc.

También, al relacionarlos con grupos criminales se va insertando en la sociedad una imagen negativa que va siendo reforzada constantemente por la comunicación mediática. De esta forma se fortalecen ciertos estereotipos que se naturalizan en el lenguaje e imaginario cotidiano de la sociedad. Así, *“lo campesino pasa a ser un adjetivo específico de lo insurgente, y se lo utiliza en un contexto particular, vinculado a lo criminal, lo ilegal, cargándolo de una negatividad propia”* (SANCHEZ, 2013). Teniendo presente que el medio impreso seleccionado ha actuado como mediador entre los discursos formulados por representantes sociales, es necesario llamar la atención sobre las propias limitaciones de ese proceso de mediación/representación. La mediación implica, como lo afirma Silverstone (2011, p. 33): *“el movimiento de significado de un texto para otro, de un evento para otro”*. En ese sentido, el referido autor prosigue argumentando que ese movimiento conlleva

a una constante transformación de significados. Siendo así, se debe considerar que, al optar por analizar los discursos periodísticos, se debe tener en cuenta que estos han sido intermediados y por consecuencia han pasado por un proceso de selección para plasmar los discursos y así representar, en este caso, la figura campesina.

Hall también sostiene que “en el momento en que un evento histórico pasa a través del signo del discurso, está sometido a todo el complejo de ‘reglas’ formales por medio de las cuales el lenguaje significa” (HALL, 1980, p. 2). Estas reglas formales, como explica el autor, se constituyen en los elementos que forman parte de la producción de un discurso como lo son conocimientos técnicos, ideologías profesionales, presupuestos que se tienen sobre la audiencia, entre otros.

Partiendo de esos presupuestos se puede analizar la ideología del medio, la que puede ser reconocida a partir de algunas pistas que ayuden a definir el perfil de los propietarios del medio a ser analizado y cuáles podrían ser sus intereses. El propietario de *La Nación* es un conocido e importante empresario, Osvaldo Dominguez Dibb, quien también es propietario de una estación de radio (Radio 970 AM), un hotel (asociado a un consorcio internacional) y una tabacalera (Tabacalera Boquerón S.A.), entre otros, además de pertenecer a uno de los partidos tradicionales del país la ANR (Asociación Nacional Republicana), Partido Colorado, habiéndose candidateado en las elecciones del 2002 para la Presidencia de la República. Estos elementos, en alguna medida, pautarán los discursos de *La Nación*.

Historia de la tierra en Paraguay, breve contexto

Los conflictos en el campo no son un tema reciente en el Paraguay; para conocerlo a profundidad es necesario remontarse a tiempos pasados. Varios trabajos de investigación dan un panorama de esta problemática, junto con sus orígenes. Así, Carlos Pastore (2013) y Oscar Figueredo Torres (2012) sostienen que, después de la Guerra de la

Triple Alianza una de las medidas tomadas por el Estado debilitado fue la de vender tierras que hasta entonces estaban en poder del Estado y arrendadas a los agricultores. Entre 1870 y 1914, se venden aproximadamente 26 millones de hectáreas, principalmente a empresas con capital extranjero, como es el caso de la Industrial Paraguaya, de capital anglo argentino. Otro trabajo emprendido por Efraín Alegre Sasián y Aníbal Orué Pozzo (2008) sostiene que,

los casi 35 años de la dictadura de Stroessner — representan alrededor del 72 por ciento del total del títulos del periodo estudiado (1947-2007), que por su vez representa el 81 por ciento del total de hectáreas adjudicadas. Estos datos son contundentes. La mayor parte de las adjudicaciones fueron efectuadas en tiempos de la dictadura militar. Y, obviamente, es posible visualizar — o por lo menos intuir — la tendencia de sus propietarios. La tierra durante estos años, fue utilizada como gran mercancía e instrumento de canje en función a los favores políticos de personas no solamente cercanas al stonismo, sino inclusive estrechamente ligadas al poder (SASIÁN; ORUÉ POZZO, 2008, p. 23).

Los autores citados en este espacio retratan de forma detallada el proceso de distribución de tierra en el Paraguay. De acuerdo a ellos, se puede ver un proceso cíclico en la distribución de la tierra en Paraguay. Si en un inicio se recurrió a este mecanismo como salida a la crisis enfrentada después de la Guerra de la Triple Alianza, se observa que este proceso se repite durante el gobierno dictatorial de Alfredo Stroessner. Desde sus inicios, este procedimiento ha sido una forma de aumentar riquezas y poder de un grupo selecto de la sociedad paraguaya, ignorando las consecuencias sociales.

Con estos datos históricos se constata que los enfrentamientos en el campo que azotan el país se constituyen en una de las principales consecuencias de la mala distribución de tierra y de la inexistencia de una real reforma agraria.

Estadística sobre los enfrentamientos en el campo

La constante situación de conflictos en el campo es bien retratada por Riquelme (2003) quien demuestra que en la primera década de vida democrática del país, 1989–1999, se produjeron 434 conflictos en el campo:

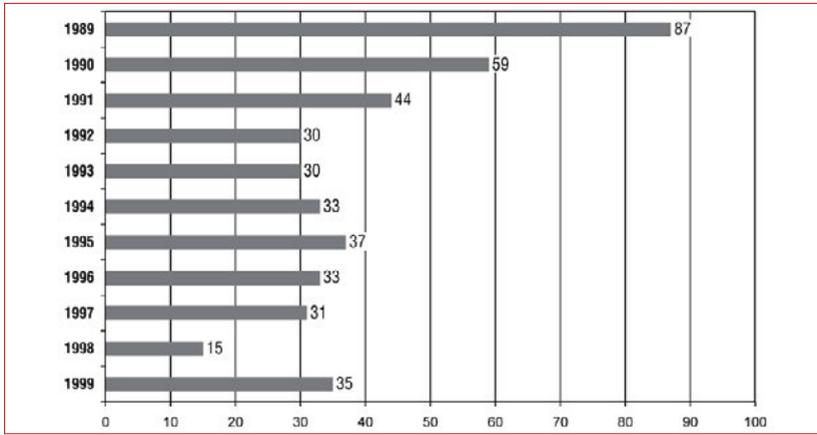


Gráfico 1. Estadística de conflictos en el campo – Fuente: CDE-Informativo Campesino apud Riquelme (2003).

Abajo, sigue otro diagnóstico de la cuestión agraria en el país, agregándole también la característica política, lo que demuestra que el conflicto de tierras no ha cesado en los gobiernos de apertura democrática (KRETSCHMER, 2011, p. 43):

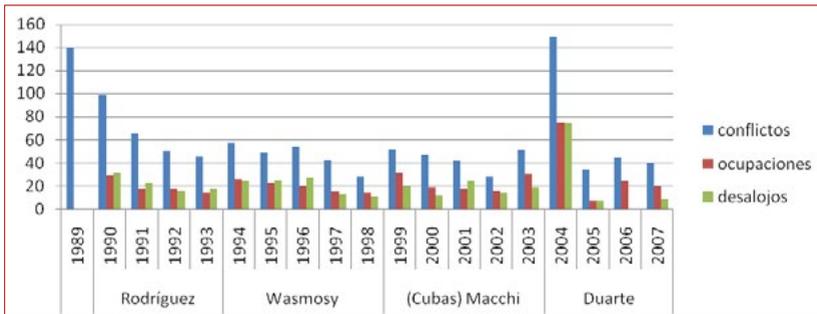


Gráfico 2. Conflictos, ocupaciones y desalojos en el campo por el gobierno – Fuente: Informativo Campesino N° 225/ 2007 apud Kretschmer, (2011).

El caso Curuguay

La desatención de los gobiernos a los conflictos en el campo — al no implementar hasta la fecha una real reforma agraria que permita una distribución equitativa de la tierra — es la raíz de uno de los desenlaces más trágicos de dichos enfrentamientos que se pudo presenciar en el país: el caso Curuguay. El 15 de junio de 2012, un grupo de policías es delegado para cumplir orden de desalojo de campesinos que ocupaban la región de Marina Kue, en la ciudad de Curuguay, departamento de Canindeyú. La propiedad ocupada por los campesinos fue considerada perteneciente al ex senador colorado y empresario Blas N. Riquelme. El proceso de desalojo desató una confrontación armada, donde murieron seis policías y once campesinos. Hecho que causó conmoción nacional con repercusiones internacionales y fue el gatillo que accionó el proceso de juicio político al Presidente Fernando Lugo.

Más allá de manifestaciones partidarias o ideológicas, en ese conflicto se nota la histórica lucha entre dos sectores sociales en permanente oposición: de un lado, campesinos despojados de tierra y, del otro lado, un poderoso grupo empresarial y latifundista, protegido por intereses y prácticas políticas.

Invisibilidad campesina

En nuestro análisis del diario *La Nación*, llama la atención, en primer lugar, la exclusión de la imagen fotográfica de los campesinos realizada por el medio.

Al retratar a los actores involucrados directamente en la confrontación no aparecen los campesinos. No tienen derecho a la tierra, ni lugar visual en las páginas del periódico.

Para analizar las imágenes, hay que tener en cuenta que, en la construcción de la noticia, texto e imagen tienen relación simbiótica, trabajan conjuntamente en la elaboración del significado: así es como lo asevera Verón:

Em análise do discurso, quando se trata de composições texto/imagem, a imagem nunca pode ser analisada em si mesma; ela não é separável dos elementos linguísticos que a acompanham, que a comentam.

A imagem de imprensa testemunhal tem o estatuto semiótico de verdadeiro fragmento da realidade; seu valor repousa inteiramente na singularidade irreductível, única, daquilo que consegue mostrar [...] (VERÓN, 2004, p. 169).

Así es que, ya en la tapa de la fecha 16/6, el fragmento de realidad que se optó por registrar en la foto principal es la de policías en un momento trágico, pues se encuentran dos de ellos asombrados ante la caída de otro. Ahí se estampa el sufrimiento de los policías. En sus rostros están reflejados su dolor y asombro ante la muerte del camarada que además de policía es un esposo que deja una mujer embarazada. Todos estos elementos están concentrados en esta foto y también en los epígrafes que acompañan a la misma. Son las únicas víctimas. Lo mismo se repite en la página 3, donde hay destaque a un policía siendo cargado por un grupo de personas.

El titular dialoga con el enfoque fotográfico de la imagen escogida para dar inicio a una crisis nacional: “Masacre desata crisis política”. La masacre es antecedente lógico-causal que lleva a una crisis política. El conflicto tiene una raíz social indisputable, tiene consecuencias jurídicas inescapables, pero la consecuencia política que se le adjudica es una mera atribución, no es un desarrollo natural de los hechos. El periódico — así como otros vehículos de comunicación — trata de relacionar un hecho de la realidad con una consecuencia política que, obligatoriamente, involucraría hasta el Presidente de la República. Así, por ese titular, el enfrentamiento, llamado de masacre, es tomado como símbolo para significar el problema de los conflictos agrarios y la inseguridad en el campo. Por lo tanto, de la masacre surge como corolario lógico la crisis política, según la visión del periódico.

Los policías muertos en el conflicto también ganan destaque en la página 3, con derecho a una foto oficial, debajo de la cual se pone el nombre y el puesto policial que le corresponde a cada uno. Sus *status* están garantizados. Por su lado, a los campesinos muertos apenas se les dedica un listado con sus nombres. Nada más. No tienen rostros los campesinos muertos.

En todo el periódico de ese día hay solo una foto de un campesino herido, sin destaque, en la página 6. Es un campesino asistido por médicos. Sin destaque, o mejor dicho, con el mismo destaque dado a un policía que fue a donar sangre a sus camaradas.

Así, de alguna manera, se procede un apagamiento de la figura campesina. Más aún teniendo en cuenta que la cantidad de muertos del lado campesino supera en casi 100% al lado policial. Esa ausencia de fotografías de cuerpos de campesinos representa, de algún modo, el valor que se atribuye al campesino, como si estos no merecieran un espacio en la página y en la nota.

La construcción de esa (no) imagen fotográfica de los campesinos sigue el mismo padrón en todo el *corpus* de esta investigación, siendo que, mientras los representantes de la fuerza policial tuvieron larga cobertura diaria de sus entierros, en los cuales acudieron autoridades (PARA EVITAR..., 2012), y de los dramas familiares causados por su muerte, el único entierro de campesino registrado fue recién el día 18 de junio, en el que se otorga espacio fotográfico en la tapa del diario. Sin embargo, el medio no lo presenta con el mismo relieve que a los policías, solo aparece retratado un cajón envuelto con una bandera paraguaya, nuevamente el campesino muerto no posee rostro en el periódico.

La tapa del periódico del día 17 de junio cuenta una historia fotográficamente interesante. Aparece un sacerdote con un grupo de campesinos, rezando por un supuesto cuerpo. Sin embargo, todo lo que se ve es un grupo rodeando a una sábana negra. La presencia de los campesinos muertos todavía reside en su invisibilidad en el periódico. Aparte de eso, el título advierte: "La tensión no cesa en Curu-

guaty". El título se contrapone a la imagen, anunciando una escena hostil. También en el epígrafe dice que ese grupo de campesinos "atropellara la estancia" informando la conducta desordenada de los campesinos, aunque la imagen muestre gente contrita y pacífica.¹⁸ Y continúa, "Dirige el rezo a uno de los cuerpos hallados...", en el mismo epígrafe. No es una persona, un individuo, sino apenas una masa inerte, un cadáver. No tiene ni identidad, ni humanidad.

Siguiendo el mismo estándar de la tapa, la contratapa presenta la foto de una de las víctimas, cubierta por sábana y bajo el despreciativo título "Turba estuvo encabezada por el ex Diputado Julio Colman" (INSFRÁN, 2012). De ese modo, la composición texto/imagen, una vez más, se encarga de contrabandear un significado poco favorable al grupo campesino. La elección por la palabra "turba" busca endilgar al grupo campesino el atributo de confuso, desordenado.¹⁹

A los policías muertos se les construyó una historia, les fue garantizada su imagen, sus dramas familiares, sus despedidas, sus añoranzas rotas. Son sobre todo humanos, demasiado humanos.²⁰ Ya a los campesinos no se les deriva esa humanidad. Son más número que gente, no merecen el *flash* de las cámaras fotográficas, sus vidas no

¹⁸ Congoja: Un sacerdote dirige el rezo por uno de los cuerpos hallados ayer luego de que un grupo de unos 300 lugareños, liderados por el dirigente Julio Colmán (ex diputado colorado), atropellara la estancia del grupo Riquelme ante la inacción de la Policía.

¹⁹ El Diccionario de la Real Academia Española trae como definición de turba: "Muchedumbre de gente confusa y desordenada." RAE. Real Academia Lengua Española, 2014. Disponible en: <<http://dle.rae.es/?id=avnS5vjavoC2ou>>. Acceso en: 18 ago. 2016.

²⁰ En la página 8 del titular del día 18, aparecen dos notas referentes al tema. A la izquierda una fotografía del entonces candidato para las internas coloradas Zacarías Irún y de su esposa, la intendenta de Ciudad del Este, Sandra Zacarías, ambos visitan a los policías heridos. En la nota de la parte derecha el título de la nota es "La asistencia para familias de muertos". El llamado se dirige solamente a los policías, como si solo hubiesen muerto policías y no campesinos.

son dignas de biografía. Están condenados a la invisibilidad social. O su visibilidad de escarmiento: apenas un cuerpo cubierto por una manta negra. Son cuerpos inertes, sin vida, cubiertos con una manta, frente al rostro sin vida de un policía con nombre, apellido, vida familiar, duelo.

Manipulación semántica: ¿campesinos o criminales?

Schopenhauer (1997) advierte que “um orador delata com frequência sua intenção pelos nomes que dá às coisas” (SCHOPENHAUER, 1997, p. 144). Lo mismo pasa en el periodismo: el periodista, el reportero, el editor eligen cómo nombrar la realidad que representan. Esa elección permite entrever posiciones políticas e ideológicas del emisor del mensaje. David Morley, analizando el mismo fenómeno bajo la perspectiva de los estudios culturales corrobora la afirmación del filósofo, diciendo:

En este sentido, el pensamiento es la selección y manipulación de un material simbólico «disponible», y lo que tengan disponible los diversos grupos depende de la distribución socialmente estructurada de opciones y competencias culturales diferenciales. Como afirma Mills, «Solo empleando los símbolos comunes a su grupo, un pensador puede pensar y comunicarse. El lenguaje, construido y mantenido socialmente, encarna exhortaciones y evaluaciones sociales implícitas» (Mills, 1939, p. 433). Mills continúa citando a Kenneth Burke: «los nombres que damos a las cosas y a las operaciones pasan de contrabando connotaciones de lo bueno y lo malo; un sustantivo siempre tiende a llevar consigo un adjetivo invisible, y el verbo, un adverbio invisible». [...] «Un vocabulario no es una mera ristra de palabras; en su interior hay texturas inmanentes sociales, coordinadas institucionales y políticas» (MORLEY, 1996, p. 139).

Bajo la advertencia de esas consideraciones iniciales se analizan las opciones léxicas del periódico. El día 16 de junio, primer día con noticias sobre lo ocurrido, la portada del periódico trata exclusivamente

de los eventos de Curuguaty. A partir de ahí ya se puede notar cual será la orientación y las opciones que permearán el discurso periodístico en relación a la representación del sector campesino.

En el encabezado del periódico, sobre la imagen principal, se lee: “Carperos emboscan a policías para evitar desalojo en Curuguaty”. Carperos. No campesinos. No trabajadores. No agricultores. Carperos. La histórica disputa por tierra, la labor diaria y el contexto social son sustituidos por la prejuiciosa denominación: carperos. “Hacen carpas, no más”.

Ciertamente, existe un movimiento denominado Liga Nacional de Carperos que, según Ramón Fogel, es un movimiento que se desprende de las organizaciones campesinas durante el gobierno de Fernando Lugo. De acuerdo al autor,

la misma comenzó con la desilusión hacia las organizaciones campesinas tradicionales. Los líderes campesinos que gestionaban, como parte de las comisiones vecinales la adquisición de tierras, comenzaron a reunirse y a discutir entre ellos qué podía hacerse, dado que los dirigentes de las organizaciones tradicionales no querían presionar al gobierno de Lugo para no poner palos a la rueda, “y más bien comenzaron a buscar algunos cargos dentro de las instituciones públicas”, según afirma un dirigente del movimiento (FOGEL, 2012, p. 15).

No obstante, la Liga Nacional de Carperos reúne a campesinos con el mismo objetivo de reivindicar el acceso a la tierra.

Luego abajo son llamados de “invasores” y solamente son nombrados “campesinos” cuando el contexto es peyorativo. Son “campesinos” cuando son asociados al grupo paramilitar Ejército del Pueblo Paraguayo (EPP), o para calificarlos como invasores y fugitivos de la policía, en suma, criminales.²¹

²¹ EPP es un grupo paramilitar acusado como responsable por diversos actos

La vinculación del campesinado al EPP fue una constante que se pudo notar en todos los periódicos analizados, sea porque el EPP hubiera entrenado a los campesinos, sea porque se hubiera infiltrado entre ellos. Por ser un grupo de prácticas violentas, el EPP tiene un rechazo de parte de la población. Siendo así, con esa vinculación, queda todavía más evidente el desvalor de las conductas prácticas. Por eso son llamados de “presuntos campesinos”. Siendo así, la vinculación con el EPP denota cierta organización delictual y no campesina. Estaban preparados para disparar y matar.²²

En la cronología presentada el día 16 de junio, nuevamente aparece la palabra “campesinos”, siendo relacionada con actitudes ofensivas, tales como “invasión”, “disparar a un helicóptero”. La palabra campesino es usada de manera que su significado común sea alienado, es decir, ya no se trata del hombre que trabaja en el campo. Pues, cuando el sujeto de una oración es “campesino”, el predicado suele ser compuesto por verbos como “disparar”, “invadir”, “matar”, y nunca “cosechar” o “plantar”.

El medio también llama a los campesinos “sintiererras”, o sea, la definición del grupo no se da por lo que es, por lo que tiene, sino por la ausencia, por lo que le falta. Esa despectiva manera de referirse a los campesinos trae una carga de prejuicios que se da de tal modo que es la exclusión — la exclusión de la propiedad — que los define. Todavía más grave es la introducción de una materia: “Campesinos autodenominados sintiererras que invadieron la propiedad del ex parlamentario Blas N. Riquelme” (NUÑEZ, 2012, p. 4). Al decir “autodenominados

criminales, como secuestros, narcotráfico y ataques violentos en el campo. En la página 4 del día 16/6, el título principal de la nota es “Campesinos se esconden en el monte”. Se los llama de campesinos, pero en un contexto en el que se los retrata como fugitivos de la justicia. Una vez más se constata que la palabra “campesino” tiene sabor y sentido criminal.

²² Esa relación campesinos/EPP se puede notar, de manera muy explícita, en las páginas 3, 6, 9, 12 y 14 del periódico del día 16/6, así como en la página 4 del titular del día 18/6.

sintiertras” se les niega incluso el estatuto de sintiertras. Planta una duda en la mente del lector.

Otro título que merece destaque es “Carperos se manifiestan hoy como víctimas pidiendo justicia”, presente en la tapa del día 21 de junio. Acá, aparte de nombrar los campesinos como carperos, se deja de reconocer a los campesinos como víctimas. No son víctimas, pero se manifiestan como si fueran. Se puede inferir, por lo tanto, que sus muertos tampoco son víctimas, son los responsables por su propio destino, a quienes no cabe el beneficio de la duda.

La ilegitimidad del movimiento campesino es acentuada por el periódico al tratarse de la representación de los líderes del movimiento. El líder campesino José Rodríguez es descrito bajo el título de “conflictivo”, llamado de “polémico”. Del contexto se extrae que es Rodríguez quien causa el conflicto y la polémica, y permite que se lea en las entrelíneas que no hay un real problema de distribución agraria en el país. Es Rodríguez que es un polémico, *no más*.

El medio resalta también que “Rodríguez posee oscuros antecedentes, como dirigente campesino”, aunque no diga a que se refieren dichos antecedentes (RESPONSABILIZAN..., 2012, p. 8). De esta manera, se observa que el medio utiliza adjetivos negativos para referirse a ese representante campesino, pero, en ningún momento, explica los motivos por los cuáles se optaron por esos adjetivos.

Otro representante campesino retratado es Eulalio López. El recorte de su discurso directo, aunque inculpe al gobierno por lo ocurrido, justifica la violencia y la atribuye a los campesinos. Así, se le otorga espacio, imagen y voz al campesinado, entrevistando a sus representantes, pero para responsabilizarlos por los sucesos de Curuguaty, delegando la responsabilidad a los campesinos por el enfrentamiento armado.

La conducta de los campesinos es puesta como marginal hasta en la reproducción del habla del mandatario de la nación: “Lugo garantiza vigencia de la ley al ordenar intervención de militares”

(RESPONSABILIZAN..., 2012, p. 8). Tal asección, de manera nada sutil, contraponen el campesinado a la ley, reforzando su imagen negativa y marginal.

También en el recorte del discurso oficial del Presidente Fernando Lugo hay un apagamiento de la imagen del campesinado.

Como Presidente de la República manifiesto mi firme respaldo a la tarea de las fuerzas del orden que se desempeña en defensa y preservación de la ley. Manifiesto mi solidaridad con las familias de las víctimas fatales y los heridos que entregaron su vida en el cumplimiento de su misión, declaró Lugo en Mburuvicha Róga (EN FORMA..., 2012, p. 5).

El presidente Fernando Lugo, cuya interlocución con los movimientos campesinos es conocida, tiene su discurso reducido a lamentar las muertes de los policías, sin hacer referencia a la muerte de los campesinos. Como Lugo era entonces Presidente de todos los ciudadanos paraguayos (campesinos y policías), la ausencia de referencia a los campesinos muertos significó la exclusión del *status* de ciudadanía de los campesinos, así como, el reproche del Presidente al sector social.

Representación del campesino a través del discurso del Agro

Además de la construcción despectiva de la imagen del sector campesino en el *corpus* del presente trabajo, también se nota una cierta asimetría entre la reproducción del discurso directo de los campesinos en comparación con la reproducción del discurso directo de los representantes del Agronegocio.

Al analizar los discursos, Bakhtin (2006) afirma que, en los discursos indirectos, por su carácter analítico, no siempre los elementos emocionales y afectivos son transpuestos en su exactitud. Siendo así,

O discurso indireto ouve de forma diferente o discurso de outrem; ele integra ativamente e concretiza na sua transmissão outros elementos e matizes que os outros esquemas deixam de lado. [...] A análise é a alma do discurso indireto (BAKHTIN, 2006, p. 163).

Por otro lado, la representación del discurso directo otorga voz propia al emisor del mensaje. Es casi como si no fuera necesaria la mediación, como si el emisor hablara directamente al público, sin interferencia del periódico. Mientras tanto, el discurso indirecto es más permeable a la manipulación ideológica del medio.

Siendo así, importa notar la asimetría señalada. Cuantitativamente la representación de los discursos directos de la clase productora supera en más de 100 por ciento al del campesinado.

Los cuadros que siguen contienen un análisis en términos cuantitativos de la cantidad de discursos representados en el periódico *La Nación* durante la semana previa al juicio político.

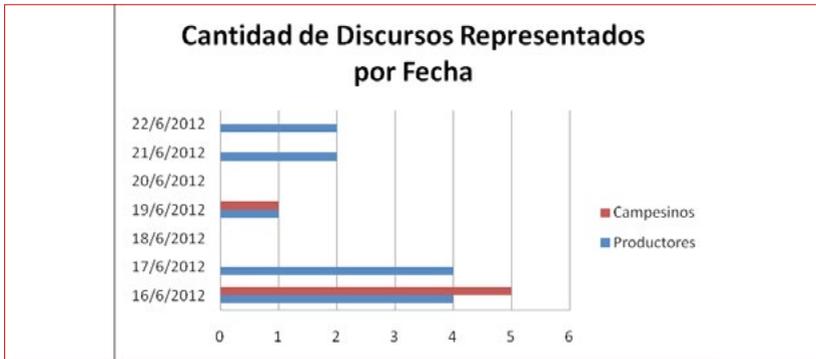


Gráfico 3. Cantidad de discursos de campesinos y productores por fecha

Fuente: los autores

Dada la importancia del tema en toda la sociedad paraguaya y, en especial, a los sectores involucrados en el conflicto agrario, la representación de sus discursos se dio de manera dispar. Como se nota, hubo días en que siquiera se registran discursos directos de líderes o representantes de los campesinos.



Gráfico 4. Participación de discursos por clase

Fuente: los autores

El segundo cuadro (Gráfico 4) ayuda a evidenciar la hegemonía de la representación del discurso directo de la clase productora/propietaria.

De una manera general, el discurso de los representantes de los grandes productores, reproducido por el periódico, acusa directamente a los campesinos por la masacre. Construye una imagen negativa de los campesinos: son violentos, agresivos, peligrosos, un riesgo para la economía del país. Apagan el origen histórico de la desigualdad, ignorando los motivos reales que llevaron a esta situación.

La Unión de Gremios de la Producción (UGP) responsabilizó directamente al mandatario de la nación, acusándolo de invertir en alentar la invasión de tierras:

amerita el juicio político dentro del marco de la Constitución y las leyes, por el permanente aliento por parte del presidente (Fernando) Lugo y otras autoridades a las hordas de carperos e invasores que se pasean por las zonas productivas del país sembrando el terror (LA VIOLENCIA..., 2012, p. 11).

Al mismo tiempo, se dirige hacia los campesinos como “invasores que siembran el terror en el campo”. Así demuestra la polarización

del discurso y crea una imagen negativa del movimiento campesino al asociarlo al terror.

Ya en la fecha 19/6/12 (UGP..., 2012, p. 9), el discurso de la Unión de Gremios Productores es presentado de manera fragmentada, mezclada con el discurso indirecto, pero se observa que las referencias hacia los campesinos son estas: “invasidos por campesinos”, “operadores políticos”, “gente que busca la violencia”. El contexto del discurso de los productores es la notificación de UGP al Ministerio del Interior sobre la manifestación nombrada de “tractorazo”. El presidente de esa institución al hablar de “operadores políticos” nuevamente apaga la existencia de la situación social histórica de los campesinos. Retrata a los campesinos como “gente que busca la violencia”, estereotipando como criminales a los involucrados en el movimiento social.

En el mismo sentido, cuando es otorgada la palabra a Riquelme (BLAS..., 2012, p. 9) — que es un involucrado directo con la cuestión que dio origen a la confrontación —, liga directamente el grupo de campesinos al EPP. Siendo así, el “campesino” es una vez más relacionado a un grupo conocido como armado y peligroso en la sociedad paraguaya.

También hubo destaque especial para tratar de las repercusiones del suceso del 15 de junio en la esfera empresarial, lo que, por sí, habla de la importancia dada al sector. Ignacio Ibarra, presidente de Fujikura Paraguay llega al extremo de hacer afirmaciones como esta:

[...] Es muy triste que ocurran estas cosas, y muy preocupante que supuestos campesinos estén armados hasta los dientes, agredan a la policía hasta el hecho de matarlos, es muy preocupante para los extranjeros que estamos aquí y lo es también para los ciudadanos, porque esas cosas no deben ocurrir, el estado de derecho debe prevalecer siempre [...] “es el derecho a la vida, luego viene cerca el derecho a la propiedad”. (MATRICES..., 2012, p. 8, subrayado nuestro).

La generalización realizada por el empresario al referirse a los campesinos armados hasta los dientes da una imagen peligrosa, no

al grupo o presunto grupo, sino al campesino en general. Aparte de eso, nuevamente se deja entrever que no son campesinos, sino “supuestos campesinos”. Se niega, así, la identidad del grupo.

Javier Bernardes, presidente del Club de Ejecutivos, llega al extremo de decir que la primera cosa a defender es la propiedad, seguida por el Estado de Derecho. No consta en su declaración la defensa del derecho a la vida. No hay, en los discursos del sector empresarial, ninguna mención a la concentración de tierras en manos de pocos, ni la necesidad de una reforma agraria. Tampoco se habla de los derechos de los campesinos ni del derecho de igualdad.

En estos discursos de los representantes del agronegocio, está presente una especie de amenaza constante, que busca inculpar a los campesinos por algún eventual desequilibrio en la economía del país. De este modo, acusan a los campesinos de generar inestabilidad social y económica.

Consideraciones finales

Los resultados arrojados por el análisis de la representación discursiva de los campesinos en el diario *La Nación* evidencian que los discursos mediáticos sobre la tragedia en Curuguaty entre campesinos y policías reforzaron desigualdades y estereotipos hacia los campesinos. En ese sentido, se constata que, durante esa semana, la mayor parte de los discursos de los campesinos es indirecto, como si estos no pudiesen hablar. Como si necesitasen que otros interfirieran y hablaran por ellos. Como si no tuviesen la legitimidad de enunciar sus ansias, sus desgarros, su visión de mundo.

Sin embargo, los representantes del agro son dueños de su voz, sus discursos merecen ser literalmente transcritos en el medio, a diferencia de los campesinos. Tiene prioridad el discurso directo. No hay mediación. Largas extensiones de periódico son utilizadas para sembrar sus ideas y cosechar beneficios estatales. Lo que refuerza la

desigualdad imperante en el campo. Los campesinos no tienen voz en el medio. Así como no tienen tierra en el campo, son dejados en las periferias del medio.

Esa falta de voz es consolidada en la invisibilidad de la imagen campesina en los periódicos de esa semana. Las representaciones fotográficas del medio analizado tienden a apagar la imagen de los campesinos y tornar su lucha un discurso no corroborado por imágenes. Por un lado, los representantes de la fuerza policial tuvieron una amplia cobertura de velatorios, entierros y dramas familiares; por otro lado, los campesinos son dejados al margen, solo aparecen imágenes fotográficas tres días después de la confrontación, pero no merecen la misma narrativa, sus vidas y sufrimientos de sus familiares no merecen ser retratados por el medio.

Llama más aún la atención esa invisibilidad considerando que la cantidad de muertos del lado campesino supera en casi 100% al lado policial. Esa ausencia de fotografías de cuerpos de campesinos representa, de algún modo, el valor que se atribuye al campesino, como si estos no merecieran un espacio en las páginas y en las notas, no tuvieran rostros, fueran menos humanos. De esta manera, se procede a un apagamiento de la imagen campesina, sus imágenes e historias de vidas solo ocupan las periferias del periódico.

También se comprueba que el medio refuerza estereotipos en torno a los campesinos, que pocas veces son llamados campesinos, sino “invasores” o “carperos”. El término “campesino”, en el periódico, tiene una carga semántica negativa, que es reforzada por aparecer en contextos peyorativos. Siendo así, son “campesinos” cuando están relacionados al grupo armado EPP, son “campesinos” cuando son fugitivos, son “campesinos” cuando cometen actos criminales. Lo que demuestra que el medio introduce y refuerza un nuevo sentido a la palabra, abandonando el sentido de que “campesino” es aquel que trabaja en el campo.

Con este breve análisis se concluye que entre los días 16 de junio (día posterior al enfrentamiento en Curuguaty) y 22 de junio

(día del *impeachment* de Fernando Lugo) el diario *La Nación* reforzó desigualdades históricas, estereotipos y se encargó de deslegitimar la lucha campesina. En ningún momento se mencionó o se analizó la lucha por la tierra en el país. Sólo se mencionan los conflictos en el campo para argumentar que esos conflictos aumentaron en la era Lugo. Sin embargo, no se alude a la histórica distribución desigual de la tierra, que es el origen de profundas desigualdades en el Paraguay.

Referencias

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BLAS N. responsabiliza al EPP de la matanza en su estancia. *La Nación*, Asunción, p. 9, 16 jun. 2012.
- CAMPESINOS se esconden en el monte. *La Nación*, Asunción, p. 4, 16 jun. 2012.
- CARPEROS EMBOSCAN a policías para evitar desalojo en Curuguaty [tapa]. *La Nación*, Asunción, 16 jun. 2012.
- CARPEROS SE MANIFIESTAN hoy como víctimas pidiendo justicia [tapa]. *La Nación*, Asunción, 21 jun. 2012.
- DOMINGUEZ, Alejandro; SMITH, Wilson. No bastan las destituciones. *La Nación*, Asunción, p. 14, 16 jun. 2012.
- EN FORMA fría y escueta, Lugo lamentó las muertes. *La Nación*, Asunción, p. 5, 16 jun. 2012.
- EPP surge como principal sospechoso de haber entrenado a campesinos. *La Nación*, Asunción, p. 12, 16 jun. 2012.
- FIGUEREDO TORRES, Oscar A. *Dictaduras y latifundios en la cuestión agraria del Paraguay*. España: Editorial Académica Española, 2012.
- FOGEL, Ramón. El movimiento de los carperos. *Novapolis: Revista de estudios políticos contemporáneos*, Asunción, p. 11-30, 2012.
- HALL, Stuart. Encoding/Decoding. In: _____. *Culture, Media, Language: Working Papers in Cultural*. Londres: Hutchinson, 1980. p. 128-138.
- _____. The work of representation. In: _____. *Representation: Cultural*

- Representations and Signifying Practices. [S.l.]: Sage, 2007. p. 1-13.
- HERIDOS y muertos fueron derivados a Asunción. *La Nación*, Asunción, p. 3, 16 jun. 2012.
- INSFRÁN, Aldo. Turba estuvo encabezada por el ex Diputado Julio Colman [contratapa]. *La Nación*, Asunción, 17 jun. 2012.
- KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en paraguay oriental. *Geografia em questão*, Marechal Cândido Rondon, p. 41-55, 2011.
- LA ASISTENCIA para familias de muertos. *La Nación*, Asunción, p. 8, 18 jun. 2012.
- LA TENSIÓN no cesa en Curuguaty [tapa]. *La Nación*, Asunción, 17 jun. 2012.
- LA VIOLENCIA genera violencia. *La Nación*, Asunción, p. 11. 16 jun. 2012.
- MASACRE desata crisis política [tapa]. *La Nación*, Asunción, 16 jun. 2012.
- MATRICES piden a multinacionales que reporten lo ocurrido el viernes. *La Nación*, Asunción, p. 8, 17 jun. 2012.
- MORLEY, David. *Televisión, audiencias y estudios culturales*. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- NUÑEZ, Alberto. Expertos tiradores pusieron como “carne de cañón” a campesinos. *La Nación*, Asunción, p. 4, 18 jun. 2012.
- PARA EVITAR juicio político, Lugo cambia a Filizzola y a Rojas. *La Nación*, Asunción, p. 6, 16 jun. 2012.
- PASTORE, Carlos. *La lucha por la tierra en el Paraguay*. Asunción: Intercontinental, 2013.
- RESPONSABILIZAN a “Pakova” y al intendente y piden su expulsión [tapa]. *La Nación*, Asunción, p. 8, 16 jun. 2012.
- RIQUELME, Quintin. *Los sin tierra en Paraguay*. Conflictos agrarios y movimiento campesino. Buenos Aires: Clasco, 2003.
- SANCHEZ, Jose Tomás. El campesino paraguayo es pobre porque es ignorante: el discurso legítimo de los medios escritos de comunicación y la lucha por la tierra. *Sociedad y Cultura en Tiempos de Desigualdad*, Asunción, p. 241-288, 2013.
- SASIÁN, Efraín Alegre; ORUÉ POZZO, Aníbal. *La tierra en Paraguay*. Asunción: Arandurá, 2008.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Como vencer um debate sem precisar ter razão*. Rio de Janeiro: Top Books, 1997.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a Mídia?* São Paulo: Loyola, 2011.

VARIOS gremios lamentaron los hechos sangrientos. *La Nación*, Asunción, p. 11, 16 jun. 2012.

VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. [S.l.]: Unisinos, 2004.

UGP notifica a ministro del Interior del tractorazo. *La Nación*, Asunción, p. 9, 19 jun. 2012.

IMAGINÁRIO E COBERTURA JORNALÍSTICA SOB A MÃO FORTE DO ESTADO²³

Ada C. Machado da SILVEIRA

Introdução

Os combates ao crime organizado, tomado como Estado paralelo, na cidade do Rio de Janeiro estão expondo o comprometimento da mídia nacional para com a ordem legal. Prontamente, o longo convívio com o tráfico de armas e de drogas, máfias do jogo de bicho, caça-níqueis, bingos e prostituição foi desbancado em favor da aprovação pelo que se denominou de “penetração das forças legais”.

A cobertura dos acontecimentos da periferia metropolitana articula um diálogo entre noções provenientes do imaginário midiático e do imaginário da cultura nacional com foco nas relações entre sociabilidade urbana e segurança pública. A aprovação da intervenção das Forças Armadas em conjunto com os contingentes policiais nos eventos em referência legitimou a mídia no trabalho de alimentar seu projeto noticioso. Analisamos a relação existente entre tais práticas e aquelas atinentes à cobertura das fronteiras internacionais brasileiras.

Obviadas em sua concretude e contexto histórico, as periferias metropolitanas tomadas como favelas são alinhadas pelo noticiário

²³ Uma versão anterior do texto foi apresentada no XX Encontro Nacional da Compós, UFRGS, Porto Alegre, 2011. Posteriormente, uma versão do texto foi publicada em Logos (UERJ. Impresso), v. 20, n. 1, p. 129-141, 2013.

de pretensão nacional a outras periferias, como aquelas localizadas nas fronteiras internacionais. Ambas são tomadas como o lugar de guarida a nefastos acontecimentos.

O presente texto apresenta alguns elementos considerados pertinentes à reflexão sobre a articulação entre a ação social da mídia e sua incidência no controle do imaginário. Nossa análise do fenômeno noticioso enquadra-se no panorama da crítica cultural contemporânea e se inicia pela positividade do controle. Deixa-se a abordagem de possíveis lesões ao imaginário nesse processo e os limites da validade da ação da mídia na produção de fenômenos comunicacionais noticiosos para mais adiante.

A positividade do controle do imaginário

A atividade comunicacional noticiosa, ao sustentar um determinado projeto para sua comunidade imaginada, supõe que arrojando populações sob as penas da lei, com fins a adequá-las ao mercado internacional, é salvá-las do gueto e do isolamento, assegurando sua vinculação e interdependência com a comunidade nacional. Articula-se, assim, um vínculo entre controle do imaginário e controle do real. Essa articulação, no entanto, não pode prescindir do simbólico.

A mídia, ao produzir noticiários, engolfa diversos e heterogêneos mundos, subsumidos em favor da mediação do nacional e na sua construção histórica, social, política e mesmo econômica. Trata-se de uma atividade na qual heterogeneidades estruturais devem ser de algum modo elididas no sentido de favorecer a construção da identidade nacional. Valores deficitários têm no imaginário periférico um material imperecível, o qual tem propriedades que permitem que eles sejam permanentemente recordados.

A positividade de um controle do imaginário envolve considerar que o enquadramento violento e criminoso perseguido nas coberturas não é gratuito. Alimentado pelos altos índices de mortandade

de jovens em metrópoles, o Jornalismo adicionou-lhe realidades fronteiriças, as quais gozam da denominação geopolítica de *especiais* às problemáticas recorrentes de violência e criminalidade. No caso da primeira, os indiscutíveis índices de violência conduzem, no entanto, a uma articulação mecânica de realidades que não estão tão tranquilamente vinculadas como à primeira vista se propõe.

Para aproximarmo-nos do nível local, tomam-se em consideração alguns relatos elaborados naquele nível, recorrendo a um diário de Foz do Iguaçu (PR). O município é atualmente expressão do adensamento populacional fronteiriço que a região Sul conhece desde os tempos da colonização. Um território humanizado com lutas e batalhas militares cujas narrativas celebrizaram-se e hoje atualizam-se em matérias como a que leva por título “Tiroteio na ponte”, de 17 de março de 2006. Nela, a repórter local destaca que “O ataque aos cerca de 3,5 mil sacoleiros que se aglomeravam na região da ponte [da Amizade] começou por volta das 9h50. Às 10h30 os disparos, um dos confrontos mais longos da história da fronteira, continuavam na região da Vila Portes e Jardim Jupira”.

Como esse exemplo, com frequência os acontecimentos ocorridos em periferias ganham as manchetes, o que é feito com base em índices de violência, considerados fatos iniludíveis da realidade. Fruto dessa relação, a cobertura jornalística necessita das periferias e as considera como fonte permanente de material noticiável, instituindo-a no sentido apanhado por Castoriadis: “A instituição da sociedade pela sociedade instituinte apoia-se no primeiro estrato natural do dado — e encontra-se sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de recepção/alteração com o que já tinha sido instituído” (CASTORIADIS, 1986, p. 414).

Os autores do noticiário, de seu lado, argumentam que ainda que a capacidade do discurso jornalístico de exercer sua prática mimética sobre a realidade possa ser discutível, os números de jovens mortos por homicídio são reais e não podem ser banalizados ou reduzidos.

A respeito dos homicídios, Julio J. Waiselfisz (2010) apresenta um mapa no qual se destaca que os dados sobre a violência homicida têm colocado o Brasil em sexto lugar no *ranking* internacional da taxa de homicídios de jovens entre 15 e 24 anos. Ademais, sustenta o pesquisador, “se, em 1997, 42,6% dos homicídios do país aconteciam nas capitais, essa proporção cai rapidamente para, em 2007, representar 34,6%. Isto é, um ritmo de queda perto de 1% ao ano” (WAISELFISZ, 2010, p. 125). No entanto, o lócus privilegiado da violência homicida permanece nas regiões metropolitanas. Waiselfisz analisa ainda as constelações de municípios, dentre eles, “municípios de pequeno e médio porte que, por sua localização de fronteira internacional, institucionalizam fluxos de elevada violência potencial, como grandes organizações de contrabando de produtos ou armas, pirataria e tráfico de drogas” (WAISELFISZ, 2010, p. 131).

No contexto, os números de Foz do Iguaçu (PR) colocavam o município em destaque, chegando ao primeiro lugar no Brasil com a mais alta taxa de homicídios na população entre 15 e 24 anos. Em 2014, os números estavam diferentes, com a atualização apresentada no *Mapa da violência* apontando para uma diminuição: enquanto que em 2008 Foz do Iguaçu registrava 222 homicídios por 100 mil habitantes, o valor baixaria para 172 homicídios por 100 mil habitantes em 2013. Com isso, a cidade passou a marcar a centésima posição no *ranking* nacional e oitava no Estado do Paraná (WAISELFISZ, 2014).

Mesmo com a diminuição da violência constatada em Foz do Iguaçu, o quadro alarmante referente aos indicadores de violência nas periferias estabelece um vínculo entre homicídios de jovens, e sua condição de moradores frente ao noticiário requer recuperar um histórico que extrapola nosso objetivo aqui. No entanto, por mais cabais que sejam os números, a cadeia significacional suposta na vinculação de realidades de formação sócio-histórica tão distintas entre si exige mais atenção que as identidades generificadas reproduzidas em larga escala. Nosso propósito é apontar como a produção

de noticiário move-se num vácuo onde há cada vez mais incomunicação entre processos que operam no nível local, regional, nacional e internacional.

Gozam de privilégio nesse noticiário as decisões de política econômica, especialmente os aspectos atinentes à proteção, como subsídios, barreiras alfandegárias, licenças, cotas e todo tipo de barreiras ao comércio internacional. E assim, ganha protagonismo a liminaridade a que se submetem temporariamente os muambeiros, sacoleiros, laranjas e todo tipo de trabalhadores informais que, como novos mercadores, cruzam o Brasil e suas fronteiras com países vizinhos em busca de sobrevivência. É importante destacar que são as assimetrias regionais que ativam todo tipo de circulação e elas são subjugadas ao projeto maior de construção da nacionalidade, para o qual se faz legítimo reduzi-las a trocas ilícitas.

O efeito polarizador decorrente da incriminação constante de certas atividades produtivas distinguindo legais de ilegais atinge especialmente os trabalhadores da atividade comercial. Sua condição de suspensão das convenções sociais, sua imersão num fluxo continental os converte por um lapso de tempo em gente fora das normas — uns desclassificados —, e os tornam alvo monofônico do noticiário produzido e veiculado em âmbito local, regional, nacional e internacional.

A mídia apresenta seu noticiário com a seriedade que lhe concerne ao ter-se como grande mediadora de relações sociais, dotada da propriedade de informar, sintetizar e mobilizar para projetos sociais, animando a produção de consensos duradouros. No entanto, conforme se analisa a seguir, é possível sustentar também o seu oposto.

Periferias e esconjurações x narrativas e fronteiras culturais

As ponderações anteriormente expostas requerem considerar que a identificação opera por meio da inculcação de marcas simbólicas

que produzem não a unidade de cada sujeito, mas sua singularidade. A identidade cristaliza-se e estabelece como referência o ser, enquanto que um processo de identificação dá ênfase ao expressar. Recordando novamente a Castoriadis, o imaginário consistiria, portanto, na capacidade de formar imagens e, igualmente, no efeito alienante da identificação com elas.

O noticiário produzido sob o efeito dos controles do Estado e da ordem legal conduz ao constrangimento e debilitamento de uma concepção de imaginário policêntrica. Esmagada sob o peso do Estado e pela opressão da centralidade, a ambivalência significacional imperante nas narrativas sobre periferias produz repercussões discursivas para realidades tão distintas quanto podem ser os processos de segurança pública, como foi comentado, ou, ainda, processos individuais de identificação e reconhecimento de si ou mesmo as relações internacionais. A ambivalência opera, assim, na construção de um noticiário de alcance nacional por meio de eventos locais reconfigurados pela lógica de mercado que incide globalmente.

Ao constatar que a globalização atinge de modo muito distinto ricos e pobres (BAUMAN, 1999), produzir narrativas discriminatórias pode configurar uma forma a mais de exclusão. A exclusão discursiva está presente numa declaração que bem dá ideia da repercussão ao nível tanto dos indivíduos como das relações internacionais, depreendida das palavras do presidente boliviano: *“Así que ahora somos narcoterroristas”*, e continuou Evo Morales: *“Cuando no pudieron seguir llamándonos comunistas, nos llamaron subversivos, y después traficantes, y terroristas desde los ataques del 11 de septiembre”*, para concluir: *“la historia de América Latina se repite”* (CHOMSKY, 2009).

Como, então, se sustenta socialmente um noticiário que descarrega cotidianamente baterias de acusações?

Ao produzir um efeito de sentido que inferioriza moralmente as populações evocadas, o noticiário está ludibriando uma das raízes da problemática. Essa raiz advém do propósito de produzir-se um noticiário de âmbito nacional por pessoas que vivem localmente e

que tratam de problemas de agentes que transitam globalmente. Alguns agentes são constituídos em carne e osso por pessoas em grande parte migrantes, ou descendentes de migrantes, que se deslocam continuamente seja pelo espaço metropolitano, seja esporadicamente pelo interior do território nacional e internacional. A passagem que responde pelo tratamento de problemas de trabalhadores informais e outros agentes, via rótulo comum de crimes de descaminho e contra a ordem tributária, é um processo obscuro e muitas vezes compreendido linearmente. Como uma parcela de população pobre tem o esforço de seu trabalho confrontado com a ordem legal? Ou, mais que isso, como o noticiário se nutre de acontecimentos que produzem um claro embate com o imaginário sem nenhum caráter de Macunaíma?

Enquanto o Jornalismo faz um permanente julgamento moral dos crimes de descaminho e contra a ordem tributária, reiterando a estigmatização das sociedades periféricas, os relatos de ficção deslumbram com um mundo de maravilhas, como é o suprimento de minisséries em TV aberta. Retorna-se ao impasse entre os sinais trocados que remetem à esquizofrenia midiática atuando no nível da identidade coletiva que recebe aluviões de mensagens contraditórias. Niklas Luhmann (2000) comenta que os meios de comunicação, ao disporem em sua grade de programação tanto do Jornalismo como do entretenimento e da publicidade, dificultam a análise da repercussão de suas práticas.

Na publicidade, a diversidade aparece especialmente na promoção da identidade cultural, com produtos que buscam emocionar ao evocar as idiossincrasias da sociabilidade (as sandálias havaianas), a diversidade e o localismo são amplamente explorados pelo *marketing*, especialmente nas situações de expansão de redes de supermercados, lojas de eletroeletrônicos e, especialmente, companhias telefônicas.

A crítica cultural da mídia permite avaliar que há um contrato em que podem ser distinguidas duas dinâmicas narrativas, uma apegada ao nível factual e outra alinhada com o ficcional/entretenimento:

- a factual atua no âmbito das práticas do noticiário e implica em preceitos como: correção dos limites, imputação do desvio, condenação da liminaridade, prescrições morais para os envolvidos e vigência da ordem heterônoma em sobreposição aos indivíduos;
- a ficcional/entretenimento atua na produção audiovisual de telesséries e cinematografia, tanto quanto na cobertura de futebol e esportes em geral, e implica num projeto articulado com as forças da globalização e com a autonomia dos indivíduos.

Entende-se que a primeira responde pela segregação do imaginário. A discursividade de ambas, junto da publicidade (que pode jogar com qualquer uma das duas — vide a “lei de Gerson” e a promoção de uma marca de cigarro) sustentam a ambivalência significacional de fronteiras e favelas.

Já as produções dos filmes *Tropa de Elite I* (2007) e *Tropa de Elite II* (2010) aditaram um novo momento à relação entre imaginário e o instituído, ao plasmar ficcionalmente com acontecimentos tidos por reais e, muitas vezes, aquém do real: “A realidade do Rio de Janeiro a todo momento supera a ficção”, declarava um policial carioca naquele contexto (REALIDADE..., 2010).

Como decifrar a charada? Como os níveis se justapõem?

Uma crítica cultural da mídia por meio da análise do fenômeno comunicacional noticioso, tendo em vista a incidência do imaginário midiático sobre outros imaginários com o advento da globalização, requer reconhecer novas situações. Dentre elas, a multiplicidade dos entrelugares produzidos pelo periférico, os *in-between* de que fala Hommi Bhabha (1998), põem-se finalmente a descoberto. E evidencia-se o Jornalismo sustentando os conceitos de unidade e de pureza, na contramão de todo esforço cultural latino-americano inclinado a promover as narrativas sobre nossas fortes fronteiras culturais. Trata-se de um aspecto que expõe a negatividade dos controles.

A negatividade do controle do imaginário

A negatividade do controle ocorre quando sua força de disciplina é utilizada em favor do próprio agente, ou seja, a mídia quando produz seu noticiário e desconsidera a multiplicidade de perspectivas da sociedade.

Como pensar a negatividade do controle que a mídia pode ter sobre o imaginário? Qual é o contrato que preside essas relações?

Quando se alerta para os aspectos negativos do controle do imaginário, o que se tem em vista é a insistência com que o noticiário se pauta por valores que expõem aspectos ambivalentes próprios da condição liminar que este início de globalização proporciona, bem como a ambivalência de espaços periféricos urbanos que não contam com a presença do Estado, a não ser na forma das forças de repressão. Exaltam-se nesta tarefa consagrados âncoras televisivos com seus bordões herdeiros do sumário “mato, prendo e arrebento”.

Neste aspecto, é exemplar a iteração que a negativização do controle do imaginário provou com uma matéria que foi destaque num semanário brasileiro. Conforme registrou-se no capítulo 1 do presente volume, o delegado da Polícia Federal Eduardo Primo sentenciou que na tríplice fronteira Brasil–Peru–Colômbia “quem não traficou um dia vai traficar droga em Tabatinga”. Oportunistamente, o semanário *IstoÉ* de 19/03/2008 (QUEM..., 2008) valeu-se da fronteira como foco de suas manchetes. No entanto, a matéria provocou reações na população referida, residente a mais de 5.480 quilômetros da redação da revista, situada em São Paulo, onde se fez eco a declaração do agente local. Na semana seguinte, outro semanário nacional — *Época* (PRIMEIRO..., 2008) — daria a suíte, apresentando aquilo que Habermas denominou de “a vingança do objeto”. Na edição *on-line* de *IstoÉ* não existe acesso à matéria. Dela segue-se um rastro virtual no Portal G1, de seu concorrente, o Grupo Globo (ARAÚJO, 2008).

Na impossibilidade de reproduzir a imagem da nota publicada por *Época*, faz-se aqui uma breve descrição. Nela pode-se ver a foto de um grupo de manifestantes com uma faixa ao fundo onde se lê:

“Delegado da PF diz que em Tabatinga que não traficou um dia vai traficar”. Abaixo dela lê-se a legenda: “PROTESTO. Moradores pedem que o delegado da PF deixe o cargo”. A revista *Época* registrou que a manifestação pública dos moradores teria sido organizada pelo então prefeito, Joel Santos de Lima, em frente à Delegacia da Polícia Federal.

Tabatinga (AM) situa-se na fronteira do Brasil com a Colômbia (Leticia) e com o *pueblo* peruano de Villa de Santa Rosa, situado no município de Islandia. Sua representação identitária sofre contínuos bombardeios ao ser permanentemente vinculada ao tráfico de drogas e de armas. O exemplo registra este padrão de insultos infligidos à população local. O delegado da Polícia Federal argumentou, em razão do alcance de suas palavras e do protesto dos locais, que não pretendia ofender.

As matérias produzidas em São Paulo integram o agente de Estado no contingente de pessoas que alimentam a tendência de opinião à deriva do alcance global de acontecimentos locais. Já os grupos de mídia das revistas — Três e Globo — podem referendar o mandato de pretensamente informar com isenção frente ao factualismo episódico, vicário do enquadramento no corredor internacional de distribuição de cocaína e armas e com a presença das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC).

Mídia, Polícia Federal e tantos outros são agentes de uma transição que se situa ainda no começo da globalização. No entanto, seu imaginário está formado num Brasil enclausurado, com vocação para a introversão num território de dimensões continentais.

A cobertura jornalística projeta luz e sombra permanente sobre as periferias, alimentando uma indistinção reificante. Ela se legitima quando ilumina estruturas corruptas, mas, ao mesmo tempo, lança sombras sobre possíveis antinomias existentes nos mesmos domínios, promovendo uma indiferenciação que impede a autonomia daquelas sociedades, atrelando-as a uma lógica centralizadora que alimenta o imaginário sobre um amplo território sertanejo situado entre a linha

de fronteira brasileira e suas metrópoles litorâneas a mero corredor de armas e drogas.

A abordagem do geógrafo Camilo Pereira Carneiro Filho para a região exalta a perspectiva do cientista político Artur Bernardes do Amaral de que “relacionar drogas e terrorismo produz sinergias políticas e práticas benéficas a alguns grupos econômicos estadunidenses, trazendo vantagens em forma de recursos para as agências envolvidas” (CARNEIRO FILHO, 2016, p. 227). Fundamenta-se o pressuposto de que a ambivalência entre fronteiras e favelas, tão acusada no noticiário aqui estudado, estaria profundamente articulada com a promoção do estereótipo da Tríplice Fronteira, que teria raiz nos interesses econômicos de grupos envolvidos com o financiamento em programas de segurança, os produtores de armamento. Neste sentido, frisa Carneiro Filho (2016, p. 227):

Esse fato explica a insistência de órgãos civis e militares dos EUA em mesclar a Guerra do Terror com a Guerra às Drogas, unificando a política para a Colômbia com a política para a Tríplice Fronteira.

Analisa-se, a seguir, qual a importância de perseguir uma linha editorial pautada na intercorrência de tais interesses e a quais valores ela se presta.

O agenciamento jornalístico e a produção da uniformidade

Algumas marcas discursivas indicadoras da positividade do controle podem ser buscadas no noticiário local das periferias e aditam a tarefa de construir narrativas em situações de fronteira cultural. É o caso de sucessivas reportagens sobre a questão da assistência em saúde a brasiguaios e todo tipo de acordos que buscam estabelecer competências locais para políticas entre Estados.

O privilégio do factual, passível de ser examinado e constatado, visa regular sistematicamente a realidade periférica e amparar a atividade de certos agentes.

Assim, não se faz de todo precoce a hipótese de que a imprensa de larga escala e a TV aberta trabalhem para informar pessoas que circulam localmente, enquanto os diários locais das cidades fronteiriças se antecipam, provando aquilo que as mídias segmentadas já descobriram: o filão das pessoas que transitam inter-regionalmente, internacionalmente ou, o que quer isso signifique, globalmente. Trata-se da emergência do novo fenômeno da translocalidade, nos termos que o analisa Appadurai (1997), conforme se analisou no capítulo 5 do presente volume.

Trata-se de desvelar um percurso no qual o imaginário local é desapropriado em favor do imaginário midiático e, este, por sua vez, o devolve sob a forma de uma cobertura jornalística de acontecimentos reconfigurados pela lógica de mercado. O imaginário midiático, ao atuar como mediador de vários níveis (local, nacional, etc.), estabelece um diálogo com outros imaginários evidenciando um “acoplamento mínimo de significante–significado” (SRINIVASAN, 2002, p. 77) e hierarquizando os valores de uma época.

O paradigma centro–periferia e especialmente a teoria da dependência foram promovidos no Brasil durante a segunda metade do século XX com vistas a explicar muitos fenômenos além da ordem do econômico. O termo periferia foi na época utilizado para designar espaços desintegrados do eixo dominante em âmbito planetário e, mais adiante, transferido, mimeticamente, para o interior da nação.

Em defesa de uma perspectiva brasileira do problema, Roberto DaMatta pondera sobre a questão da ambivalência:

Como ter horror ao intermediário e ao misturado, se pontos críticos de nossa sociabilidade são constituídos por tipos liminares como o mulato, o cafuzo e o mameluco (no nosso sistema de classificação racial); o despachante (no sistema burocrático);

a(o) amante (no sistema amoroso); o(a) santo(a), o orixá, o “espírito” e o purgatório (no sistema religioso); a reza, o pedido, a cantada, a música popular, a serenata (no sistema de mediação que permeia o cotidiano); a varanda, o quintal, a praça, o adro e a praia (no sistema espacial); o “jeitinho”, o “sabe com quem está falando?” e o “pistolão” (nos modos de lidar com o conflito engendrado pelo encontro de leis impessoais com o prestígio e o poder pessoal); a feijoada, a peixada e o cozido, comidas rigorosamente intermediárias (entre o sólido e o líquido) no sistema culinário; a bolina e a “sacanagem” (no sistema sexual). Isso para não falar das celebridades inter, trans, homo ou pansexuais, que, entre nós, não são objeto de horror ou abominação (como ocorre nos Estados Unidos), mas de desejo, curiosidade, fascinação e admiração. Tudo isto me levou a repensar o ambíguo como um estado axiomáticamente negativo (DAMATTA, 2000, p. 14).

A segregação midiática das periferias corresponderia socialmente ao que os ritos de passagem significam no âmbito pessoal; por meio deles, as práticas perderiam a compartimentalização e autonomia com vistas à adequação e enquadramento a valores ditados pela ordem legal. Em outras palavras, seria o contraste entre acontecimentos particulares frente a uma pretensa normalidade vigente num centro tomado como alegoria nacional que engendraria a liminaridade das periferias.

Pode-se pensar em comprovar como é que se opera a exclusão das favelas do contexto urbano — que a circunda e/ou a permeia — em favor da promoção de um centro depurado de ambiguidades classificatórias, o que ocorre por meio da imposição de leis impessoais. No entanto, é paradoxal observar que, para a população local, a violência não está obrigatoriamente associada a situações que desclassificam socialmente seus indivíduos conforme postula a ordem legal. Recorde-se que nunca um imaginário se reduz a um conjunto de regras impessoais. O limen invocado pelo agenciamento jornalístico não é legitimado tão facilmente pela sociedade brasileira. Ao contrário, ela nutre grande

simpatia por situações ambíguas, como exemplifica DaMatta (2000) ao recordar de nosso forte convívio com a ambiguidade.

Os julgamentos morais e a segregação midiática

Para a produção de uma cobertura que considere a alteridade, aponta-se que um problema central da mentalidade vigente na cobertura analisada é o de que ela trai a ideia de um Brasil possível, como sustenta Chico Buarque.

O imaginário do circuito noticioso analisado ainda não foi afetado pela nascente cultura urbana fruto da globalização, na qual o reconhecimento do outro em sua alteridade, a distância e a heterogeneidade estão sendo incorporadas. A realidade de apontar o caráter delinquente dos indivíduos é uma atribuição generalizante que aponta mais para a dificuldade de compreensão de novas situações do que propriamente para atitudes enquadradas criminalmente e que, bastando uma mudança de legislação, poderão ter outro tratamento: “O imaginário social ou a sociedade instituinte é na e pela posição-criação de significações imaginárias sociais e da instituição; da instituição como ‘presentificação’ destas significações e destas significações como instituídas” (CASTORIADIS, 1986, p. 414).

A reflexão resultante da investigação em parte relatada aqui conduz ao uso que a cobertura jornalística faz dos acontecimentos periféricos como artifício próprio da ritualidade nacionalista centralizadora, alimentando o que Jameson (1995) denomina de *alegoria nacional* como característica da narrativa do Terceiro Mundo. As fraturas no projeto de cobertura da realidade nacional não resistem aos entrelugares que se inauguram quando a noção de Estado nacional entra em crise. Entender que há um processo de desestabilização do centro é fundamental na atual ordem globalizadora hegemônica. E o valor que o conhecimento do contexto significacional traz à discussão permite esclarecer

sua centralidade no presente momento em que lógicas culturais se debatem, tanto quanto as lógicas econômicas. Aí se começa a compreender por que os relatos sobre os agentes que estão em negociação não podem reduzir-se à criminalização daqueles que a nação previamente excluiu da escola e do mercado de trabalho formais e que a ordem global tornou muambeiros.

Apresenta-se como subjacente a tarefa de avaliar o valor da descentralização do Estado e a reconsideração de sua presença múltipla por meio do agenciamento midiático. É importante encarar a questão de qual o sentido de manter narrativas que sustentam um comportamento desagregador que contrapõe o Estado legal à sociedade local?

Trata-se de um contexto no qual se confirma como é que a emergência da *hybris* no imaginário nacional faz-se em evidente ameaça à vigência de velhas alegorias nacionais, de resto tão convenientes para atrair turistas estrangeiros. E daí a necessidade de esconjurar suas ultrajantes representações midiáticas magnificadas pela vivência periférica.

Nossa análise buscou demonstrar como o imaginário nacional e sua atualização midiática encontram-se atrelados ao interesse das instituições ligadas ao Estado. A que ordem este fenômeno se vincula? Estranhamente, ela ainda se orienta pelos ditames da Guerra Fria que fomentou no Brasil a Ideologia da Segurança Nacional.

Os tentáculos de um Estado autoritário aparecem na atividade jornalística de maneira indisfarçável e os guardiões da liberdade de imprensa não possuem pruridos ao enquadrar sistematicamente fronteiras e favelas por acontecimentos criminais. Reitera-se o confinamento discursivo face à incapacidade de encarar a riqueza polissêmica que as periferias sempre representaram e com a qual ameaçam qualquer propósito de construção de múltiplas identidades nacionais.

É da modernidade o feito da ambivalência significacional resolver problemas acarretados pelo cenário emergente no qual se produz a segregação daqueles que transitam globalmente em situação liminar ao mesmo tempo em que a mídia celebra superficialmente *imaginários* plenos das novas facilidades. Qual o obstáculo para a instauração

de algum traço imaginário radical que permita um diálogo entre a sociedade instituinte e a sociedade por ela instituída?

Desse diálogo ressalta-se a proclama de Alceu Valença: “Quando eu canto/o seu coração se abala/pois eu sou/porta-voz da incoerência”.

E assim, o Jornalismo sob o peso do Estado debate-se num projeto que oscila entre o material híbrido das narrativas locais e o hieratismo de um certo projeto global.

A ambivalência discursiva guarda em potência ingredientes fundamentais para realizar o mais caro ao projeto brasileiro de nação: o de forjar uma identidade nacional imune às diferenças, capaz de atualizar a consistência unitarista que o mito das três raças forjou. Mas isto será feito no embate com o mito/discurso de pertencimento ao Estado múltiplo, para o qual concorrem tantas criações atualmente tomadas pelo noticiário como manifestos de antibrasilidade.

Referências

- APPADURAI, Arjun. Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, nov. 1997, p. 33-46. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/236363/mod_resource/content/1/Appadurai-notas_para_uma_geografia.pdf>. Acesso em: 12 set. 2013.
- ARAÚJO, Glauco. Delegado da PF diz que, em Tabatinga, quem não traficou, ‘um dia vai traficar’. *Portal G1*, 09 mar. 2008. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL343383-5598,00.html>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Fronteiras irmãs: transfronteirizações na Bacia do Prata*. Porto Alegre: Ideograf, 2016.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHOMSKY, Noam. La cuestionada supremacía estadounidense en América Latina. *La Jornada*, 6 set. 2009. Disponível em: <<http://www.jornada.unam.mx/2009/09/06/index.php?section=mundo&article=024a1mun>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

DAMATTA, Roberto. Individualidade e liminaridade, *Maná*, n. 6, v. I. p. 7-29, 2000.

QUEM não traficou, um dia vai traficar. *IstoÉ*, São Paulo, n. 2002, 19 mar. 2008.

PRIMEIRO PLANO/FALA, BRASIL. *Época*, São Paulo, n. 514, 23 mar. 2008 [atualizada em 16 abr. 2009]. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,EMI61029-15215,00-FALA+BRASIL.html>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

JAMESON, Fredric. *Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LUHMANN, Niklas. *The reality of mass media*. Londres: Polity Press, 2000.

REALIDADE carioca supera ficção de Tropa de Elite 2, diz Pimentel. *Portal G1*, 8 out. 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/10/realidade-carioca-supera-ficcao-de-tropa-de-elite-2-diz-pimentel.html>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

RODRIGUES, Abilene. Ata de cooperação entre Foz do Iguaçu e Salta é assinada. *A Gazeta do Iguaçu*, Foz do Iguaçu, 28 abr. 2007.

SRINIVASAN, S. K. Castoriadis, Cornelius (1922-1997). In: PAYNE, M. (comp.). *Diccionario de teoría crítica y estudios culturales*. Barcelona: Paidós, 2002. p. 77-8.

TIROTEIO na ponte. *A Gazeta do Iguaçu*, Foz do Iguaçu, 17 mar. 2006.

TROPA de elite. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha e Marcos Prado. Rio de Janeiro, 2007. Color.

TROPA de elite 2: o inimigo agora é outro. Direção de José Padilha. Produção de José Padilha e Marcos Prado. Roteiro: Braulio Mantovani e José Padilha. Rio de Janeiro, 2010. Color.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Brasília: Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República, 2014. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/juventudeviva>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SOBRE OS AUTORES

Ada Cristina Machado da SILVEIRA é professora titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora do CNPq. Jornalista formada pela Unisinos, é mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria, *magister* e doutora em Jornalismo pela *Universitat Autònoma de Barcelona* (Espanha) com pós-doutoramento na *Universidad Nacional de Quilmes* (Argentina). Atua no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM. Lidera o grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.
E-mail: ada.silveira@ufsm.br.

Isabel Padilha GUIMARÃES é professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foi professora colaboradora do Departamento de Ciências da Comunicação e bolsista de estágio pós-doutoral (DocFix Capes-Fapergs) no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduada em Jornalismo, mestre e doutora em Comunicação Social pela PUC-RS. É vice-líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.
E-mail: isabelpadilha@yahoo.com.br.

Aline Roes DALMOLIN é professora-adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e membro do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Foi bolsista de estágio pós-doutoral

(Capes PNPd Institucional) no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras. Graduada em Jornalismo pela UFSM, é mestre e doutora em Comunicação pela Unisinos.

E-mail: dalmoline@gmail.com.

Andressa Doré FOGGIATO é estudante de graduação do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e foi bolsista Probic-Fapergs no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: adfoggiato@gmail.com.

Anelise Schutz DIAS é mestre e doutoranda em Comunicação e Informação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde foi voluntária no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: anelisesdias@gmail.com.

Aníbal ORUÉ POZZO é docente investigador na Escuela de Posgrado de la Universidad Nacional del Este, assim como investigador do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CoNaCyT, sigla em espanhol) do Paraguai. Atua como coordenador da Maestría en Comunicación para el Desarrollo, Paraguai; é ainda professor e investigador da Universidad Nacional de Asunción.

E-mail: aorue@sce.cnc.una.py.

Camila HARTMANN é estudante de graduação do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista Pibic-CNPq no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: camilahartmann@hotmail.com.br.

Dairan Mathias PAUL é mestrando em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), foi bolsista Probic-Fapergs no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: dairanpaul@gmail.com.

Gregório Lopes MASCARENHAS é graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi bolsista Pibic-CNPq no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: glm_2311@hotmail.com.

Lucas Ricardo SCHAEFER é estudante de graduação do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi bolsista do Programa Capes Novos Talentos no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: lucas-schaefer@hotmail.com.

Maria Liz BENITEZ ALMEIDA é mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista da Capes. Graduada em Comunicação e Marketing e mestre em Comunicación para el Desarrollo con énfasis en periodismo de la Universidad Nacional del Este, Paraguai.

E-mail: lizbet3006@hotmail.com.

Mariana Nogueira HENRIQUES é graduada em Jornalismo e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Foi bolsista Pibic-CNPq no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: mariananhsm@yahoo.com.br.

Nathália Drey COSTA é mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), bolsista da Capes.

Graduada em Jornalismo, foi voluntária no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: nathaliadreycosta@gmail.com.

Rafael Lemos da SILVA é estudante de graduação do curso de Relações Internacionais da Universidade de Santa Maria. Foi bolsista do Programa Capes Novos Talentos no grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras.

E-mail: rafa.lemos.silva@gmail.com.

De maneira original e distinta do sistema referencial corrente nos estudos de Jornalismo, o livro **Conexões (trans)fronteiriças: mídia, noticiabilidade e ambivalência** apresenta análises das atividades noticiosas de diversos veículos de mídia: jornais impressos e *on-line*, revistas semanais, telejornais, portais e agências de notícias. Organizada por Ada C. Machado da Silveira e Isabel Padilha Guimarães, do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), a obra aborda estas atividades jornalísticas encarando sua condição midiaticizada, pautada por cânones técnicos estritos e atitude interpretante exterior à vida das sociedades a que se dedicam a reportar.

Trata-se de um livro que pretende ser de utilidade para estudantes de Jornalismo e de Relações Internacionais interessados em iniciar-se na análise de textos midiáticos.

EDUNILA

Editora da
Universidade Federal da
Integração Latino-Americana

www.unila.edu.br/editora

editora@unila.edu.br

+55 45 3529-2749 | 2770 | 2788